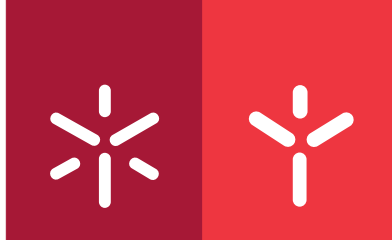


Universidade do Minho
Escola de Direito

Luísa Maria Pinto Teixeira

Segredo de Justiça



Universidade do Minho

Escola de Direito

Luísa Maria Pinto Teixeira

Segredo de Justiça

Dissertação de Mestrado em Direito Judiciário
(Direitos Processuais e Organização Judiciária)
Área de Especialização em Direito Processual Penal

Trabalho realizado sob a orientação do

Prof. Doutor Mário João Ferreira Monte

Outubro de 2011

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

Aos meus pais e irmãos

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o atento acompanhamento do meu ilustre orientador, o Professor Doutor Mário João Ferreira Monte. Quero, assim, dirigir-lhe um especial agradecimento pelo tempo e atenção dispensados, para além de ter sido a fonte de conhecimentos *par excellence* de onde bebi ensinamentos fulcrais que tornaram esta tese exequível e que continuarão a ter, com certeza, uma grande importância na minha futura vida profissional.

Agradeço ao caro colega André Ribeiro Leite do Mestrado em Direito Judiciário (Direitos Processuais e Organização Judiciária) pela disponibilização de doutrina e jurisprudência brasileiras. Agradeço à Prof. Dr.^a Natália Nunes pela tradução conjunta da língua estrangeira alemã constante nos capítulos 8.1 e 12 e, ao caro colega Celso Figueiredo, doutorando em Engenharia Biomédica, pela tradução conjunta dos capítulos 5.2 e 6.2, bem como, toda a atenção constante na globalidade deste trabalho.

Não obstante, a diminuta referência à doutrina alemã deverei agradecer toda a atenção que os docentes alemães de Direito Processual Penal Reinhold Schlothauer, Cornelius Trendelenburg e Christian Laue me dispensaram.

Dirijo, ainda, um especial agradecimento a todos os colegas e amigos que me acompanharam durante estes anos de vida académica, que celebraram comigo as vitórias, mas que também me ampararam nos momentos menos bons da vida.

Por fim, mas não por último, agradeço aos meus pais e irmãos, com quem tenho uma enorme dívida e sem os quais nunca teria obtido sucesso enquanto estudante e pessoa. Não há palavras que possam expressar a dimensão da gratidão devida.

Segredo de Justiça

RESUMO

A presente dissertação de mestrado consiste no estudo precípua do segredo de justiça e a sua tensão dialéctica com a publicidade do processo no âmbito do Direito Processual Penal português.

Aqui, aflora-se a abordagem histórica do segredo de justiça e a sua actualidade, a sua noção e plano axiológico, a descrição estrutural do instituto através dos seus âmbitos material e subjectivo (violação de segredo de justiça) e os seus limites temporais. Outrossim, já no âmbito da publicidade, se expõe sobre a assistência do público a atos processuais, a breve alusão aos meios de comunicação social, a consulta de auto e obtenção de certidão e informação por sujeitos processuais, bem como a consulta de auto e obtenção de certidão por outras pessoas.

Verificámos que no Código de Processo Penal português ressaltam diferenças significativas nas versões até agora vistas e, conseqüentemente, estão em causa Direitos, Liberdades e Garantias que a Constituição da República Portuguesa defende e assegura aos cidadãos, dizendo-o expressamente “a lei define e assegura a adequada protecção do segredo de justiça” (n.º 3, do art. 20.º, da C.R.P.) e, por outro lado, está o direito à informação dos cidadãos (arts. 37.º e 38.º da C.R.P.), sendo que os direitos contendem e, por isso, cabe ao legislador, encontrar o ponto ideal, capaz de evitar os conflitos de interesses, para que, se alcance o princípio constitucional de que, “todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação, (...)” (n.º 2, do art. 32.º, da C.R.P.).

Parece-nos, portanto, oportuno fazer um breve estudo de direito comparado de vários ordenamentos jurídicos, no sentido de encontrar respaldo normativo dos direitos supra mencionados nos sistemas investigados e aquilatar da adequada resolução que os vários sistemas jurídicos oferecem para esta quezília.

Neste contexto, propõe-se a criação de gabinetes de assessoria de imprensa optando, assim, como solução, pelo modelo do ordenamento jurídico alemão no que diz respeito ao conflito dos direitos.

Investigation Secrecy

ABSTRACT

This work is centred on “Investigation Secrecy” and its dialectical tension with the publicity of criminal procedure in the Portuguese Criminal Procedure Law.

Here we discuss the historical approach to the investigation secrecy and its current affairs, its axiological notion and plan, the structural description of the institute through its concrete and subjective areas (breaching of investigation secrecy), and its time limits. Moreover, in the area of advertising, we expose the public's attendance to pleadings, the brief allusion to the media, the consulting of case files and the acquisition of certificates and procedural information through subject procedurals, as well as the consulting of case files and the acquisition of certificates through others.

It is highlighted in the Portuguese Criminal Procedure Law significant differences in the versions seen so far, and therefore are called into question the Rights, Freedom and Guarantees that the Constitution of the Portuguese Republic advocates and assures to its citizens, explicitly stating: "the law defines and ensures the necessary protection of the investigation secrecy" (n. 3 of the 20th art. of the C.P.R.), on the one hand, and the right of citizens to information (the 37th and 38th art. of the C.P.R.), on the other hand. Since these rights contend it is up to the legislator to find the ideal point, and be able to avoid conflicts of interest so that the constitutional principle, which states that “every defendant is presumed innocent until proven guilty (...)” (n. 2 of the 32nd art. of the C.P.R.), is reached.

Thus, it seems important to do a brief study of comparative law about several legal systems in order to find some normative background to the laws mentioned above in the investigated systems, and encounter the ideal resolution from the ones these juridical systems offer to solve.

In this context, we propose the creation of press consultancy offices, hence adopting the German legal system as a solution in what regards to the conflict of rights.

Índice

Capítulo 1.....	15.
1.Introdução.....	17.
Capítulo2.....	19.
2.Ministério Público.....	21.
2.1.Titularidade do Inquérito.....	21.
Capítulo 3.....	33.
3.Evolução Histórica.....	35.
Capítulo 4.....	39.
4.Noção e Plano Axiológico do Segredo de Justiça.....	41.
Capítulo 5.....	47.
5.Segredo de Justiça.....	49.
5.1.Âmbito Material do Segredo de Justiça.....	49.
5.2.Âmbito Subjectivo do Segredo de Justiça e Violação do Segredo de Justiça.....	52.
Capítulo 6.....	67.
6.Âmbito Geral da Publicidade.....	69.
6.1. Publicidade do Processo e Segredo de Justiça.....	69.
6.2.Assistência do Público a Actos Processuais.....	81.
Capítulo 7.....	87.
7.Meios de Comunicação Social.....	89.
Capítulo 8.....	93.
8.Âmbito Especial da Publicidade.....	95.

8.1.Consulta de Auto e Obtenção de Certidão e Informação por Sujeitos Processuais.....	95.
8.2.Consulta de Auto e Obtenção de Certidão por Outras Pessoas.....	101.
Capítulo 9.....	103.
9.Limites Temporais do Segredo de Justiça e os Prazos do Inquérito.....	105.
Capítulo 10.....	115.
10.Critérios de Solução de Conflitos.....	117.
Capítulo 11.....	131.
11.Conclusão.....	133.
Capítulo 12.....	135.
12.Solução.....	137.
Bibliografia.....	147.
Bibliografia.....	149.
Bibliografia Nacional.....	149.
Bibliografia Internacional.....	152.
Bibliografia Complementar.....	155.
Bibliografia Electrónica.....	156.

LISTA DE ACRÓNIMOS

Art.	Artigo
C.E.D.H.	Convenção Europeia dos Direitos do Homem
C.F.	Constituição Federal
C.P.	Código Penal
C.P.I	Comissão Parlamentar de Inquérito
C.P.P.	Código de Processo Penal
C.P.	Código Penal
C.R.P.	Constituição da República Portuguesa
D.L.	Decreto-lei
G.G.	Grundgesetz Constituição
J.I.C.	Juiz de Instrução Criminal
L.C.	Lei Constitucional
L.P.G.	Landespressegesetz
M.P.	Ministério Público
N.R.W.	Nordrhein – Westfalen
O.P.C.	Órgãos de Polícia Criminal
P.G.R.	Procurador(ia) Geral da República
P.P.	Processo Penal

P.S.(D.)	Partido Social (Democrata)	
S.T.A.	Supremo Tribunal Administrativo	
StPO	Strafprozessordnung	Código de Processo Penal
T.E.D.H.	Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	
T.C.	Tribunal Constitucional	

Capítulo 1

Introdução

1. Introdução

O tema “Segredo de Justiça” é tão vasto quanto aliciante, uma vez que, ao longo do tempo, tem sido motivo de abordagem e legislação controversa, dado os elevados valores em causa de natureza constitucional. Antes de mais, importa referir e delimitar um pouco o tema que me proponho analisar e, desde já, mencionar que é objecto deste estudo a análise do tema segredo de justiça no âmbito do processo penal, tendo em conta uma perspectiva dialéctica entre publicidade e segredo de justiça. É possível constatar que, ao longo dos tempos, diverso tem sido o entendimento e o *modus operandi* quanto a tão acintoso assunto, sendo, no entanto, perceptível que, outrora, imperava o sacramental segredo de justiça, ao passo que agora tem vindo a defender-se e a consubstanciar-se a tese de que o processo penal deve ser público, em detrimento do seu segredo.

Em causa estão, no entanto, Direitos, Liberdades e Garantias que a Constituição da República Portuguesa defende e assegura aos cidadãos, dizendo-o expressamente “a lei define e assegura a adequada protecção do segredo de justiça”¹ e, por outro lado, está o direito à informação dos cidadãos², sendo que os direitos contendem e, por isso, cabe ao legislador encontrar o ponto ideal, capaz de evitar os conflitos de interesses, para que se alcance o princípio constitucional de que “todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação, (...)”³ Por um lado, pretende-se manter o segredo de justiça para não perturbar o objectivo do inquérito e as demais fases processuais e, por outro lado, pretende-se a publicidade para acautelar defesas e também pelo crescente e reclamado direito à informação, razão pela qual se advoga o direito à sua publicidade.

A Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto realiza, neste sentido, uma verdadeira *revolutio* do processo penal, ao fixar, claramente, a regra da publicidade externa do inquérito e o n.º 1 do artigo 86.º daquele normativo, sob a epígrafe “publicidade do processo e segredo de justiça”, que refere expressamente que “o processo penal é, sob

¹ N.º 3, do art. 20.º, da C.R.P.

² Arts. 37.º e 38.º, da C.R.P.

³ N.º 2, do art. 32.º, da C.R.P. Neste sentido ver SILVA, GERMANO MARQUES DA, *O Segredo de Justiça, Perspectiva Político-jurídica da sua Relevância no Combate à Criminalidade, na Garantia dos Direitos dos Cidadãos e no Prestígio das Instituições Judiciárias*, Conselho Superior da Magistratura, II Encontro Anual – 2004, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, pp. 77 a 80 e SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Curso de Processo Penal*, I, Verbo, 4.ª edição revista e actualizada, 2000, pp. 302-304.

pena de nulidade, público, ressalvadas as exceções previstas na lei.” Temos, assim, decididamente consagrado o princípio da publicidade, com as restrições, como é óbvio, previstas na legislação. Deste modo, poderíamos dizer que este é o cerne da questão de que nos iremos ocupar, ou seja, a publicidade, por um lado, como princípio, e por outro lado, as necessárias e convenientes restrições como oportuna e atempadamente daremos conta.

Os artigos 20.º, 26.º, 32.º, 204.º, 206.º da Constituição da República Portuguesa, 86.º a 90.º do Código de Processo Penal e 371.º do Código Penal, são os que iremos abordar, uns mais detalhadamente, outros nem tanto, dada a elevada extensão dos mesmos e a doutrina e jurisprudência a eles subjacentes.

No que tange a tão abrangente tema, e após esta breve introdução, começaremos por fazer uma breve abordagem histórica deste instituto, ou seja, a sua génese e evolução, para depois analisar, mais detalhadamente, a legislação ora em vigor, ou com as alterações introduzidas e consagradas pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto; abordar alguns afloramentos de direito comparado; alguma jurisprudência interna, com particular ênfase para a mais recente, e ainda alguns resquícios de jurisprudência internacional para, *in fine*, concluirmos o trabalho, sem a pretensão, no entanto, de esgotar o tema.

Capítulo 2

Ministério Público

2. Ministério Público

“A realidade é poliédrica e, conforme o local em que cada um se situa, assim vê uma ou outra das faces”.⁴

2.1. Titularidade do Inquérito

“Tem-se dito numa fórmula simples mas expressiva, que a tarefa do processo penal será punir todos os criminosos, mas só os criminosos. Com este enunciado abreviado enuncia-se já a grande antinomia que emerge do processo. De tal modo que, este tem oscilado, e oscilará sempre, entre uma preocupação de segurança das populações, para tanto procurando punir todos os culpados, e uma preocupação em assumir toda a sua extensão o princípio da presunção da inocência, que obrigará ao repúdio de malefícios irreparáveis, na pessoa de quem viesse a constatar, ser não culpado. (...) Qualquer solução processual que se proponha, nomeadamente para a fase preparatória, corresponderá pois sempre, a um certo ponto de equilíbrio entre os interesses antinómicos em jogo.”⁵

O modelo francês inspirou sistemas como o italiano, o espanhol, ou o português entre 1976 e 1987. Este modelo “parte do princípio de que só a independência do juiz assegurará a conveniente isenção, para a própria fase investigatória. Sublinhe-se porém, que o juiz de instrução surge num sistema como o francês, em que por um lado o M.º P.º está enfeudado ao executivo, e por outro, exerce a acção penal em obediência a critérios de oportunidade. Com imparcialidade e autonomia, relativas pois”.⁶

⁴ EIRAS, AGOSTINHO, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Coleção Argumentum, 1992, p. 96.

⁵ “Por outras palavras, a máxima eficiência na reconstituição dos factos e perseguição dos criminosos é incompatível com a consideração da dignidade da pessoa humana, tal como as Constituições dos países civilizados a consagram.”, MOURA, JOSÉ SOUTO DE, *Inquérito e Instrução*, Centro de Estudos Judiciários, Jornadas de Direito Processual Penal, O Novo Código de Processo Penal, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, pp. 84 e 85.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 87.

“Em Portugal, e como se sabe, se a figura do juiz de instrução foi imperativo decorrente da Constituição da República (C. da R.) de 1976, a instrução jurisdicionalizada não era inédita. Na verdade, o C.P.P., de 1929 conferia a competência para realizar tanto a instrução preparatória como contraditória ao juiz. Só que, porque esse juiz era o do julgamento, não se poderia a tal respeito falar de «juiz de instrução» cuja existência decorrerá duma estrutura basicamente acusatória do P.P.. De tal modo que, quando a seguir à 2.^a guerra mundial se quis temperar o cariz inquisitório do P.P., foi pela desjudicialização que se optou, entregando-se a instrução preparatória ao M.^o P.^o (cfr. art. 14.^o do D.L. 35007 de 13-10-45). A segunda alteração de vulto que teve lugar ocorreria com o D.L. 605/75 de 3 de Novembro que criou o inquérito policial. “Preliminar” na terminologia e espírito do D.L. 377/77 de 6 de Setembro. A inspiração parece ter sido dada pelo sistema francês, passando o M.^o P.^o a dispor duma competência diversificada”, pois “procedia ao inquérito destinado a investigar de forma célere e simplificada os casos menos complexos e menos graves” e “realizava a instrução preparatória, «grosso modo», nos casos mais graves, e arguidos presos preventivamente”.^{7 8} Assim, “parece pois, que até à C. da R. de 1976, não havia entre nós qualquer experiência dum juiz de instrução. Ou seja, da intervenção na fase preparatória, dum juiz que não fosse o do julgamento. O Código de Processo Penal de 1995 veio alterar de forma profunda o papel do juiz de instrução criminal (J.I.C.), ao estabelecer uma única instrução, e facultativa. Sob a égide do contraditório, e integrando obrigatoriamente um debate oral. Em contrapartida, o M.^o P.^o passou a deter em exclusividade a competência originária para o inquérito, transformado em forma de investigação inicial, obrigatória e geral. Aponto de, independentemente da gravidade dos crimes ou da situação do arguido, a fase preliminar do processo poder ser constituída sempre, só pelo inquérito.”⁹ “Ora, se o C.P.P.N. trouxe um figurino novo para a fase preparatória do processo penal, inscreveu obviamente tal figurino na reforma

⁷ “Cumpra ainda notar, que tanto o art. 3.^o do D.L. 605/77 de 6 de Setembro conferiam competência às polícias para realizar o inquérito. E, muito embora o papel do M.^o P.^o fosse preponderante, não se poderá falar em relação àquelas, propriamente duma competência delegada.”, *idem, ibidem*, pp. 90 e 91.

⁸ “A C. da R. de 1976 retirou ao M.^o P.^o a direcção da instrução preparatória, tal como resultava do D.L. 35007 de 13-10-45. O M.^o P.^o ficou portanto confinado à direcção do inquérito no claro entendimento de que, onde o crime fosse grave, a investigação especialmente complexa ou houvesse arguidos presos, só um juiz reunia as condições para presidir à fase processual que estivesse em causa. No entanto, nem por isso o M.^o P.^o deixou de intervir na instrução contraditória ou preparatória. Ali, semelhantemente ao assistente e ao arguido, aqui, numa posição marcada pela ambiguidade. Não raro se pediam ao M.^o P.^o “planos de instrução” e promoção de diligências, pelo que à tarefa genérica de fiscalização da legalidade lhe acrescia um papel materialmente investigatório. Numa fase processual dominada pelo secretismo e pelo inquisitório, acotovelam-se dois magistrados, ambos norteados pela verdade material, o que carecia de justificação cabal.”, *idem, ibidem*, p. 94.

⁹ *Idem, ibidem*, p. 91.

adjectiva que o próprio código na sua globalidade operou, o que tudo foi, a sequência, da reforma operada pelo C.P. de 1982.”¹⁰ “Por outro lado, enveredou num sentido viabilizado ao nível do direito judiciário pela outorga dum estatuto profissional novo ao M.º P.º. O desenho da fase preparatória do P.P., e sobretudo o estatuto dos sujeitos processuais e os meios de angariação de prova nesta fase, reflectem imperativos da C. da R. de 1976.”¹¹ “Mas o N.C.P.P. não poderia fazer do M.º P.º a autoridade judiciária mais em evidência na fase preparatória, se aquela magistratura não tivesse alcançado uma importante autonomia em relação ao executivo, ou, de qualquer modo, se não mostrasse dotada da independência indispensável, para presidir a toda a investigação em inquérito.”¹² ¹³ “Vê-se assim, que antes do N.C.P.P., o M.º P.º estava dotado dum estatuto fraco ao nível processual penal. E no entanto, concomitantemente, era a C. da R. de 1976 que viabilizava para esta magistratura uma dignidade nova ao nível judiciário.”¹⁴ “Ora, dotado o M.º P.º duma autonomia e independência reputadas suficientes para presidir à investigação, a atribuição duma instrução preparatória toda ela a juízes, revelou-se excessiva.”¹⁵ “Se a judicialização de toda a instrução se apresentava com o seu quê de excessivo, a duplicação das instruções, com a obrigatoriedade de, em regra, o M.º P.º deduzir duas acusações, também se não furta a críticas.”¹⁶

“Ao entregar ao M.º P.º a direcção do inquérito, o legislador operava a substituição da autoridade judiciária dominante, na fase preparatória do processo.” “É um desafio, porque o inquérito se viu transformado na fase investigatória inicial, já que

¹⁰ Porque na verdade, a presente reforma adjectiva é o complemento necessário da reforma substantiva anterior, *idem, ibidem*, pp. 91 e 92.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 92.

¹² *Idem, ibidem*, p. 94.

¹³ Constitui uma “magistratura [desta feita, a caracterização do M.P. “como magistratura assume hoje relevo importante relativamente à interpretação das orientações constitucionais dirigidas ao processo penal no domínio da investigação criminal.”, GASPARG, JORGE, *Titularidade da Investigação Criminal e Posição Jurídica do Arguido*, Lisboa, 2001, p. 13. Neste sentido, ver também, Centro de Estudos Judiciários, *Contributos para a Reflexão sobre o Sistema Penal Português, A Estrutura do Inquérito (O Segredo de Justiça na Fase de Inquérito)*, Outubro 2003, p. 53.] que, enquanto tal, «goza de autonomia em relação aos demais órgãos do poder central, regional e local», nos termos da Constituição e do seu Estatuto (EstMP).”, GASPARG, JORGE, *ibidem*, p. 12. “Só após a revisão constitucional de 1989 o Ministério Público adquiriu a supracitada autonomia, a qual, fortalecendo a sua configuração constitucional e institucional como magistratura, o veio apetrechar com a plena capacidade de intervenção no campo processual penal sem a angústia da pressão do poder político, e robusteceu, assim, o acervo garantístico subjacente à distribuição pelas autoridades judiciárias das competências atinentes à investigação criminal: a sua direcção – formal-processualmente na fase de inquérito – pelo Ministério Público e exclusividade do Juiz de Instrução Criminal quanto aos actos que tocam profundamente os direitos, liberdades e garantias das pessoas.”, GASPARG, JORGE, *ibidem*, p. 13. “Os critérios de objectividade, conjugados com a consagração do princípio da legalidade e tendo em conta a autonomia de que foi dotada aquela magistratura, fazem do M.º P.º um corpo de magistrados dotados de isenção e independência suficientes, para se encarregarem de qualquer investigação.”, *idem, ibidem*, p. 99.

¹⁴ MOURA, JOSÉ SOUTO DE, *ibidem*, p. 94.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 96.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 96.

não está previsto que qualquer outra lhe possa pré-existir. Também, porque o inquérito pode ser a única fase preliminar, sabido que o requerimento da instrução é sempre facultativo e condicionado.”¹⁷ Com efeito, “(...) o M.º P.º detém em exclusivo a competência material para a realização do inquérito, realização essa que se desdobrará em dois aspectos: o de direcção da fase processual, e o da feitura concreta de diligências ou investigações.” Aquela “é fundamentalmente uma tarefa de planificação, de eventual delegação de investigações ou diligências nos órgãos de polícia criminal, e neste caso de fiscalização e controle da actividade de tais órgãos.”¹⁸ Contudo, “para além dos limites da competência exclusiva do J.I.C. para feitura de certas diligências, é óbvio que o M.º P.º poderá levar a cabo por si todas as diligências e investigações a que haja lugar. Mas também é óbvio que tal possibilidade não será efectivamente exercitada na prática, por razões de disponibilidade antes do mais, e por falta de meios e preparação técnica, para levar a cabo investigações policiais complexas. Daí que o Código tenha pensado a actividade de feitura do inquérito em termos de cooperação, M.º P.º – O.P.C..”¹⁹ Em todas as intervenções processuais o Ministério Público usará de critérios de “estrita objectividade”, e subordinará sempre a sua actuação à “descoberta da verdade” e “realização do direito”.²⁰

“(...) A posição jurídica do Ministério Público no processo penal se define em concordância com os princípios aplicáveis no domínio da administração da justiça; trata-se de um órgão autónomo (...) cuja actividade se não deixa reconduzir exactamente nem à “função administrativa comum” nem à “função judicial”. ”²¹ Será possível encontrar actos do Ministério Público, “cuja conexão ou relação de necessidade com actos jurisdicionais, justifiquem idêntica expressão categorial”?²² “(...) A este propósito, são decisivos três argumentos: a circunstância de a Constituição ter expressamente atribuído ao Ministério Público o exercício da acção penal, a comprovada prevenção que existia no espírito dos constituintes quanto aos perigos da governamentalização da acção penal e a conformação que a Constituição deu aos poderes do Estado. [Assim] a ideia de separação de funções levou os constituintes a

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 97.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 102.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 103.

²⁰ cfr. n.º 1, do art. 53.º, do C.P.P.

²¹ GASPAR, JORGE, *Titularidade da Investigação Criminal e Posição Jurídica do Arguido*, Lisboa, 2001, p. 14 (*apud* o dever de obediência hierárquica e a posição do Ministério Público no Processo Penal (anotação ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 14 de Junho de 1972, *in* Revista de Legislação e de Jurisprudência, Ano 106.º, n.º 3500, 1 de Outubro de 1973, p. 175)).

²² GASPAR, JORGE, *ibidem*, p. 15.

judicializar não só actos material e formalmente jurisdicionais, como outros que, por relação de necessidade ou conexão, justificavam no seu espírito idêntica tutela.”²³ Ora, “na linha daquela que é alguma judicialidade na composição caracteriológica do Ministério Público, mostra-se o facto de, após a revisão constitucional de 1997, ter passado a constituir sua competência a participação “na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania”. [Com efeito], uma ideia base julgamos poder retirar desta alteração do texto constitucional: trata-se de uma alteração com profundas consequências ao nível da compreensão da função e do(s) poder(es)-dever(es) do Ministério Público na fase de inquérito”.²⁴

“Significativamente marcada pelo Acordo Político de Revisão Constitucional concluído entre o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD) (assinado no dia 7 de Março de 1997)” (...) “a revisão constitucional de 1997 trouxe profundas consequências ao nível da compreensão da função e do(s) poder(es) dever(es) do Ministério Público na fase de inquérito. Elas resultam, fundamentalmente, do novo texto do n.º 1 daquele que era antes o art. 221.º da CRP e é hoje o art. 219.º.(...)”²⁵ “Acordo este, que no ponto (o 5) dedicado às reformas em matéria de justiça postulava: «no que respeita ao Ministério Público deve consagrar-se que a esta magistratura compete representar o Estado e os interesses que a lei determinar, bem como – com observância da sua autonomia e estatuto próprio e nos termos da lei – participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exercer a acção penal orientada pelo princípio da legalidade e defender a legalidade democrática».” “(...), algumas e relevantes diferenças existem face ao texto da proposta inicial do PSD, entre as quais se destacam a consideração expressa e inequívoca da autonomia e do estatuto próprio do Ministério Público – para lá da lei – como elementos intocáveis e inabaláveis, ainda que esteja em causa a sua participação na execução da política

²³ “Era, aliás, neste domínio, que a doutrina encontrava os argumentos mais sólidos a favor da judicialidade do Ministério Público. Parecerá, então, que os actos jurisdicionais são aqueles decorrentes da função judicial em sentido estrito.”, GASPAR, JORGE, p. 15 (*apud* A Posição Institucional e as Atribuições do Ministério Público e das Polícias na Investigação Criminal, *in* BMJ, n.º 337, Junho, 1984, pp. 18 e 19).

²⁴ Daqui “se poderá retirar que é poder do Ministério Público a definição concreto-estratégica das linhas fundamentais da investigação criminal, e, logo – pois só dessa forma tal será possível e exequível – a direcção da fase processual penal que a ela se dedica.”, *idem, ibidem*, pp. 15 e 16. Com ela, pretendeu o poder político “chamar o Ministério Público para o domínio da responsabilidade política pelo decurso e pelos resultados da investigação criminal.”, *idem, ibidem*, p. 22.

²⁵ A sua história remete-nos e remonta para “o Projecto de Revisão Constitucional n.º5/VII, apresentado pelo PSD à Comissão Eventual de Revisão Constitucional para a IV Revisão Constitucional (CERC) propunha a seguinte redacção para o n.º 1 do (então) art. 221.º da CRP: «Ao Ministério Público compete, nos termos da lei, participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, representar o Estado, exercer a acção penal, defender a legalidade democrática e os interesses determinados por lei».”, *idem, ibidem*, p. 16.

criminal definida pelos órgãos de soberania, e a consagração (no plano constitucional) do princípio da legalidade como substrato orientador do exercício da acção penal.”²⁶ “Quais as consequências a retirar da participação do Ministério Público na «execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania»? ”²⁷

“O Capítulo IV da C. da R. relativo ao M.º P.º integra-se no Título VI que trata dos Tribunais, e agrega um conjunto de disposições que consagrou a autonomia desta magistratura. Manifestamente, houve a pretensão de abolir a dependência do M.º P.º relativamente ao Ministro da Justiça, que o antigo Estatuto Judiciário, especialmente nos seus arts. 170.º e 171.º, consagrava.”²⁸ Contudo, “a C. da R. remeteu para a lei ordinária a definição do estatuto próprio do M.º P.º, e é portanto omissa quanto à eventualidade de por essa via, se relacionar novamente o M.º P.º com o Governo.”²⁹ Porém, “o art. 2.º, n.º 2 da Lei 47/86 de 15 de Outubro (L.O.M.º P.º) analisa a autonomia do M.º P.º não só no dito critério de objectividade, como no de legalidade, e no facto de o M.º P.º não estar sujeito a interferências externas, senão as que aquela lei prevê. É que, atribuir ao M.º P.º a tarefa de “velar para que a função jurisdicional se exerça em conformidade com a Constituição e as Leis” (cfr. art. 3.º, n.º 1, d) da Lei 47/86 cit.)³⁰ ou a tarefa de “defender a legalidade democrática”, dispensando-o de critérios de legalidade no exercício da acção penal, seria pouco razoável.”³¹ Quanto às ditas “interferências externas” que a lei orgânica” admitia, pautavam-se “elas na possibilidade de o Ministro da Justiça das “instruções de ordem genérica” ao Procurador Geral da República (cfr. art. 59.º, a) daquela L.O.M.º P.º), e quanto ao que ora nos ocupa, duas questões haverá a considerar. Um M.º P.º absolutamente independente do executivo, do legislativo ou do judicial (aqui ainda que só funcionalmente), corresponderia à criação de um quarto poder que a Constituição não prevê. Não estaria legitimado pelo voto; não responderia politicamente perante ninguém; seria

²⁶ *Idem, ibidem*, pp. 19 e 20.

²⁷ “A participação do Ministério Público na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania em nada belisca o estatuto de autonomia daquela magistratura. Este está seguro não só pela (manutenção da) sua afirmação constitucional, como também pela impressiva inscrição no texto da CRP do princípio da legalidade como o critério orientador do Ministério Público no exercício da acção penal.” *idem, ibidem*, p. 22.

²⁸ MOURA, JOSÉ SOUTO DE, *Inquérito e Instrução*, Centro de Estudos Judiciários, Jornadas de Direito Processual Penal, O Novo Código de Processo Penal, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, p. 107.

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 107.

³⁰ Actual al. f).

³¹ Actualmente, quanto ao Estatuto do Ministério Público, aprovado pela Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, republicado pela Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, e alterado pelas Leis n.º s 42/2005, de 29 de Agosto, 67/2007, de 31 de Dezembro, 52/2008, de 28 de Agosto e 37/2009, de 20 de Julho, a autonomia do M.P. caracteriza-se pela sua vinculação a critérios de legalidade e objectividade e pela exclusiva sujeição dos magistrados do M.P. às directivas, ordens e instruções previstas nesta lei.

independente e irresponsável como os juízes o são, mas sem que a C. da R. o tivesse querido. Depois, só uma visão obsoleta do princípio da divisão de poderes exigiria que o poder judicial fosse a única componente com intervenção no exercício da justiça penal. [Todavia,] uma relativa interpenetração dos poderes é hoje facto, e os desvios ao princípio ideal de divisão pautar-se-ão muito mais no desempenho de funções que exorbitem das competências do que da influência mútua dos poderes. Por isso é que se aceita uma interferência do executivo na função judicial penal (nunca na independência dos juízes) que se enquadre em propósitos globais de política criminal. [Porque] é o Governo que responde perante a população pela sua segurança. [E] o combate ao crime dependente da prevenção e da repressão, tendo [tem] esta um último lugar nos tribunais. Assim, as instruções genéricas emanadas do Ministro da Justiça “amortecidas” pelo Procurador-Geral da República e tornadas operacionais por este em termos judiciários, seriam o canal de ligação entre o executivo e os tribunais penais. E isto porque a morosidade da produção legislativa impede que se esgote a tal nível a política criminal do Estado. [Pois,] só uma política criminal actualizável, embora no rigoroso respeito da lei, habilitará o executivo a atender às prioridades reclamadas por certa conjuntura. [Ora,] dito isto, fica, portanto, intolerada qualquer interferência do executivo que vise o caso concreto[,], quer para perseguir, quer para isentar de responsabilidades. Assim se colocará em parâmetros razoáveis o compromisso que exista entre o executivo e o M.º P.º, de modo a salvaguardar-se a já aludida autonomia”.³²

Também deveremos atender “aos diferentes níveis nos quais poder político e Ministério Público detêm competências – com aquele que, no campo e no domínio prático das coisas, deve ter um papel chave na concretização da política criminal, entendemos a titularidade do inquérito como uma garantia constitucionalmente atribuída ao Ministério Público³³ com o fito de o dotar do meio legal/formal que se (nos) apresenta como indispensável à participação na execução da política criminal e com o sentido de salvaguardar as reais possibilidades de bem desempenhar as tarefas pelas quais lhe vão ser exigidas responsabilidades”.³⁴ E é “(...), a circunstância de o poder de direcção do inquérito pelo Ministério Público ter origem e consagração no texto da CRP

³² MOURA, JOSÉ SOUTO DE, *Inquérito e Instrução*, Centro de Estudos Judiciários, Jornadas de Direito Processual Penal, O Novo Código de Processo Penal, Livraria Almedina, Coimbra, 1995, pp.108 e 109.

³³ Hoje, por força do n.º 1, do art. 219.º, da C.R.P., “(...) a direcção do inquérito, no sentido em que neste se concretiza a fase do processo penal português essencial em matéria de investigação criminal (...)”, constitui uma competência constitucionalmente atribuída ao M.P., GASPAR, JORGE, *Titularidade da Investigação Criminal e Posição Jurídica do Arguido*, Lisboa, 2001, p. 23.

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 24.

[que] traz a esta magistratura acrescidas responsabilidades no domínio da prossecução das finalidades do processo penal, pelo que é ela destinatária de uma implícita injunção constitucional no sentido da optimização da concordância prática entre aquelas, isto é, entre a busca de eficácia na investigação criminal e a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, *maxime* do arguido.”³⁵

“Integrado no Título IX – Administração Pública – da Parte III – Organização do poder político -, o art. 272.º da CRP – Polícia -, enquadra (constitucionalmente) as funções da polícia (n.º 1), estabelece um princípio de mínimo necessário para a utilização das medidas de polícia (n.º 2), impõe o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos como uma barreira intransponível à actividade de prevenção criminal (n.º 3) e remete para a lei o regime das forças de segurança (n.º 4).”³⁶

“A polícia judiciária é uma actividade auxiliar da justiça penal, levada a cabo pela Administração Pública e marcada pela submissão dos actos praticados e das medidas empreendidas ao regime do Direito Processual Penal,³⁷ o que, aliás, encontra expressa correspondência legal no nosso CPP”³⁸, na al. c), do n.º 1, do art. 1.º. “De acordo com o firmado entendimento das coisas, relativamente à polícia judiciária – enfim, aos órgãos de polícia criminal – será preciso proceder à articulação do disposto no art. 272.º da CRP com o dispositivo constitucional respeitante ao Ministério Público, o art. 219.º, fundamentalmente no que tange ao exercício da acção penal por esta magistratura e à sua participação na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania.”³⁹ E “um ponto que classificaríamos como constituindo uma referência geral liga-se à defesa da legalidade democrática, que, como se constata, constitui tanto uma função do Ministério Público (art. 219.º, n.º 1) como da polícia (art. 272, n.º 1).”⁴⁰ “Ora, constituindo a defesa da legalidade democrática a trave mestra de todas as (outras)

³⁵ *Idem, ibidem*, pp. 24 e 25.

³⁶ “Polícia, em sentido funcional, «como a actividade que consiste na emissão de regulamentos e na prática de actos administrativos e materiais que controlam condutas perigosas dos particulares com o fim de evitar que estas venham ou continuem a lesar bens sociais cuja defesa preventiva através de actos de autoridade seja consentida pela Ordem Jurídica», *idem, ibidem*, p. 26 (*apud* Sérvulo Correia, Polícia, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Vol. 6, Lisboa, 1994, p. 394). “Em sentido institucional ou orgânico, «polícia é todo o serviço administrativo que, nos termos da lei, tenha como tarefa exclusiva ou predominante o exercício de uma actividade policial - gira à volta da destriça entre polícia administrativa e polícia judiciária», *idem, ibidem*, p. 26 (*apud* Sérvulo Correia, Polícia, in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Vol. 6, Lisboa, 1994, p. 406).

³⁷ Está, por tudo isso, marcada pelos mesmos princípios aos quais está subordinado qualquer outro órgão da Administração da Justiça, nomeadamente os princípios da legalidade, objectividade e colaboração na realização do direito.

³⁸ Esta caracterização é de ordem finalística, GASPARG, JORGE, *op. cit.*, p. 27. Note-se que os princípios previstos no art. 272.º da C.R.P. “«são, porém, princípios gerais aplicáveis a todos os tipos de polícias, de forma abranger: (a) a polícia administrativa em sentido restrito; (b) a polícia de segurança; (c) a polícia judiciária»” – como nos alertam Gomes Canotilho e Vital Moreira.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 28.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 28.

funções do Ministério Público constitucionalmente enumeradas e, assim, também da sua participação na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, e sendo também aquela uma das funções que são, por via da CRP, atribuídas à polícia, então tudo isto significa que a defesa da legalidade democrática pelos órgãos de polícia criminal no decurso de uma qualquer investigação criminal ocorre por força da coadjuvação que devem ao Ministério Público, titular do inquérito.”⁴¹

Ora, “a defesa da legalidade democrática pelos órgãos de polícia criminal” (...) “no âmbito das actividades de investigação criminal” (...) “acontece (...) «sob a directa orientação do Ministério Público e na sua dependência funcional» (art. 263.º, n.º 2, *in fine*, do CPP); directa orientação, porque os poderes de emissão de directivas e de controlo por parte do Ministério Público têm também como escopo a sindicância da boa defesa da legalidade democrática pelos órgãos de polícia criminal; dependência funcional, na medida em que acontece igualmente fora de qualquer relação que pressuponha hierarquia, mantendo o espaço livre, portanto, para que aquela própria de cada corpo policial se faça valer, no mesmo plano da defesa da legalidade democrática, para lá dos limites do processo penal”.⁴² “Ocupando-se do problema da direcção do inquérito, o art. 263.º do CPP, dizendo, no n.º 1, que a «direcção do inquérito cabe ao Ministério Público, assistido pelos órgãos de polícia criminal», e concretizando, no n.º 2, que «os órgãos de polícia criminal actuam sob a directa orientação do Ministério Público e na sua dependência funcional», coloca, como se constatou, os termos do relacionamento entre o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal no preenchimento dos conceitos de «assistência», «directa orientação» e «dependência funcional».”⁴³ Da conjugação do “(...) n.º 1, do art. 55.º («Compete aos órgãos de polícia criminal coadjuvar as autoridades judiciais com vista à realização das finalidades do processo»), os n.ºs 1 e 2, do art. 263.º, (1. «A direcção do inquérito cabe ao Ministério Público, assistido pelos órgãos de polícia criminal»; 2. «Para efeito do disposto no número anterior, os órgãos de polícia criminal actuam sobre a directa orientação do Ministério Público e na sua dependência funcional») e o n.º 1 do art. 270.º⁴⁴ («o Ministério Público pode conferir a órgãos de polícia criminal o encargo de

⁴¹ *Idem, ibidem*, pp. 29 e 30.

⁴² *Idem, ibidem*, pp. 30 e 31.

⁴³ *Idem, ibidem*, p.31.

⁴⁴ “O CPP admite, com excepções, que o Ministério Público possa «conferir a órgãos de polícia criminal o encargo de procederem a quaisquer diligências e investigações relativas ao inquérito» (art. 270.º, n.º1), acrescentando que a «delegação (...) pode ser

procederem a quaisquer diligências e investigações relativas ao inquérito» – com excepção do disposto no n.º 2), todos do CPP»⁴⁵, “julgamos não ser compaginável uma plena autonomia táctica dos órgãos de polícia criminal no domínio da investigação criminal, pois o exercício do poder de direcção do inquérito pelo Ministério Público e das prerrogativas que dele decorrem – e que devem ser accionadas com o objectivo fundamental de manter o equilíbrio (em concreto) entre as finalidades do processo penal – sempre bulirá, em maior ou menor medida, com a liberdade na tomada de opções caracterizadora da autonomia táctica. [Com efeito,] defendemos, ao invés, uma autonomia mitigada, isto é, conciliadora de alguma autonomia dos órgãos de polícia criminal no desenho táctico das investigações – justificada por uma maior proximidade existencial face ao crime e ao fenómeno delinquente em geral – e da necessidade instantânea de um firme e eficaz exercício do poder de direcção do inquérito pelo Ministério Público, justificado não só pela tentativa de optimização da concordância entre a eficácia na administração da justiça penal” (...) “e a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos”, (...) “como também por se tratar de uma magistratura (e de uma autoridade judiciária) politicamente legitimada”.⁴⁶

“À laia de remate preliminar, as soluções legais consagradoras do tipo de relações entre o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal são antevistas constitucionalmente, por força da interpretação dos dispositivos dos arts. 219.º e 272.º, pelo que a competência de coadjuvação dos segundos e a sua autonomia técnica total e táctica mitigada não exime o primeiro do dever constitucional de gerir a «política criminal em acção». Compete ao Ministério Público, assim sendo, moldar o exercício do poder de orientação e o gozo das prerrogativas decorrentes da sua supremacia funcional face aos órgãos de polícia criminal – pois também por esta via estará a participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania – guiado pela preocupação de optimizar a concordância prática entre a necessidade de eficácia na investigação criminal e o reforço das garantias de defesa do arguido durante a fase em que aquela se desenvolve.”⁴⁷ Enfim, “como diz Figueiredo Dias, «na direcção da tarefa de investigação», então competirá especialmente a tal autoridade judiciária, no âmbito

efectuada por despacho de natureza genérica que indique os tipos de crime ou os limites das penas aplicáveis aos crimes em investigação» (n.º 4 do mesmo artigo).”, *idem, ibidem*, p. 44.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp. 34 e 35.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, pp. 36 e 37.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, pp. 38 e 39.

dos poderes oferecidos pela supremacia funcional que detém, a montante, orientar os órgãos de polícia criminal no sentido de estes buscarem objectividade nas investigações que materialmente realizem e, a juzante, controlar a efectividade ou não do cumprimento cabal dos mandamentos dessa orientação. Só desta forma se perceberá o exercício da direcção da tarefa de investigação, compreendendo-se, por outra via, que, no domínio prático-concreto, essa tarefa venha a caber a ambas as entidades”.⁴⁸ Por fim, coloca-se uma questão essencial: esta investigação criminal decorre sob a égide da publicidade ou do segredo de justiça?

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 48.

Capítulo 3

Evolução Histórica

3. Evolução Histórica

A Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, fixou claramente a regra da publicidade do processo penal, ao consagrar que ele é público mas “o juiz de instrução pode, mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido e ouvido o Ministério Público, determinar, por despacho irrecorrível, a sujeição do processo, durante a fase de inquérito, a segredo de justiça, quando entenda que a publicidade prejudica os direitos daqueles sujeitos ou participantes processuais.”⁴⁹

Apesar do processo penal ser público, nem sempre assim foi. Com efeito, e sem recuar muito no tempo, pela Lei n.º 43/86, de 26 de Setembro, foi concedida autorização legislativa ao Governo, em matéria de processo penal, e com o sentido e extensão quanto a este tema referia o ponto n.º 5 – “alargamento da publicidade dos autos a partir da decisão instrutória ou, não tendo esta tido lugar, a partir do momento em que já não puder ser requerida, com a consequente tipificação dos direitos de assistência pelo público à realização de actos processuais, sua narração pelos meios de comunicação social e obtenção de cópias extractos e certidões”.

Esta autorização legislativa viria a dar origem ao D.L. n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, entrando em vigor em 1 de Junho de 1987, revogando, assim, o Código de Processo Penal de 1929.

Por sua vez, a Lei n.º 90-B/95, de 1 de Setembro, concedia autorização legislativa ao Governo para rever o Código de Processo Penal de 1987, dando origem ao D.L. n.º 317/95, de 28 de Novembro e, a Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto, alterou a redacção de um considerável número de artigos do Código de Processo Penal, entrado em vigor no primeiro dia de 1999. Também o D.L. n.º 320-C/2000, de 15 de Dezembro, entrado em vigor no primeiro dia do novo milénio procedeu a significativas alterações.

Em 1995, são introduzidas alterações ao normativo que prevê o crime de violação do segredo de justiça – artigo 371.º do Código Penal. Em 1997, a Constituição da República Portuguesa consagra o segredo de justiça no n.º 3, do artigo 20.º e, em 1998, é alterado no Código de Processo Penal o normativo que contempla o segredo de

⁴⁹ N.º 2, do art. 86.º, do C.P.P.

justiça, artigo 86.º, exactamente para rectificar efeitos perversos resultantes da existência de uma investigação sujeita ao segredo de justiça. Em 2003, discute-se nova alteração prevendo a alteração de um processo de estrutura acusatória mitigado pelo princípio da investigação oficial, por um sistema acusatório puro.

Sem nos determos minuciosamente na análise daqueles normativos, importa, no entanto, até para extrairmos as diferenças, ver pelo menos um pouco do n.º 1 do artigo 86.º que precedeu ao que actualmente vigora. Aí se estatuiu que “o processo penal é, sob pena de nulidade, público, a partir da decisão instrutória ou, se a instrução não tiver lugar, do momento em que já não pode ser requerida. O processo é público a partir do recebimento do requerimento a que se refere o artigo 287.º, n.º 1, alínea a), se a instrução for requerida apenas pelo arguido e este, no requerimento, não declarar que se opõe à publicidade”.

Desde logo, ressaltam diferenças significativas nas versões até agora vistas. Importa, no entanto, atender, mais em pormenor, à versão dada à luz pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto. Na verdade, esta vai muito para além da Lei n.º 109/X. A proposta já previa a regra da publicidade interna do inquérito e a vinculação ao segredo de justiça de todos os que contactam com o processo ou têm conhecimento de elementos do processo, no entanto, a referida proposta de lei mantinha a regra do segredo externo da justiça no inquérito.

A Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, ora em vigor, consagra quatro novas regras fundamentais:

- a. A regra da publicidade (interna e externa)⁵⁰ do inquérito, salvo decisão irrecorrível do juiz de instrução que ordena o segredo externo⁵¹ do processo.

⁵⁰ “A publicidade interna é o conhecimento dos actos e resoluções judiciais pelas partes através da sua participação nelas.”, EIRAS, AGOSTINHO, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Coleção Argumentum, 1992, p. 15. Por sua vez, “a publicidade externa do processo, isto é, quando e como pode o processo ser revelado a terceiros que não são sujeitos processuais.”, ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição actualizada, 2008, p. 239. Como escreve AGOSTINHO EIRAS, *ibidem*, pp. 11 e 12, que surge-nos imperioso nesta sede “clarificar o conceito de publicidade, tentando detectar nesse termo polissémico as diferentes noções. Ele pode ser tomado como: a) a possibilidade de conhecimento público, por difusão geral, das diligências e tramitação do processo; b) a possibilidade de conhecimento, por divulgação, dos factos objecto do processo (...);” “c) a publicidade como actuação, que inclui a participação em funções processuais de pessoas alheias aos tribunais – o acesso do povo à administração da justiça”. “São conhecidas outras classificações, designadamente as dicotómicas: (I) publicidade em sentido amplo (ou externo, extraprocessual, ou geral), que inclui pessoas não participantes no processo, e publicidade em sentido restrito (ou interno, particular ou processual), cujo conhecimento é limitado às partes no processo; (II) publicidade passiva, em que há simples acesso ao conhecimento do processo, e publicidade

- b. A regra da publicidade (interna e externa) da instrução.
- c. A definição da publicidade externa como incluindo a assistência do público aos actos processuais, mesmo aos praticados no inquérito e na instrução.
- d. A vinculação ao segredo de justiça de todos os que contactam com o processo ou têm conhecimento de elementos do processo, incluindo, portanto, os jornalistas.⁵²

A Lei n.º 48/2007 vai, assim, muito além da proposta de Lei n.º 109/X. A proposta já previa a regra da publicidade interna do inquérito e a vinculação ao segredo de justiça de todos os que contactam com o processo ou têm conhecimento de elementos do processo mas a proposta mantinha a regra do segredo externo da justiça no inquérito. O processo estaria sujeito ao segredo de justiça, desde a abertura do inquérito, até ao termo do prazo para requerer a abertura da instrução, excepto quando o Ministério Público determinasse o contrário, podendo este determinar a publicidade externa do processo em qualquer momento do inquérito, quando entendesse que ela não prejudicaria a investigação e os direitos dos participantes processuais ou das vítimas e o arguido concordasse com a publicidade externa, sendo necessária, no caso de haver vários arguidos, a concordância de todos eles. Contudo, aquando a entrada em vigor da Lei n.º 26/2010, de 30 de Agosto, a al. a), do n.º 6, do artigo 86.º, reduzirá, da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, a “assistência, pelo [do] público em geral, à realização do debate instrutório e dos actos processuais na fase de julgamento”.

Prevía-se ainda que o processo continuasse sujeito ao segredo externo de justiça na instrução, quando o arguido o requeresse, declarando que se opunha à publicidade.

activa, em que se verifica a participação em diligências; (III) publicidade directa ou imediata (que permite ao público assistir aos actos processuais) e indirecta ou mediata (relativa à possibilidade de divulgação ou difusão de notícias do processo)”. Assim como “a classificação trazida por Rogério Lauria Tucci (Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro, p. 213). Para o citado autor, o princípio da publicidade pode ser dividido da seguinte forma: 1) publicidade ativa – através dela determinados atos do processo são involuntariamente conhecidos do público; 2) publicidade passiva – verifica-se quando o público, por iniciativa própria, sponte sua, toma conhecimento de determinados atos do processo; 3) publicidade imediata – quando a cognição dos atos do processo está franqueada a todos os cidadãos; 4) publicidade mediata – quando deles só se toma conhecimento mediante certidão, cópia, ou pelas mass media (imprensa, por exemplo); 5) publicidade absoluta (externa) quando todos os atos do processo se realizam perante as partes, sendo acessíveis ao público em geral; 6) publicidade restrita (interna) – quando alguns ou todos eles se realizam somente perante as pessoas diretamente interessadas e seus respectivos procuradores judiciais, ou, ainda, apenas estes”, JÚNIOR, AMÉRICO BEDÊ e SENNA, GUSTAVO, *Princípios do Processo Penal, Entre o Garantismo e a Efetividade da Sanção*, Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 320.

⁵¹ “Fala-se de segredo interno para referir o relativo ao processo, o que afecta as partes”. O segredo externo servirá “para referir o extraprocessual, relativo a quem não é parte no processo; de proibição de conhecer e de proibição de tornar públicos os actos processuais, sendo a primeira relativa a quem é parte no processo e a segunda a todos os cidadãos, quer o sejam ou não”, EIRAS, AGOSTINHO, *ibidem*, pp. 23 e 24.

⁵² ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *op. cit.*, pp. 239 e 240.

“Assim, se o arguido nada dissesse ou se dissesse que não se opunha à publicidade, valeria a publicidade externa. Era a regra fixada pela Lei n.º 59/98, de 25.8. A novidade estava na instrução requerida pelo assistente, em que valeria a regra da publicidade externa”.⁵³ Se a instrução fosse requerida pelo arguido e pelo assistente, bastava que este se opusesse à publicidade para que valesse a regra do segredo externo e, no caso de haver vários arguidos e assistentes requerentes, o processo mantinha-se secreto, se um dos arguidos se opusesse à publicidade.⁵⁴ A lei “definia a publicidade externa como incluindo a assistência do público dos actos processuais, mas ressalvava expressamente os actos praticados no inquérito e na instrução”.⁵⁵

⁵³ *Idem, ibidem*, p. 240.

⁵⁴ Laborinho Lúcio considerou que “ao segredo de justiça seria assim atribuída uma dupla função de tutela: por um lado de valores tributários de direitos individuais fundamentais do cidadão arguido; por outro lado, de protecção da eficácia da investigação. Daqui resultaria, como regra, que aquele se concentraria na fase de inquérito, vigorando, excepcionalmente, durante a instrução quando especiais razões de respeito por aquele duplo quadro de valores o justificassem”, SANTOS, M. SIMAS e HENRIQUES, M. LEAL-, *Código de Processo Penal Anotado*, I Volume, Editora Reis dos Livros, 2.ª Edição, Reimpressão Actualizada, 2003, p. 461.

⁵⁵ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *op. cit.*, p. 240.

Capítulo 4

Noção e Plano Axiológico do Segredo de Justiça

4. Noção e Plano Axiológico do Segredo de Justiça

“(…) «processo secreto» e «segredo de justiça» são entidades conceitualmente distintas, embora complementares (…)”.⁵⁶

Aqui, “o princípio ou a regra do segredo de justiça significa que há uma fase do expediente processual em que o processo se mantém secreto”.⁵⁷ Ora, mais precisamente, “segredo de justiça é [será] o «especial dever de que são investidas determinadas pessoas que intervêm no processo penal, de não revelar factos ou conhecimentos que só em razão dessa qualidade adquiram»”.⁵⁸ Deste modo, “o dever de guardar este segredo «pressupõe, assim, uma relação jurídica que tem como sujeitos, de um lado, o Estado, titular da acção penal e do interesse em vista do qual o segredo é instituído, e de outro, determinados intervenientes no processo, e que implica responsabilidade criminal em caso de violação pelos segundos.”⁵⁹

“No domínio do processo penal, o segredo de justiça é a regra segundo a qual é proibido, subjectiva ou objectivamente, assistir a actos ou revelar o conteúdo de documentos, diligências ou actos de processo”.⁶⁰ “Poderemos encarar o segredo de justiça no plano subjectivo - quem está vinculado - (...)”⁶¹. Assim, “o segredo de justiça vincula os magistrados e adjuvantes (funcionários judiciais, defensores, autoridades policiais, peritos), os arguidos, os assistentes, as partes civis, as testemunhas e qualquer pessoa que conheça os elementos do processo após ter tomado contacto com

⁵⁶ Segredo de Justiça, *Liberdade de Informação e Protecção da Vida Privada*, Procuradoria-Geral da República, (Algumas Questões), Lisboa, 1981, (separata do BMJ n.º 309), pp. 11 e 12: “com a primeira exterioriza-se uma característica objectiva, com a segunda define-se uma obrigação ou um dever subjectivados em determinadas pessoas e garantidos pela ameaça de sanção penal”. (...) “A característica objectiva do secretismo não é incompatível com o conhecimento, por determinadas pessoas, da totalidade ou de parte do processo”. (...) “O secretismo do processo penal, como característica objectiva que é, veda o acesso ao mesmo processo, em termos absolutos, a quem a lei não incluir no restrito número de pessoas autorizadas a nele intervir e a tomar conhecimento, no todo ou em parte, do mesmo processo (...); o dever de guardar segredo de justiça circunscreve-se às pessoas concretamente definidas na lei como habilitadas a intervir no processo em determinada qualidade”.

⁵⁷ SANTOS, M. SIMAS e HENRIQUES, M. LEAL-, *Código de Processo Penal Anotado*, I Volume, Editora Reis dos Livros, 2.ª Edição, Reimpressão Actualizada, 2003, p. 453.

⁵⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 453 (*apud* in Parecer n.º 121/80, de 81.07.23 da P.G.R. BMJ 309-121).

⁵⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 453.

⁶⁰ EIRAS, AGOSTINHO, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Colecção Argumentum, 1992, p. 54.

⁶¹ *Idem*, *ibidem*, p. 54.

ele”⁶². Todos incorrerão em responsabilidade criminal se revelarem factos de que tiverem conhecimento quando o processo esteja sob o manto do segredo de justiça, isto porque “no âmbito subjectivo, o segredo de justiça consiste numa obrigação de «non facere», isto é, numa proibição que envolve em primeiro lugar todos os participantes processuais (noção muito mais ampla do que a de sujeitos processuais)”.⁶³ Por outro lado, o âmbito objectivo, consiste na “(...) proibição de assistência ou tomada de conhecimento e proibição de divulgação (als. a) e b) do n.º 4)”⁶⁴ de acto processual ou dos seus termos. Assim, estão impedidos “(...) de assistir à realização do acto processual abrangido pelo segredo de justiça ou de tomar conhecimento do seu conteúdo quem não tenha o direito ou o dever de assistir a ele”⁶⁵, (...) “está também vedada a divulgação da realização do acto processual ou dos seus termos”⁶⁶, isto é, “(...) da forma como decorreu, dos incidentes que nele se terão verificado, do conteúdo de requerimento apresentado”⁶⁷, independentemente do motivo que presidir a tal divulgação.

Por isso, podemos sumariamente “tentar uma [melhor] definição de «segredo de justiça», nestes termos: é aquele especial dever de que são investidas determinadas pessoas que intervêm no processo penal, de não revelar factos ou conhecimentos que só em razão dessa qualidade adquiriram”⁶⁸. Outrossim, “o «segredo de justiça», objectivamente considerado, é, como todo e qualquer segredo, nuclearmente constituído por factos ou acontecimentos de que se tem conhecimento e devem permanecer ocultos para tutela de determinados interesses que a administração da justiça entende dever prosseguir”.⁶⁹

Asseveramos que “a vigência do segredo de justiça nas fases preliminares do processo penal é *plurisignificativa* no plano axiológico: trata-se, por um lado, de um mecanismo destinado a garantir a efectividade social do princípio da presunção de inocência do arguido, durante fases processuais que ainda estão cronologicamente

⁶² *Idem, ibidem*, pp. 54 e 55.

⁶³ SANTOS, M. SIMAS e HENRIQUES, M. LEAL-, *Código de Processo Penal Anotado*, I Volume, Editora Reis dos Livros, 2.ª Edição, Reimpressão Actualizada, 2003, p. 455.

⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 456.

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 456.

⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 457.

⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 457.

⁶⁸ *Segredo de Justiça, Liberdade de Informação e Protecção da Vida Privada*, Procuradoria-Geral da República, (Algumas Questões), Lisboa, 1981, (separata do BMJ n.º 309), p. 12.

⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 12.

distantes do julgamento, julgamento esse que pode, inclusivamente, nem vir a ter lugar por força dum arquivamento do processo (art. 277.º) ou duma não pronúncia (art. 308.º, n.º 1, *in fine*); noutro plano, é uma forma de garantir condições de eficiência da investigação e de preservação de possíveis meios de prova, quer a prova obtida quer a eventual prova a obter; finalmente, como variante específica deste último aspecto, o segredo de justiça pode assumir igualmente uma função de garantia para pessoas que intervêm no processo – em particular as vítimas e as testemunhas – que, de outra forma, poderiam ficar numa fase preliminar do processo expostas a retaliações e vinganças de arguidos ou pessoas que lhes sejam próximas”.⁷⁰ Contudo, “sendo esta a vertente axiológica positiva que enforma a figura do segredo de justiça, não se pode excluir, no entanto, que na prática o instituto seja também ilegitimamente invocado para dar cobertura a fins ilegítimos, como sejam o propósito de não expor as deficiências ou debilidades da investigação, a falta de meios, de competências ou de empenho dos aplicadores do Direito ou a preservação de fontes de informação associadas às quebras ilícitas do segredo de justiça”.⁷¹

Porém, para a legislação processual penal portuguesa, o interesse ou o bem jurídico tutelado pelo segredo de justiça é o da qualidade da investigação criminal. “No fundo, o segredo de justiça funciona como um pressuposto ou um instrumento, positivo ou negativo, do sucesso da qualidade da investigação que está a ser desenvolvida do ponto de vista processual penal.”⁷² E isto porque, se imediatamente se tutelasse a presunção de inocência, “(...) o segredo de justiça teria de ser preservado até ao momento em que a sentença transitasse em julgado e, só a partir daí, na altura em que a

⁷⁰ PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA, *Segredo de Justiça e Acesso ao Processo*, Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, Almedina, Coimbra, 2004, p. 71. Segundo, SILVA, GERMANO MARQUES DA, *in Curso de Processo Penal*, II, Verbo, 2.ª edição revista e actualizada, 1999, p. 25, aponta como fins deste instituto “a) o eventual prejuízo para a investigação dos factos resultantes do conhecimento das diligências de investigação planeadas ou em curso de realização; b) o dano para a honorabilidade das pessoas que são objecto de investigação, resultante da divulgação de factos ainda não suficientemente indiciados e sobretudo antes de o arguido deles se poder defender; c) protecção do público em geral contra os abusos de alguma imprensa que cultiva o gosto do escândalo”. SANTOS, M. SIMAS e HENRIQUES, M. LEAL-, *Código de Processo Penal Anotado*, I Volume, Editora Reis dos Livros, 2.ª Edição, Reimpressão Actualizada, 2003, pp. 453 e 454 – apresentam ainda, como fundamento da consagração do segredo de justiça nas fases de inquérito e instrução, a salvaguarda da dignidade da magistratura.

⁷¹ PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA, *ibidem*, p. 72. Neste sentido, ver também, DÂMASO, EDUARDO, *Os Segredos da Justiça e Todos os Outros*, Conselho Superior da Magistratura, II Encontro Anual – 2004, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, pp. 129 a 143. Porque, também aqui, “(...) mais grave ainda do que a violação é a manipulação que à sua sombra se faz da comunicação social. À sombra do segredo que não pode ser imediatamente confirmado, quantas vezes a fonte consegue ver publicado aquilo que dá jeito à sua estratégia”, SILVA, GERMANO MARQUES DA, *O Segredo de Justiça, Perspectiva Político-jurídica da sua Relevância no Combate à Criminalidade, na Garantia dos Direitos dos Cidadãos e no Prestígio das Instituições Judiciárias*, Conselho Superior da Magistratura, II Encontro Anual – 2004, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, p. 87.

⁷² LÚCIO, LABORINHO, Ministro da Justiça, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação – Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 14.

presunção de inocência deixa de existir, ou porque se confirma a inocência ou porque se confirma a culpa, é que o segredo de justiça desaparece”⁷³. “Quer isto dizer que, ao violar o segredo de justiça, do ponto de vista estritamente jurídico, viola-se o bem jurídico que é a tutela da qualidade da investigação mas, indirectamente, no plano estritamente cultural, acaba por se violar também o direito ao bom nome e à intimidade da vida privada. Essa violação, todavia, não pode ser por essa via, no sistema que temos actualmente, juridicamente prevista e sujeita, também ela, a uma condenação correspondente”⁷⁴.

“Diremos, então, que o segredo de justiça, juridicamente, defende a qualidade da investigação e, indirectamente, sempre que preservado, acaba por defender outro tipo de bens ou de interesses fundamentais que o sistema jurídico, originária e assumidamente, não tutela mas, porque é preservado o segredo de justiça, acaba por tutelar também”⁷⁵. Também “diria, então, que, numa concepção jurídica-sociológica, se quiserem, enquanto se preservar o segredo de justiça, preserva-se também o direito ao bom nome e à intimidade da vida privada e que, quando se viola o segredo de justiça – sendo certo que podem violar-se os dois –, o que leva, porventura, à condenação jurídico-criminal é a violação do interesse da qualidade da instrução e não a do interesse da defesa de valores individuais”⁷⁶. Assim, “ninguém questionará que o segredo de justiça, enquanto instituto jurídico-processual, tem como meta e desígnio acautelar a qualidade de investigação e fazer com que aqueles que a ele acedam não se sirvam do que do contacto com o processo conheçam para distorcer os fins do processo, pré-ordenado à averiguação da verdade material”⁷⁷.

Contudo, “o segredo de justiça não é um segredo profissional nem com ele se confunde, quer objectiva quer subjectivamente.”⁷⁸ Note-se, ainda, que não se deverá confundir “o segredo de justiça de carácter processual e o dever de reserva como

⁷³ *Idem, ibidem*, p. 14.

⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 15.

⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 15.

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 15.

⁷⁷ RAPOSO, MÁRIO, Provedor da Justiça, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação – Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 24.

⁷⁸ Segundo AGOSTINHO EIRAS, in *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Informatizados*, Coimbra Editora, Coleção Argumentum, 1992, pp. 8 e 9, e, ver ainda, *Segredo de Justiça, Liberdade de Informação e Protecção da Vida Privada*, Procuradoria-Geral da República, (Algumas Questões), Lisboa, 1981, (separata do BMJ n.º 309), pp. 11 e 12 e COSTA, ARTUR RODRIGUES DA, *Segredo de Justiça e Comunicação Social*, Revista do Ministério Público, Ano 17, n.º 68, Outubro/Dezembro 1996, p. 53.

imposição estatutária”⁷⁹. “Embora o dever de reserva constitua, de *jure condito*, um dever estatutário cuja violação tem implicações disciplinares ele mais não é que a transposição legal de uma norma ético-deontológica”⁸⁰. E “o dever de reserva do ponto de vista deontológico, ou seja, das normas de conduta que hão-de pautar a actividade do Juiz, tem como escopo a protecção da imparcialidade e aparência de imparcialidade e da independência de cada magistrado judicial.”⁸¹ Não obstante, “o dever de reserva, na medida em que preserva a intervenção do juiz,⁸² promove[r] a realização da função simbólica da justiça”⁸³. Por outro lado, este dever “não pode ter uma amplitude tal que coarcte a liberdade de expressão ou o direito à participação cívica de cada juiz”⁸⁴. Ora, se não é menos verdade que “Magistrados e Jornalistas - cumprindo cada um a sua obrigação profissional - têm um papel decisivo de apaziguamento das tensões sociais”⁸⁵, também “os jornalistas, sem se autolimitarem, têm de saber dar o tempo da justiça à justiça”⁸⁶.

⁷⁹ AFONSO, ORLANDO, *Dever de Reserva – O seu Papel na Jurisdição*, Conselho Superior da Magistratura, II Encontro Anual – 2004, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, p. 147.

⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 153.

⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 153.

⁸² Ora, para além dos Juízes, o dever de reserva impende sobre o Ministério Público e os Advogados.

⁸³ Conselho Superior da Magistratura, II Encontro Anual – 2004, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, Conclusões, B) Segredo de Justiça e Dever de Reserva, ponto 9, p. 175.

⁸⁴ *Idem, ibidem*, ponto 10, p. 175.

⁸⁵ *Idem, ibidem*, ponto 14, p. 176.

⁸⁶ *Idem, ibidem*, ponto 15, p. 176.

Capítulo 5

Segredo de Justiça

5. Segredo de Justiça

O estudo dos capítulos 5.1 e 5.2 do presente trabalho comporta a descrição estrutural do segredo de justiça através dos seus âmbitos material e subjectivo (violação de segredo de justiça). A aludida distinção possibilita compreender o conjunto de realidades sujeitas a segredo e os comportamentos proibidos em relação a essas realidades, bem como fixar o círculo dos potenciais autores do crime de violação de segredo de justiça, para além dos potenciais vinculados ao mesmo, e de, por outro, caracterizar a conduta susceptível de integrar tal crime para deste modo, delimitar aquele âmbito subjectivo. A final adoptou-se o método do direito comparado onde se descrevem as respectivas soluções que os ordenamentos jurídicos inglês, espanhol e português colhem no que a esta temática diz respeito.

5.1. Âmbito Material do Segredo de Justiça

São os “(...) factos que ditam as normas”⁸⁷? Ou, “(...) é a *facti-species* jurídica que nos fornece o óculo pelo qual havemos de “in-speccionar” a realidade de facto”⁸⁸?

“O âmbito material do segredo de justiça abrange o conjunto de realidades sujeitas a segredo e os comportamentos proibidos em relação a essas realidades. Na lei processual, ficam sujeitos ao segredo de justiça a “ocorrência”, o “conteúdo” e os “termos” dos actos processuais⁸⁹ praticados durante a vigência do segredo (...),⁹⁰ implicando essa regime as proibições de (a) “assistência à prática ou tomada de

⁸⁷ MACHADO, J. BAPTISTA, *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Livraria Almedina, Coimbra, 6.ª reimpressão, 1993, pp. 44 a 49 - teoria da força normativa dos factos.

⁸⁸ *Idem*, *ibidem*, pp. 80 a 82.

⁸⁹ “Será, pois, altura de lembrar a velha distinção de Luís Osório: «Actos do processo compreende tudo o que no processo se passa, quer seja reduzido a escrito quer não, assim um auto de busca, a querela, a sentença, a inquirição de testemunhas, os debates». De uma outra perspectiva mais estática, os diversos actos que formam o processo constituem peças processuais, enquanto elementos de um todo. Assim é que, na literatura jurídica, é comum empregar esses dois vocábulos indiferentemente. «Documentos são todos os escritos juntos ao processo para aí desempenharem uma função de prova». A designação actos do processo abrange, por outro lado, a participação-crime e as medidas cautelares, como as referidas no art. 248.º e segs. do C.P.P.”, COSTA, ARTUR RODRIGUES DA, *Segredo de Justiça e Comunicação Social*, Revista do Ministério Público, Ano 17, n.º 68, Outubro/Dezembro 1996, pp. 63 e 64. Ver também, mais pormenorizadamente, SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Curso de Processo Penal*, II, Verbo, 2.ª edição revista e actualizada, 1999, pp. 12 a 20 e SANTOS, M. SIMAS e HENRIQUES, M. LEAL, *Código de Processo Penal Anotado*, I Volume, Editora Reis dos Livros, 2.ª Edição, Reimpressão Actualizada, 2003, pp. 446 a 448 e 454 e 455.

⁹⁰ Als. a) e b), n.º 8, do art. 86.º, do C.P.P.

conhecimento do conteúdo de acto processual a que não tenham o direito ou o dever de assistir” (...) ⁹¹ e de (b) “divulgação da ocorrência de acto processual ou dos seus termos, independentemente do motivo que presidir a tal divulgação” (...) ⁹² ⁹³.

Contudo, “o âmbito material do tipo incriminador contido no art. 371.º, n.º 1 do Código Penal é distinto, revelando-se mais limitado quanto à matéria da proibição” ⁹⁴. “Por um lado, a proibição do art. 371.º, n.º 1 do Código Penal molda-se sobre a revelação do “teor de acto processual”, o que abrange o seu conteúdo e, eventualmente, os seus termos, mas não abrange seguramente a mera ocorrência ⁹⁵. A divulgação da ocorrência de um acto processual é proibida pela lei do processo, mas não mereceu tutela penal por via do crime previsto no art. 371.º do Código Penal. Como a lei processual, por seu turno, não prevê qualquer consequência jurídica para tal facto, a divulgação da ocorrência de acto processual sujeito a segredo de justiça é isenta de consequências penais sancionatórias” ⁹⁶. Desta feita, “o segredo externo não inclui as declarações sobre os próprios factos históricos conhecidos pelo depoente. Dito de outro modo, quem deponha no processo submetido a segredo externo não pode divulgar o acto processual em que participou, nem a sua realização nem o seu conteúdo (“dos seus termos”), isto é, as perguntas que lhe foram feitas e as respostas que deu. Mas esta pessoa pode falar publicamente sobre os factos históricos de que tem conhecimento, pois a divulgação deste conhecimento não está abrangida pela proibição legal” ⁹⁷. Porque, “com efeito, o direito Português não prevê a faculdade do MP impor o dever de silêncio sobre o conhecimento dos factos históricos, previsto no artigo 391- quinquies do CPP Italiano, introduzido pela Lei n.º 397, de 7.12.2000” ⁹⁸.

Assim, “o âmbito objectivo do segredo não inclui as declarações de uma pessoa no sentido de que não participou em nenhum acto processual ou não foi visada por nenhum acto processual. Mas já inclui as declarações públicas no sentido de que esta ou aquela pergunta não lhe foi feita, esta ou aquela diligência não foi realizada na sua

⁹¹ Al. a), n.º 8, do art. 86.º, do C.P.P.

⁹² Al. b), n.º 8, do art. 86.º, do C.P.P.

⁹³ PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA, *Segredo de Justiça e Acesso ao Processo*, Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, Almedina, Coimbra, 2004, p. 75.

⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 75.

⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 75 (*apud* Assim, MEDINA DE SEIÇA in FIGUEIREDO DIAS (dir.). *Comentário Conimbricense do Código Penal*. Tomo III, Coimbra Editora, Coimbra, 2001, 650 (em anotação ao art. 371.º)).

⁹⁶ *Idem, ibidem*, pp. 75 e 76.

⁹⁷ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição, 2008, p. 242.

⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 242.

presença ou com a sua participação, ou determinada diligência não teve certo resultado. A expressão “independentemente do motivo que presidir a tal divulgação” no art. 86.º, n.º 8, al. b) visa precisamente evitar a divulgação do conteúdo do acto processual, mesmo quando ela se afigure necessária para a defesa da honra da pessoa, a segurança de pessoa e bens ou tranquilidade pública ou mesmo para a reposição da verdade, seja ela a “verdade material” dos factos investigados, seja ela a “verdade processual”.⁹⁹ Pois, só a conduta descrita na al. b), do n.º 8, do art. 86.º, do Código de Processo Penal “é materialmente equivalente à conduta proibida pelo tipo penal do art. 371.º do Código Penal (e mesmo assim só na parte da “divulgação dos termos do acto processual”, já não a mera divulgação da ocorrência do acto, como se referiu)”¹⁰⁰. Deste modo, concluímos que “existe, contudo, um elemento comum à regulação processual e à regulação substantiva do segredo de justiça que se deve destacar, porque em si mesmo constitui uma fronteira significativa do regime de segredo que está em vigor: apenas são objecto do segredo de justiça o teor, o conteúdo ou os termos de actos processuais, e não já o facto histórico que deu origem ao processo e que constitui o seu objecto essencial¹⁰¹. Este é anterior ao acto processual e pode ser livremente divulgado sem violação das regras processuais ou substantivas do segredo de justiça”¹⁰². “Por outro lado, a conduta penalmente proibida no art. 371.º traduz-se em (ilegitimamente) dar conhecimento, no todo ou em parte, do teor do acto processual reservado (isto é, sujeito a segredo de justiça ou outro regime de reserva) (...)”¹⁰³, ou a cujo decurso não for permitida a assistência do público em geral, estes são os factos que realizam a previsão do tipo incriminador. Porém, será que uma conduta processualmente proibida fica fora do âmbito do tipo penal, como a que seja de tomar conhecimento do conteúdo de acto processual?

⁹⁹ “O interessado deve nestes casos recorrer ao instrumento previsto no art. 86.º, n.º 13”, *idem, ibidem*, pp. 242 e 243.

¹⁰⁰ PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA, *Segredo de Justiça e Acesso ao Processo*, Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, Almedina, Coimbra, 2004, p. 76.

¹⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 76 (*apud* Neste sentido, em pormenor, MEDINA DE SEIÇA, Comentário Conimbricense III (cit. nt. 10), 650).

¹⁰² *Idem, ibidem*, p. 76. Neste sentido, ver também, *Código de Processo Penal e a sua Interpretação Jurisprudencial, Doutrina e Jurisprudência*, 2.ª edição revista, atualizada e ampliada, Coordenação: ALBERTO SILVA FRANCO/RUI STOCO, Volume 1, Parte Constitucional, ALBERTO SILVA FRANCO/ CARLOS VICO MAÑAS/ LUIZ CARLOS BETANHO/ MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES/ SÉRGIO MAZINA MARTINS/ TATIANA VIGGIANI BICUDO, 1.ª edição: Setembro 1999; 2.ª tiragem: Fevereiro 2001 (Anterior à Reforma da Lei n.º 11.690/08), p. 1060.

¹⁰³ *Idem, ibidem*, p. 76 (*apud* Assim, MEDINA DE SEIÇA, Comentário Conimbricense III (cit. nt. 10), 649).

5.2. Âmbito Subjectivo do Segredo de Justiça e Violação do Segredo de Justiça

Discurso do Bastonário da Ordem dos Advogados

na Abertura do Ano Judicial - 2010-01-28. "(...) E, claro, tudo sempre atirado para a comunicação social com uma abundância de pormenores que já só espanta pela impunidade com que tudo isso acontece. É neste contexto que se agravou o problema das permanentes e cirúrgicas violações do segredo de justiça em fases processuais em que os arguidos e os seus defensores não podem aceder ao processo. Essas violações vão quase sempre no sentido de incriminar os suspeitos e de conduzir à formulação pública de juízos de culpabilidade sobre pessoas a quem a lei, ingenuamente, manda tratar como inocentes. Há uma chocante promiscuidade entre certos sectores da investigação criminal e certos órgãos da comunicação social." (...) "Grande parte da investigação criminal faz-se para a comunicação social, com o intuito óbvio de criar artificialmente o alarme social necessário à aplicação de medidas de coacção mais severas e de condenações mais duras. As violações cirúrgicas do segredo de justiça traduzem-se quase sempre em vantagens processuais para a acusação e em prejuízos para a defesa. Em muitos casos os arguidos já chegam condenados à audiência de julgamento, sendo eles que têm de provar a sua inocência e não a acusação que tem de provar a sua culpabilidade. A culpa necessária à condenação já fora previamente demonstrada na comunicação social, e de tal maneira, que ao julgador não resta outra alternativa que não condenar os arguidos, senão acaba ele mesmo condenado a preceito por certos órgãos de informação, através da já consagrada fórmula tabelar - «polícia prende, juiz solta». Já se generalizou na sociedade portuguesa a convicção de que as violações do segredo de justiça não podem ser punidas porque certos jornalistas e certos jornais que publicam essas violações sabem demais. Por outro lado, para certos órgãos de informação, a liberdade de imprensa transformou-se em pura «libertinagem de imprensa». Perante a incapacidade dos jornalistas sérios e do próprio Estado em proteger esse valor fundamental da sociedade democrática, esses órgãos de pseudo informação acusam, denunciam, especulam e caluniam, sob a orientação de fontes judiciais anónimas, sempre sem qualquer respeito pela dignidade humana e pelos direitos mais elementares das suas vítimas. É tempo de pôr cobro a essa promiscuidade. Os tribunais deixaram de inspirar confiança aos cidadãos. Como se pode compreender que as gravações de conversas telefónicas, ordenadas por um juiz no âmbito de uma investigação criminal, sejam colocadas na Internet, mais concretamente no YouTube, depois de os visados terem sido absolvidos e o processo ter sido arquivado? Como se pode compreender que essas gravações não tenham sido destruídas quando deixaram de ter relevância como meio de prova ou, pelo menos, com o trânsito em julgado da decisão que absolveu os arguidos escutados? O segredo de justiça foi transformado numa verdadeira farsa e já é tempo de lhe pôr termo – ou à farsa ou ao segredo. (...)”

Marinho Pinto defende fim da fase de instrução. **O bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho Pinto**, defendeu ontem o fim da fase de instrução nos processos judiciais, criticando o que chamou «promiscuidade funcional» entre magistrados do Ministério Público e juízes. Num debate em Lisboa sobre o sistema judicial promovido pela sociedade de advogados MLGTS, Marinho Pinto afirmou que a fase de instrução é «uma farsa» que serve apenas «para um juiz legitimar a acusação com um ato burocrático». «É uma ilusão pensar que há uma fase contraditória perante um juiz ou uma reavaliação dos elementos perante um julgador isento e imparcial», disse. Para o bastonário dos advogados era preferível «passar logo ao julgamento», o que seria «mais honesto e até menos oneroso». Marinho Pinto apontou uma «promiscuidade funcional» entre magistrados do Ministério Público e juízes, afirmando que é mais evidente nas pequenas comarcas, quando «os procuradores agem como juízes e os juízes como procuradores». Essa promiscuidade, afirmou, estende-se às relações entre os órgãos de polícia criminal e os magistrados e às relações dos jornalistas com todos. Exemplificando com o caso da prisão de Bernard Madoff nos EUA, acusado de fraudes milionárias, referiu que a investigação demorou dois anos e que o suspeito foi detido «na maior discrição, sigilo e eficácia». O bastonário argumentou que em Portugal não teria sido possível fazer as coisas assim porque «mal os polícias encontrassem alguma coisa de relevante, era logo manchete no dia seguinte», afirmou. Essa promiscuidade «deu cabo do segredo de justiça em Portugal», apontou. Para Marinho Pinto, o segredo de justiça é «usado cirurgicamente para chacinar o carácter de meros suspeitos e criar alarme social para justificar penas mais pesadas e medidas de coacção mais severas». Lusa/SOL http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=16751

TSF Rádio Notícias - 21 Jan10 às 16:28. **Marinho Pinto** defende fim do segredo de Justiça. Depois da divulgação, na Internet, de várias escutas telefónicas do processo Apito Dourado, o Bastonário da Ordem dos Advogados lamentou a constante violação do segredo de Justiça. Marinho Pinto defende por isso o fim do segredo de Justiça. O Bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho Pinto, lamenta o constante desrespeito do segredo de Justiça. O Bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho Pinto, voltou esta quinta-feira a defender o fim do segredo de Justiça, por considerar que é constantemente violado. Depois da divulgação, na Internet, de várias escutas telefónicas no âmbito do processo Apito Dourado envolvendo o FC Porto e Pinto da Costa, o Bastonário lamentou o desrespeito pelo segredo de Justiça. «Infelizmente em Portugal existe segredo de Justiça para dar cobertura à incompetência de alguns magistrados e investigadores, à negligência e para fazer depois julgamentos para propiciar fugas cirúrgicas ao segredo de Justiça», sublinhou Marinho Pinto. «Para conseguir efeitos processuais, medidas de coacção mais graves, penas mais severas. Enfim, o segredo de Justiça em Portugal é uma verdadeira farsa. Era bem preferível acabar rapidamente com o segredo de Justiça», afirmou. Nos outros países não há segredo e a justiça funciona melhor", concluiu Marinho e Pinto. A divulgação do conteúdo das escutas do processo Apito Dourado, na Internet, é um crime previsto e punido pela nova lei do Cibercrime e já levou a Procuradoria-Geral da República a anunciar a abertura de um inquérito.

http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=1475520



Escutas a Pinto da Costa

reveladas no YouTube

Quinta, 21 Janeiro 2010 17:15

Algumas das escutas telefónicas feitas ao dirigente portista no âmbito do processo Apito Dourado foram colocadas num dos sites mais visitados do mundo. No total são oito excertos de conversas relativas aos vários casos que envolvem o megaprocesso Apito Dourado, sendo os mais conhecidos, o caso do Envelope, da Fruta e da camisola de Rui Jorge. Numa dessas conversas é possível ouvir António Araújo a combinar um encontro com o árbitro Augusto Duarte em casa do presidente do FCP. O processo do Apito Dourado foi desencadeado a 20 de Abril de 2004, e o desfecho final pode acabar no Supremo Tribunal Administrativo, que é presidido por Lúcio Barbosa. http://www.rtv.com.pt/www/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=1&Itemid=50&limitstart=650

Marinho e Pinto na direcção do Diário As Beiras por um dia. 11 Março 2011

O bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho e Pinto, aceitou com entusiasmo o convite para director da edição especial do 17º aniversário do Diário As Beiras, diário da região Centro com sede em Coimbra, na próxima terça-feira, dia 15. Marinho e Pinto, perante os jornalistas do diário, enfatizou os três pilares em que, no seu parecer, deve assentar o jornalismo: liberdade, verdade e responsabilidade. Ao mesmo tempo instou a redacção do diário a não se intimidar com o crescendo de casos em que os jornalistas são acusados de violação de segredo de justiça, sublinhando que o segredo de justiça só pode ser violado por quem tem o dever de o guardar, dever que não compete aos jornalistas. Assim, a edição de terça-feira do Diário As Beiras terá uma tiragem aumentada para 50 mil exemplares, sendo integralmente oferecida por um patrocinador em todos os quiosques da rede Vasp do distrito de Coimbra, assim como nos concelhos do norte do distrito de Leiria e do sul do distrito de Aveiro. Além dos cerca de 6 mil assinantes, receberão ainda como oferta a edição especial deste diário os compradores do diário i (do mesmo universo editorial) nas áreas das grandes Lisboa e Porto. Pedro Costa, director do jornal, refere que «leitores e anunciantes têm dado sinais claros da forma positiva como receberam as profundas alterações do jornal». O director avança que «desde o início do ano o Diário As Beiras regista dados objectivos de crescimento de vendas em banca e de assinaturas e também de investimento publicitário, comparativamente ao período homólogo». Fonte: Diário As Beiras.

http://www.briefing.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=10438:marinho-e-pinto-na-direcao-do-diario-as-beiras-por-um-dia&catid=70:joomla&Itemid=57

A solução para as constantes violações do segredo de justiça passa pela sua eliminação? Marinho Pinto, Bastonário da Ordem dos Advogados, defende o fim do segredo de justiça.

“Escreve Max Weber que *“existe direito quando a validade da ordem é garantida exteriormente pela probabilidade de uma coacção (física ou psíquica) que, aplicada por uma instância humana especialmente instituída para este efeito, force ao respeito e puna a violação daquela ordem ...”*”

“A publicidade constitui requisito fundamental para a realização da justiça, quer se encare esta do ponto de vista dos sujeitos processuais, do tribunal ou da sociedade. Se os sujeitos processuais devem colaborar com as autoridades judiciárias, com vista ao esclarecimento da verdade, nada melhor para conseguir esse desiderato do que permitir-lhes o conhecimento dos factos. [Outrossim,] quanto ao tribunal, se actuar à vista de todos, evitará mais facilmente críticas de parcialidade. [E] à sociedade interessa conhecer os cidadãos que a compõem, e, em especial, identificar aqueles que pautam a sua conduta por comportamentos anti-sociais.”¹⁰⁴

Por outro lado, “citam-se inconvenientes plúrimos dessa publicidade na fase anterior ao julgamento, a saber: a) «a pressão do povo sobre a autoridade judicial, em vez de ser uma garantia dos direitos humanos ... será uma força social contrária à independência e imparcialidade da justiça»¹⁰⁵; b) em vez de clarificar os factos, a publicidade pode confundi-los, pelos seguintes motivos: (I) pode criar um alarme injustificado na população, exagerando factos de reduzido alcance devido à necessidade de vender informação; (II) pode criar situações embaraçosas ao referir-se à vida privada de personalidades públicas; c) a publicidade na comunicação social é susceptível de pôr a opinião pública ao serviço de interesses materiais ou políticos de qualquer órgão de informação, em prejuízo da justiça; d) a referência à vida dos grandes delinquentes pode criar um desejo de imitação na juventude, por mórbida curiosidade; e) os próprios

¹⁰⁴ “O princípio da publicidade (...) funciona como garantia para os sujeitos processuais particulares, «pois assegura-lhes que a verdade não será abafada por uma jurisdição cega e parcial»; para o tribunal, porque a sua actuação torna-se transparente, ficando acima de críticas uma vez que a prova é produzida à vista de todos; para a comunidade em que o tribunal se insere, que verá nessa justiça a afirmação de que, em caso de lesão dos seus direitos, eles serão protegidos.”, ver, EIRAS, AGOSTINHO, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Colecção Argumentum, 1992, pp. 27 a 29 e pp. 12 e 13, e, JÚNIOR, AMÉRICO BEDÊ e SENNA, GUSTAVO, *Princípios do Processo Penal, Entre o Garantismo e a Efetividade da Sanção*, Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 318.

¹⁰⁵ EIRAS, AGOSTINHO, *ibidem*, pp. 17 e 18 (*apud* Terenciano Alvarez Pérez, *Libertad de Expresion y Derecho Penal*, p. 194).

juízes, advogados, agentes do Ministério Público e polícias, dedicar-se-iam com grande afincos aos processos sobre factos relatados na imprensa em prejuízo de outros, quiçá de maior importância social, quer pela tentação de aparecer publicamente como vedetas, quer com vista a um mais rápido acesso ou notoriedade profissional”¹⁰⁶.

Já o segredo de justiça tem como propósito: “(...) i) garantir a eficácia da investigação criminal; ii) garantir a imparcialidade do processo e do julgamento. Recentemente, a sua existência tem, também, sido justificada com: iii) a defesa da reserva da vida privada, do bom nome e da reputação dos ofendidos, arguidos ou outros intervenientes no processo crime; [e] iv) a necessidade de garantir o respeito do princípio da presunção de inocência dos arguidos.”^{107 108}

Encontram-se vinculados ao segredo de justiça, nos termos do n.º 8, do artigo 86.º, do Código de Processo Penal, “todos os sujeitos e participantes processuais, bem como as pessoas que, por qualquer título, tiverem tomado contacto com o processo ou conhecimento de elementos a ele pertencentes”. “O facto de o legislador” ter aditado “(...) o termo “sujeitos” nada altera em termos materiais o alcance da norma. Ou seja, como parece claro, no conceito de participantes processuais já se incluía o de sujeitos processuais. De outro modo não se entenderia a opção do legislador de 87, pois que não faria qualquer sentido vincular ao segredo de justiça os participantes e não os sujeitos.”¹⁰⁹

“O contacto com o processo ou com elementos dele é primordial para inclusão de um facto no tipo jurídico-criminal revelação de segredo de justiça. Assim, a pessoa autorizada a consultar um processo – quer a autorização resulte da lei quer resulte de decisão da autoridade judiciária – em fase não pública comete o crime de revelação de segredo de justiça se der conhecimento a outrem do seu conteúdo, revelando-o ou divulgando-o (...).”¹¹⁰ Também “(...) verifica-se que pode ainda haver a possibilidade

¹⁰⁶ EIRAS, AGOSTINHO, *ibidem*, pp. 17 e 18.

¹⁰⁷ Neste sentido, ver também, *idem, ibidem*, p. 23.

¹⁰⁸ Agostinho Eiras, na obra em análise, aponta vários fundamentos para o segredo de justiça nas pp. 24 e 25.

¹⁰⁹ Ver maiores desenvolvimentos, MONTE, MÁRIO FERREIRA, *O Segredo de Justiça - Algumas Questões Postas a Propósito da Anunciada Alteração do seu Regime*, Revista de Direito, Maia Jurídica, Ano IV, n.º 1, Janeiro/Junho 2006, pp. 21 e 22.

¹¹⁰ EIRAS, AGOSTINHO, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Coleção Argumentum, 1992, p.57. “(...)“O segredo de justiça pode ser violado por revelação (“A revelação consiste em transmitir o conhecimento do facto da esfera do sigilo para o conhecimento de terceiro.”, *ibidem*, p. 23.) ou divulgação, (“A divulgação consiste em comunicar o facto a um número indeterminado de pessoas.”, *ibidem*, p. 23.) directa ou indirecta. (...) Se alguém comunica o facto (“Para que um facto da vida privada deva ser objecto de divulgação através da comunicação social é necessário que seja verídico e deva ser considerado notícia. Empregamos aqui o termo «notícia» com o sentido de facto com relevo social, (...)”,

de contacto com o processo sem que o interveniente seja sujeito processual ou sequer pratique qualquer acto singular no seio do processo. De modo que o legislador vinculou ao segredo de justiça todas as pessoas que, por qualquer título, tiverem tomado contacto com o processo” ou “(...) conhecimento de elementos a ele pertencentes.”¹¹¹ Com efeito, “desde que tome contacto, então está imediatamente vinculado ao segredo de justiça, quer tenha chegado a tomar conhecimento quer não tenha”¹¹², pois na prática isso seria difícil, senão impossível de se provar.

Começando pela análise do n.º 1, do artigo 371.º, do Código Penal¹¹³, “(...) numa primeira abordagem ao tipo legal, no que se refere à autoria, diríamos que estamos perante um crime comum. Na verdade, não existe no tipo qualquer referência a um dever especial do autor ou à posição do autor que implique a existência de crime específico”¹¹⁴. Porque a formulação típica é “quem, (...) ilegitimamente der conhecimento (...)”, “(...) pelo que não é referida qualquer qualidade do autor ou dever que sobre ele impenda que permita concluir que estamos em presença de um crime específico”¹¹⁵. Então, qual o sentido que tem o termo “ilegitimamente” para efeitos de autoria? “Isto porque, se eventualmente com tal expressão o legislador pretendeu relacionar o tipo com um grupo de pessoas, de tal modo que só essas é que estariam vinculadas ao segredo e, por isso, ao revelá-lo, o fariam ilegitimamente, então faz sentido questionar se não estaríamos em presença de um crime específico.”¹¹⁶ Poderá o jornalista, em face do artigo 371.º do Código Penal, ser responsabilizado criminalmente pela violação de segredo de justiça?

“No fundo, saber se essa conduta ilegítima de dar conhecimento de acto processual coberto por segredo de justiça pode ser realizada apenas pelos que estão vinculados pelo segredo de justiça nos termos da Lei processual penal, servindo esta Lei

ibidem, pp. 42 e 43.) a terceiro *sponte* sua ou a mando de outrem é uma revelação directa; se facilita a terceiro o conhecimento do facto, por acção ou omissão, a revelação é indirecta.”, *ibidem*, p. 23.

¹¹¹ MONTE, MÁRIO FERREIRA, *op. cit.*, p. 22. “O legislador quis, e a nosso ver bem, vincular todos, mas também pretendeu com isso não ir mais longe, ao ponto de limitar absoluta e genericamente terceiros que não fossem participantes processuais ou pessoas que não tivessem tido contacto com o processo” ou “conhecimento de elementos a ele referentes.” “(...) pela simples razão de que o alcance processual do segredo de justiça não a abrange.” – p. 23. “(...) A tomada de conhecimento já estava dependente da tomada de contacto, (...)” – p. 25, assim “(...) não existe uma alteração material que configure uma modificação do círculo das pessoas vinculadas ao segredo de justiça.” – p. 24 (apenas uma clarificação).

¹¹² *Idem, ibidem*, p. 25.

¹¹³ “(...) Art. 419.º do texto inicial do CP, actual art. 371.º, depois da reforma penal de 1995.”, PINTO, FREDERICO DE LACERDA COSTA, *Segredo de Justiça e Acesso ao Processo*, Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, Almedina, Coimbra, 2004, p. 67.

¹¹⁴ MONTE, MÁRIO FERREIRA, *op. cit.*, p. 25.

¹¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 26.

¹¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 26.

como critério interpretativo do comando substantivo, ou se, pelo contrário, a Lei Penal não está atida a esse critério, sendo que os vinculados ao segredo de justiça estão imediatamente abrangidos pelo tipo do art. 371º, mas que outros, não necessariamente vinculados nos termos do CPP, também possam estar abrangidos, neste caso por terem cometido uma conduta em si ilegítima independentemente de estarem processualmente vinculados ao segredo de justiça.”¹¹⁷ Ora, “o assunto é tanto mais interessante quanto é certo que também aqui não existe, por um lado, sobreposição entre o regime do CPP e o do CP e, por outro, o deste último não remete para a Lei processual quanto à questão de saber quais os destinatários da norma substantiva.”¹¹⁸

“Donde, para o que agora importa, ou seja, para o problema da autoria, se entendermos que a expressão «ilegitimamente» se liga à qualidade de quem está vinculado ao segredo de justiça e que, por isso, ao revelar o seu conteúdo o faz ilegitimamente, sc., como se o fizesse sem ter legitimidade para o fazer por estar vinculado ao segredo, parece que, apesar de a formulação do art. 371º não sugerir de imediato uma delimitação da autoria, a verdade é que, pela interpretação efectuada a partir da Lei processual penal, a outra conclusão não se poderia chegar que não fosse a de que o crime seria específico.”¹¹⁹ “Só que a nosso ver esse não parece ser o entendimento correcto. Desde logo porque à luz do princípio da legalidade seria errado restringir o alcance da tipificação penal de acordo com a Lei processual sem que o comando substantivo assim o imponha. Mesmo que houvesse coincidência entre ambos, nem por isso se pode afirmar que em termos de autoria esta devesse ser determinada pela Lei processual. Mas também porque, justamente por respeito ao princípio da legalidade, o legislador não pretendeu restringir a autoria aos agentes que, nos termos da Lei processual, estão vinculados ao segredo de justiça.”¹²⁰

¹¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 27.

¹¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 26. Segundo FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, *Segredo de Justiça e Acesso ao Processo* in *Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Almedina, Coimbra, 2004, “Trata-se, pela sua própria natureza e finalidade, de dois regimes autónomos que não se sobrepõem e que não coincidem.”- p. 72. “De uma forma geral, pode dizer-se que a regulação processual do segredo de justiça contida no art. 86.º do CPP tem, por um lado, um âmbito material mais vasto do que o âmbito material do tipo incriminador previsto no art. 371.º do CP, mas, por outro, o âmbito subjectivo deste tipo incriminador pode ser mais vasto do que o âmbito subjectivo traçado no art. 86.º”, do C.P.P. – p. 73.

¹¹⁹ MONTE, MÁRIO FERREIRA, *ibidem*, p. 28.

¹²⁰ *Idem, ibidem*, pp. 28 e 29. “Um entendimento diverso seria contrário à letra e ao espírito do art. 371.º do Código Penal e acabaria por inutilizar a autonomia do tipo incriminador enquanto tal. Entre outros aspectos, acabaria por transformar o tipo incriminador num crime de violação de dever, quando nada no tipo sugere ter sido essa a opção do legislador. E, ademais, traria para a lei penal substantiva os limites subjectivos da lei processual que têm outra origem, função e razão de ser. Em suma, do art. 371.º, n.º 1 do Código Penal resulta um dever penal autónomo de não praticar uma conduta (dar ilegitimamente a conhecer) em função dum certo objecto (teor de acto processual sujeito a segredo de justiça ou outro regime de reserva), e não um dever condicionado pela

“A verdade é que realiza a conduta quem ilegítimamente der conhecimento, ou seja, quem estiver vinculado ao segredo de justiça ou quem, mesmo não estando vinculado ao segredo de justiça nos termos da Lei processual, o faça de modo que se possa considerar ilegítimo. E nesta segunda hipótese pode cair qualquer um.”¹²¹ (...) “Ora, o problema vem a ser o de saber o que se entende exactamente por “ilegítimamente”.”¹²²

Deste modo, “parece poder defender-se que uma pessoa que obtém uma informação de forma ilícita – usando meios fraudulentos –, de alguém que está vinculado ao segredo, então estará a cometer o crime. Já assim não será se a informação é obtida de forma lícita: por exemplo, se alguém, podendo até ser um participante processual, consciente de que está vinculado ao segredo de justiça, mesmo assim, entrega voluntariamente a um jornalista informações do processo que, por sua vez, de forma legítima as divulga. Dizemos de forma legítima porque não se pode tratar tal informação como se de uma mercadoria clandestina se tratasse. [Aqui] a ilegitimidade não advém do facto de se divulgar algo que está coberto pelo segredo de justiça, visto que se assim fosse qualquer pessoa cometeria o crime mesmo que o fizesse legitimamente”¹²³ (legitimamente, isto é, v.g. n.ºs 9, 11, 12 e 13, do artigo 86.º, do Código de Processo Penal). E, “nesse caso a expressão «ilegítimamente» estaria a mais no tipo legal.”¹²⁴ Assim bastaria dizer apenas “Quem, independentemente de ter tomado contacto com o processo, (...) der conhecimento, no todo ou em parte, do teor de acto de processo penal que se encontre coberto por segredo de justiça (...)”. O que não é o caso. Pois “o legislador teve consciência de que uma tal formulação limitaria absolutamente o direito à informação, tanto na sua vertente de direito a ser informado, como de se informar, como a informar.”¹²⁵ Ora, “o legislador quis limitar, mas punindo

vinculação processual decorrente do art. 86.º, (...)” n.º 8, do C.P.P., PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA, *op. cit.*, p. 81.

¹²¹ MONTE, MÁRIO FERREIRA, *ibidem*, p. 29. Veja-se, também, quanto ao nível estatutário [n.º 3, do art. 8.º, da Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro – (actualizada pelos seguintes diplomas: - Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 114/2007, de 20 de Dezembro), (Estatuto do Jornalista)], não obstante, estar vedado aos jornalistas o acesso às fontes de informação quando estão em causa processos em segredo de justiça, os mesmos fazem destes, o penhor do aumento das suas tiragens. Nestes termos, os jornalistas, o fazem de modo ilegítimo, uma vez que, não possuindo esse direito (de acesso às fontes de informação dos processos em segredo de justiça) estatutariamente, bem como, no âmbito do processo penal, certamente o adquiram modo ilegítimo (fraudulento), preenchendo os elementos subjectivo e objectivo do ilícito do tipo legal previsto e punido pelo art. 371.º do C.P. (pois, não basta a prova de que os seus comportamentos preencham os elementos objectivos ínsitos no referido tipo legal, como bem explorou o AcTRP, proc. n.º 0810623, de 09.02.2009).

¹²² *Idem, ibidem*, p. 29.

¹²³ *Idem, ibidem*, p. 29.

¹²⁴ *Idem, ibidem*, p. 29.

¹²⁵ *Idem, ibidem*, p. 29.

criminalmente, apenas aqueles que não podem divulgar por estarem vinculados e aqueles que não podem divulgar por, no exercício do direito à informação, na sua vertente de se informar, terem obtido essa informação de forma ilícita.¹²⁶ Concluindo assim, que a expressão “ilegitimamente” tem “(...) a dupla função de, por um lado, fixar o círculo dos potenciais autores do crime de violação de segredo de justiça, para além dos potenciais vinculados ao mesmo, e de, por outro, caracterizar a conduta susceptível de integrar tal crime, (...)”¹²⁷. Assim, o jornalista que tiver obtido a informação por meio ilegítimo deverá ser punido por violação de segredo de justiça.

Não será exagero afirmar que “o interesse jornalístico em processos que atingem elevada projecção mediática desperta o apetite voraz pela descoberta de uma incerta verdade, seja a verdade histórica, seja a verdade processual, sendo esta última por natureza precária e débil, já que ela se encontra em formação. Por seu turno, tal apetite voraz, aliado à falta de ética e competência com que, por vezes, os órgãos de comunicação social actuam, conduz a bem sucedidas violações do segredo de justiça.” De facto, “tais violações do segredo de justiça têm efectivamente lesado os bens jurídicos que com ele se pretendem proteger.”¹²⁸ (...) “E não falta quem aproveite, em discursos mais ou menos populistas e/ou motivados por interesses não declarados, para afirmar que o segredo de justiça de nada serve, é sempre violado e como tal mais valia não existir, excepto para determinado tipo de crimes que a noção de decência mínima impõe. Diz-se ainda que um regime aberto como o que se propõe (ausência do segredo de justiça para os sujeitos processuais na generalidade dos crimes) teria a grande vantagem de limitar os casos em que vigora o segredo de justiça e, por essa via, facilitar a descoberta do agente do crime quando ele se verifique nos poucos casos em que ainda vigorasse. Entendemos que este tipo de argumentos não tem qualquer merecimento.”¹²⁹

Afinal, “por um lado – toda a gente o sabe – a norma, impondo-se à vontade dos homens, é sempre susceptível de ser violada. A repetição da violação de uma norma não pode, por si só, conduzir à necessidade da sua revogação. De outro modo, porque não

¹²⁶ “Desde que a tenham obtido de forma lícita, isto é, desde que quem a transmitiu o tenha feito consciente e voluntariamente, não pode levar à impossibilidade do seu uso por quem, legitimamente, tem o direito de fazê-lo.”, *idem, ibidem*, pp. 29 e 30.

¹²⁷ *Idem, ibidem*, p. 31.

¹²⁸ PAVÃO, HENRIQUE, *O Regime do Segredo de Justiça, no Inquérito na sua Vertente Interna*, Conselho Superior da Magistratura, II Encontro Anual – 2004, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, p. 121.

¹²⁹ *Idem, ibidem*, p. 121.

revogar a norma que tipifica e penaliza o crime de furto, de tráfico ou de homicídio?”¹³⁰
“Não há que ter contemplanções em exigir responsabilidades, quando a responsabilização pelos próprios actos for um princípio geral do direito, aplicável a todos sem excepção, porque em democracia irresponsáveis devem ser só os inimputáveis.”¹³¹

No Reino Unido, a regra do sigilo, perpassa também a fase intermediária (“*transfer for trial*”). Sob epígrafe do 17, do “*Criminal Procedure and Investigations Act 1996*”, consagra-se a “confidencialidade das informações divulgadas”, aqui se prescreve que “(6) where — (a) an application is made under subsection (4), and (b) the prosecutor or a person claiming to have an interest in the object or information applies to be heard by the court, the court must not make an order granting permission unless the person applying under paragraph (b) has been given an opportunity to be heard”¹³² contudo, “(4) if — (a) the accused applies to the court for an order granting permission to use or disclose the object or information, and (b) the court makes such an order, the accused may use or disclose the object or information for the purpose and to the extent specified by the court”^{133 134}. “(2) The accused may use or disclose the object or information — (a) in connection with the proceedings for whose purposes he was given the object or allowed to inspect it, (b) with a view to the taking of further criminal proceedings (for instance, by way of appeal) with regard to the matter giving rise to the proceedings mentioned in paragraph (a), (c) in connection with the proceedings first mentioned in paragraph (b)”¹³⁵, também “(3) the accused may use or disclose — (a) the object to the extent that it has been displayed to the public in open court, or (b) the information to the extent that it has been communicated to the public in open court; but

¹³⁰ *Idem, ibidem*, p. 121.

¹³¹ SILVA, GERMANO MARQUES DA, *O Segredo de Justiça, Perspectiva Político-jurídica da sua Relevância no Combate à Criminalidade, na Garantia dos Direitos dos Cidadãos e no Prestígio das Instituições Judiciárias*, Conselho Superior da Magistratura, II Encontro Anual – 2004, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, p. 113.

¹³² (6), do 17, do “*Criminal Procedure and Investigations Act 1996*”: Se (a) o pedido for feito ao abrigo da subsecção (4), (b) e o procurador ou a pessoa que reclama ter interesse no objecto ou informação recorrer para ser ouvido pelo tribunal, o tribunal não deverá emitir despacho a conceder permissão a menos que a pessoa que recorre ao abrigo do parágrafo (b) tenha sido dada a oportunidade de ser ouvida.

¹³³ (4), do 17, do “*Criminal Procedure and Investigations Act 1996*”: Se o arguido recorrer ao tribunal para a concessão de permissão para usar ou divulgar o objecto ou a informação, e o tribunal conceder autorização, o acusado pode utilizar ou divulgar o objecto ou a informação para o efeito e dentro da extensão especificada pelo tribunal.

¹³⁴ (7), do 17, do “*Criminal Procedure and Investigations Act 1996*”: “*References in this section to the court are to — (a) a magistrates' court, where this Part applies by virtue of section 1 (1); (b) the Crown Court, where this Part applies by virtue of section 1 (2)*”: As referências feitas nesta secção para o tribunal são para (a) tribunal judicial, quando esta parte recorra em virtude da secção 1 (1); (b) o Tribunal da Coroa, quando esta parte recorra em virtude do n.º 1 (2).

¹³⁵ (2), do 17, do “*Criminal Procedure and Investigations Act 1996*”: O acusado pode utilizar ou divulgar o objecto ou informação (a) em conexão com o processo, que através de cujos propósitos lhe foi dado o objecto ou permissão para inspecioná-lo, (b) com vista à adopção de processos penais adicionais (por exemplo, por meio de recurso) no que diz respeito à matéria que deu origem ao processo mencionado na alínea (a), ou (c) em conexão com o processo anteriormente mencionado na alínea (b).

*the preceding provisions of this subsection do not apply if the object is displayed or the information is communicated in proceedings to deal with a contempt of court under section 18*¹³⁶, ademais, “(1) if the accused is given or allowed to inspect a document or other object under — (a) section 3, 4, 7, 9, 14 or 15, or (b) an order under section 8, then, subject to subsections (2) to (4), he must not use or disclose it or any information recorded in it”¹³⁷.

Ora, o 18, sob a epígrafe “violação da confidencialidade”, menciona que “(1) it is a contempt of court for a person knowingly to use or disclose an object or information recorded in it if the use or disclosure is in contravention of section 17”¹³⁸. (4) Se “(a) a person is guilty of a contempt under this section, and (b) the object concerned is in his possession, the court finding him guilty may order that the object shall be forfeited and dealt with such manner as the court may order”¹³⁹ e, “(7) if — (a) a person is guilty of a contempt under this section, and (b) a copy of the object concerned is in his possession, the court finding him guilty may order that the copy shall be forfeited and dealt with in such manner as the court may order”¹⁴⁰. “(10) The powers of a magistrates' court under this section may be exercised either of the court's own motion or by order on complaint”¹⁴¹ e, “(5) the power of the court under subsection (4) includes power to order the object to be destroyed or to be given to the prosecutor or to be placed in his custody for such period as the court may specify”¹⁴². “(3) A person who is guilty of a contempt under this section may be dealt with as follows — (a) a magistrates' court may commit him to custody for a specified period not exceeding six

¹³⁶ (3), do 17, do “*Criminal Procedure and Investigations Act 1996*”: O acusado pode utilizar ou divulgar o objecto até à extensão que foi exibida ao público em audiência pública, ou a informação até à extensão que foi comunicada ao público em audiência pública; mas as disposições anteriores desta subsecção não se aplicam se o objecto é exibido ou as informações são comunicadas em processos para julgar uma ofensa ao tribunal sob a secção 18.

¹³⁷ (1), do 17, do “*Criminal Procedure and Investigations Act 1996*”: Se ao acusado é dado ou permitido inspecionar um documento ou outro objecto sob (a) a secção 3, 4, 7, 9, 14 ou 15, ou (b) uma ordem ao abrigo da secção 8, então, sujeito às subsecções (2) a (4), ele está proibido de usar ou divulgá-lo ou qualquer informação gravada no mesmo.

¹³⁸ (1), do 18, do “*Criminal Procedure and Investigations Act 1996*”: Constitui uma ofensa ao tribunal se uma pessoa intencionalmente usar ou divulgar um objecto ou informação nele gravada se o seu uso ou divulgação estiver em contravenção com a secção 17.

¹³⁹ (4), do 18, do “*Criminal Procedure and Investigations Act 1996*”: Se (a) uma pessoa é culpada de uma ofensa ao abrigo desta secção, e (b) o objecto em questão está em seu poder, o tribunal que o considere culpado pode ordenar que o objecto seja apreendido e tratado conforme o tribunal ordenar.

¹⁴⁰ (7), do 18, do “*Criminal Procedure and Investigations Act 1996*”: (a) Se uma pessoa é culpada de ofensa ao abrigo esta secção, e (b) uma cópia do objecto se encontra na sua posse, o tribunal que o considere culpado pode ordenar que a cópia seja apreendida ou tratada conforme o tribunal ordenar.

¹⁴¹ (10), do 18, do “*Criminal Procedure and Investigations Act 1996*”: Os poderes do tribunal judicial ao abrigo desta secção podem ser exercidos pela própria iniciativa do tribunal ou por ordem de uma queixa.

¹⁴² (5), do 18, do “*Criminal Procedure and Investigations Act 1996*”: O poder do tribunal sob a subsecção (4), inclui o poder de ordenar que o objecto seja destruído ou dado ao procurador ou que seja colocado na sua custódia por um período cuja duração o tribunal especificar.

months or impose on him a fine not exceeding £5,000 or both; (b) the Crown Court may commit him to custody for a specified period not exceeding two years or impose a fine on him or both.”¹⁴³

Para a fase de julgamento, vigora o “*Contempt of Court Act 1981*” que, no seu 1, estipula a responsabilidade objectiva. Nesta lei, constitui ofensa ao tribunal a conduta que tende a interferir com o curso da justiça, em particular num processo judicial, independentemente da sua intenção: “*in this Act “the strict liability rule” means the rule of law where by conduct may be treated as a contempt of court as tending to interfere with the course of justice in particular legal proceedings regardless of intent to do so*”. No seu 2 limita-se o âmbito da responsabilidade objectiva, enumerando: “*(1) the strict liability rule applies only in relation to publications, and for this purpose “publication” includes any speech, writing, [F1 programme included in a cable programme service] or other communication in whatever form, which is addressed to the public at large or any section of the public. (2) The strict liability rule applies only to a publication which creates a substantial risk that the course of justice in the proceedings in question will be seriously impeded or prejudiced. (3) The strict liability rule applies to a publication only if the proceedings in question are active within the meaning of this section at the time of the publication*”¹⁴⁴. Porém, ressaltam-se os casos prescritos no 3 “*Defence of innocent publication or distribution*” onde se infere que “*(1) a person is not guilty of contempt of court under the strict liability rule as the publisher of any matter to which that rule applies if at the time of publication (having taken all reasonable care) he does not know and has no reason to suspect that relevant proceedings are active*”¹⁴⁵ e, “*(2) a person is not guilty of contempt of court under the strict liability rule as the distributor of a publication containing any such matter if at the time of distribution (having taken all reasonable care) he does not know that it*

¹⁴³ (3), do 18, do “*Criminal Procedure and Investigations Act 1996*”: A pessoa que é culpada pela ofensa ao abrigo desta secção pode ser tratada da seguinte forma: (a) tribunal judicial pode determinar o seu aprisionamento por um determinado período não superior a seis meses ou impor-lhe uma multa não superior a £5000, ou ambos; (b) o Tribunal da Coroa pode determinar o aprisionamento por um determinado período não superior a dois anos ou aplicar-lhe uma multa, ou ambos.

¹⁴⁴ (1), (2) e (3), do 2, da “*Contempt of Court Act 1981*”: (1) a regra da responsabilidade objectiva aplica-se apenas em relação a publicações, e para este efeito entende-se que “publicação” inclui qualquer discurso, escrito ou outra comunicação em qualquer forma, que é dirigida ao público ou a qualquer secção deste; (2) A regra da responsabilidade objectiva aplica-se apenas a uma publicação que crie um risco substancial de impedimento ou prejuízos sérios para o curso da justiça nos processos em questão; (3) regra da responsabilidade objectiva aplica-se a uma publicação apenas se os processos em questão se encontrem pendentes na aceção desta secção à data da publicação.

¹⁴⁵ (1), do 3, da “*Contempt of Court Act 1981*”: Uma pessoa não pode ser considerada culpada por ofensa ao tribunal sob a regra da responsabilidade objectiva como editor de uma publicação à qual regra se aplica, se à data da publicação (tendo sido tomadas todas as precauções razoáveis) este não tem conhecimento e não tem razões de suspeita de que os processos relevantes estão pendentes.

contains such matter and has no reason to suspect that it is likely to do so”¹⁴⁶. Contudo, “*the burden of proof of any fact tending to establish a defence afforded by this section to any person lies upon that person*”.¹⁴⁷ Também o 4 “*Contemporary reports of proceedings*” afirma que, uma pessoa não pode ser considerada culpada por ofensa ao tribunal sob a regra da responsabilidade objectiva em relação a um relatório justo e preciso de processos judiciais abertos ao público, publicado simultaneamente e de boa fé - “(1) *subject to this section a person is not guilty of contempt of court under the strict liability rule in respect of a fair and accurate report of legal proceedings held in public, published contemporaneously and in good faith*”. No entanto, “(2) *in any such proceedings the court may, where it appears to be necessary for avoiding a substantial risk of prejudice to the administration of justice in those proceedings, or in any other proceedings pending or imminent, order that the publication of any report of the proceedings, or any part of the proceedings, be postponed for such period as the court thinks necessary for that purpose*”¹⁴⁸. Contudo, o 5 “*Discussion of public affairs*”, constitui de certa forma uma excepção ao *supra* mencionado, ao prescrever que, “*a publication made as or as part of a discussion in good faith of public affairs or other matters of general public interest is not to be treated as a contempt of court under the strict liability rule if the risk of impediment or prejudice to particular legal proceedings is merely incidental to the discussion*”¹⁴⁹.

“*Nothing in the foregoing provisions of this Act — (a) prejudices any defence available at common law to a charge of contempt of court under the strict liability rule; (b) implies that any publication is punishable as contempt of court under that rule which would not be so punishable apart from those provisions; (c) restricts liability for contempt of court in respect of conduct intended to impede or prejudice the*

¹⁴⁶ (2), do 3, da “*Contempt of Court Act 1981*”: Uma pessoa não pode ser considerada culpada por ofensa ao tribunal sob a regra da responsabilidade objectiva como distribuidor de uma publicação contendo qualquer matéria se à data da distribuição (tendo tomadas todas as precauções razoáveis) ele não sabe que a publicação contém essa matéria e não tem razões para suspeitar que a possa conter.

¹⁴⁷ Este (3), do 3, determina que o ónus da prova de qualquer facto que tende a estabelecer uma defesa concedida por esta secção para qualquer pessoa recai sobre essa mesma pessoa.

¹⁴⁸ (2), do 4, da “*Contempt of Court Act 1981*”: Em quaisquer destes processos, o tribunal pode, onde parecer ser necessário para evitar um risco substancial de prejuízo à administração da justiça no processo, ou em qualquer outro processo pendente ou iminente, ordenar que a publicação de qualquer relatório do processo, ou qualquer parte do processo, seja adiada por um período cuja duração o tribunal achar necessária para o efeito.

¹⁴⁹ A publicação feita como, ou como parte de uma discussão em boa-fé de assuntos públicos ou outras questões de interesse público não deve ser tratada como uma ofensa ao tribunal sob a regra da responsabilidade objectiva, se o risco de impedimento ou prejuízo para particulares processos judiciais é meramente casual em relação à discussão.

administration of justice.”¹⁵⁰ Para além disso, “*no court may require a person to disclose, nor is any person guilty of contempt of court for refusing to disclose, the source of information contained in a publication for which he is responsible, unless it be established to the satisfaction of the court that disclosure is necessary in the interests of justice or national security or for the prevention of disorder or crime*”¹⁵¹.

Em Espanha, sempre que se dê início a um sumário, por delito cometido por meio da imprensa, gravação ou outro meio mecânico de publicação, proceder-se-á ao sequestro dos exemplares do impresso ou imagem, onde quer que se encontrem, também se sequestrará o molde destes e averiguar-se-á de imediato quem tenha sido o autor real do texto ou imagem.¹⁵² O art. 817 considera que “*si el escrito o estampa se hubiese publicado en periódico, bien en el texto del mismo, bien en hoja aparte, se tomará declaración para averiguar quién haya sido el autor al Director o redactores de aquél y al Jefe o Regente del establecimiento tipográfico en que se haya hecho la impresión o grabado*”¹⁵³. “*Para ello se reclamará el original de cualquiera de las personas que lo tengan en su poder, la cual, si no lo pusiere a disposición del Juez, manifestará la persona a quien lo haya entregado.*”¹⁵⁴ Já “*si el delito se hubiese cometido por medio de la publicación de un escrito o de una estampa sueltos, se tomará la declaración expresada en el artículo anterior al Jefe y dependientes del establecimiento en que se haya hecho la impresión o estampación*”.¹⁵⁵ ¹⁵⁶ E quando “*no pudiere averiguarse quién sea el autor real del escrito o estampa, o cuando por*

¹⁵⁰ 6 da “*Contempt of Court Act 1981*”: Nenhuma das disposições antecedentes a este Acto: (a) causa prejuízo a qualquer defesa disponível na lei comum a uma acusação de ofensa ao tribunal sob a regra da responsabilidade objectiva; (b) implica que qualquer publicação é punível como ofensa ao tribunal sob a regra que poderia não ser tão punível exceptuando essas provisões; (c) restringe a responsabilidade para a ofensa ao tribunal referente à conduta de intenção de impedir ou prejudicar a administração da justiça. Daqui, se infere, que a punição por ofensa ao tribunal possui como substrato a boa administração da justiça, mas cuja instauração do processo, segundo o 7, depende do consentimento do Procurador-geral ou se iniciará a requerimento do Tribunal - 7: “*Proceedings for a contempt of court under the strict liability rule (other than Scottish proceedings) shall not be instituted except by or with the consent of the Attorney General or on the motion of a court having jurisdiction to deal with it*”.

¹⁵¹ 10 da “*Contempt of Court Act 1981*”: Nenhum tribunal pode exigir uma pessoa a revelar, nem é qualquer pessoa culpada por ofensa ao tribunal, por se recusar a revelar a fonte das informações contidas numa publicação para a qual é responsável, a menos que seja estabelecido a contento do tribunal que a divulgação é necessária no interesse da justiça ou da segurança nacional ou para a prevenção da desordem ou crime.

¹⁵² Art. 816 da “*Ley de Enjuiciamiento Criminal*”.

¹⁵³ Caso o documento ou imagem tenha sido publicado em periódico, bem como no texto do mesmo ou em folha separada, tomar-se-á declaração para averiguar quem tenha sido o autor ou director ou redactores daquele e ao chefe ou regente do estabelecimento tipográfico em que tenha sido realizada a impressão ou gravação.

¹⁵⁴ Para ele reclamar-se-á o original de qualquer uma das pessoas que o tenham em seu poder, a qual, se não o colocar à disposição do Juiz, indicará a pessoa a quem o tenha entregado.

¹⁵⁵ Art. 818 da “*Ley de Enjuiciamiento Criminal*”: Caso o crime tenha sido cometido por meio da publicação de um documento ou imagem soltos, tomar-se-á declaração expressa no artigo anterior ao chefe e dependentes do estabelecimento onde tenha sido realizada a impressão ou estampagem.

¹⁵⁶ Art. 822 da “*Ley de Enjuiciamiento Criminal*”: “*no se considerarán como instrumentos o efectos del delito más que los ejemplares impresos del escrito o estampa y el molde de ésta*” - Não serão considerados como instrumentos ou efeitos do crime mais que os exemplares impressos do documento ou imagem e o molde desta.

hallarse domiciliado en el extranjero o por cualquier otra causa de las especificadas en el Código Penal no pudiere ser perseguido, se dirigirá el procedimiento contra las personas subsidiariamente responsables, por el orden establecido en el artículo respectivo del expresado Código”¹⁵⁷. Contudo, “no será bastante la confesión de un supuesto autor para que se le tenga como tal y para que no se dirija el procedimiento contra otras personas, si de las circunstancias de aquél o de las del delito resultaren indicios bastantes para creer que el confeso no fue el autor real del escrito o estampa publicados”¹⁵⁸.

“Unidos a la causa el impreso, grabado u otro medio mecánico de publicación que haya servido para la comisión del delito, ya averiguado el autor o la persona subsidiariamente responsable, se dará por terminado el sumario”¹⁵⁹ e, “dictada sentencia firme en contra de los subsidiariamente responsables, no se podrá abrir nuevo procedimiento contra el responsable principal si llegare a ser conocido”¹⁶⁰. Em suma, quando ocorre um crime cometido por meio da imprensa, gravação ou outro meio mecânico de publicação se procederá à apreensão desta, bem como dos seus moldes, e se investigará o autor real do texto ou imagem, para tanto solicitando a indicação do autor ao director, redactores e ao chefe ou regente do estabelecimento tipográfico, mas, quando tal não seja possível, a corte de foice estipula-se a responsabilidade subsidiária.

Em Portugal, “a publicação de textos ou imagens através da imprensa que ofenda bens jurídicos penalmente protegidos é punida nos termos gerais, sem prejuízo do disposto” na Lei 2/99, de 13 de Janeiro e, “sempre que a lei não cominar agravação diversa, em razão do meio de comissão, os crimes cometidos através da imprensa são punidos com as penas previstas na respectiva norma incriminatória, elevadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo”¹⁶¹.

¹⁵⁷ Art. 819 da “*Ley de Enjuiciamiento Criminal*”: Quando não poder ser determinado o autor real do documento ou imagem, ou quando este tenha domicílio no estrangeiro ou por qualquer outra causa especificada no C.P. não poder ser perseguido, dirigir-se-á o processo contra as pessoas subsidiariamente responsáveis, pela ordem estabelecida no respectivo artigo do referido Código.

¹⁵⁸ Art. 820 da “*Ley de Enjuiciamiento Criminal*”: Não será suficiente a confissão de um suposto autor para que este seja considerado como tal e para que não se dirija o processo contra outras pessoas, se das circunstâncias daquele ou das do crime resultarem indícios suficientes para crer que o confessado não foi o autor real do documento ou imagem publicados.

¹⁵⁹ Art. 823 da “*Ley de Enjuiciamiento Criminal*”: Reunidos à causa a impressão, gravação ou outro meio mecânico de publicação que tenha servido para o cometimento do crime, e descoberto o autor ou a pessoa subsidiariamente responsável, dar-se-á por terminado o sumário.

¹⁶⁰ Art. 820 da “*Ley de Enjuiciamiento Criminal*”: Proferida a sentença contra os subsidiariamente responsáveis, não poder-se-á abrir novo processo contra o responsável principal se este chegar a ser conhecido.

¹⁶¹ N.º 2, do art. 30.º, da Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro.

“Sem prejuízo do disposto na lei penal, a autoria dos crimes cometidos através da imprensa cabe a quem tiver criado o texto ou a imagem cuja publicação constitua ofensa dos bens jurídicos protegidos pelas disposições incriminadoras.”¹⁶² “Nos casos de publicação não consentida, é autor do crime quem a tiver promovido”¹⁶³ e “o director, o director-adjunto, o subdirector ou quem concretamente os substitua, assim como o editor, no caso de publicações não periódicas, que não se oponha, através da acção adequada, à comissão de crime através da imprensa, podendo fazê-lo, é punido com as penas cominadas nos correspondentes tipos legais, reduzidas de um terço nos seus limites”¹⁶⁴. Já, “tratando-se de declarações correctamente reproduzidas, prestadas por pessoas devidamente identificadas, só estas podem ser responsabilizadas, a menos que o seu teor constitua instigação à prática de um crime”¹⁶⁵, o mesmo se aplicará “(...) igualmente em relação aos artigos de opinião, desde que o seu autor esteja devidamente identificado”¹⁶⁶. “Instaurado o procedimento criminal, se o autor do escrito ou imagem for desconhecido, o Ministério Público ordena a notificação do director para, no prazo de cinco dias, declarar no inquérito qual a identidade do autor do escrito ou imagem.”¹⁶⁷ “Se o notificado nada disser, incorre no crime de desobediência qualificada e, se declarar falsamente desconhecer a identidade ou indicar como autor do escrito ou imagem quem se provar que o não foi, incorre nas penas previstas no n.º 1 do artigo 360.º do Código Penal, sem prejuízo de procedimento por denúncia caluniosa.”¹⁶⁸ Apenas “são isentos de responsabilidade criminal todos aqueles que, no exercício da sua profissão, tiveram intervenção meramente técnica, subordinada ou rotineira no processo de elaboração ou difusão da publicação contendo o escrito ou imagem controvertidos”¹⁶⁹.

“Para conhecer dos crimes de imprensa é competente o tribunal da comarca da sede da pessoa colectiva proprietária da publicação”¹⁷⁰, “se a publicação for propriedade de pessoa singular, é competente o tribunal da comarca onde a mesma tiver o seu

¹⁶² N.º 1, do art. 31.º, da Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro.

¹⁶³ N.º 2, do art. 31.º, da Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro.

¹⁶⁴ N.º 3, do art. 31.º, da Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro.

¹⁶⁵ N.º 4, do art. 31.º, da Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro.

¹⁶⁶ N.º 5, do art. 31.º, da Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro.

¹⁶⁷ N.º 1, do art. 39.º, da Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro.

¹⁶⁸ N.º 2, do art. 39.º, da Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro.

¹⁶⁹ N.º 6, do art. 31.º, da Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro.

¹⁷⁰ N.º 1, do art. 38.º, da Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro.

domicílio”¹⁷¹, já nos casos de “(...) publicação estrangeira importada, o tribunal competente é o da sede ou domicílio da entidade importadora ou o da sua representante em Portugal”¹⁷².

¹⁷¹ N.º 2, do art. 38.º, da Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro.

¹⁷² N.º 3, do art. 38.º, da Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro.

Capítulo 6

Âmbito Geral da Publicidade

6. Âmbito Geral da Publicidade

No estudo dos capítulos 6.1 e 6.2 do presente trabalho se desenvolve a publicidade do processo, a sua excepção (o segredo de justiça) e se expõe a assistência do público a actos processuais. Neste contexto, também se tornou necessário adoptar o método do direito comparado, no sentido de, determinar o direito ou garantia que os diversos países albergaram para a fase de inquérito.

6.1. Publicidade do Processo e Segredo de Justiça

“(...) A regra fundamental é a de que deve haver tanto segredo quanto for necessário e tanta liberdade de informação quanto possível.”¹⁷³

O título deste artigo encerra em si toda a dialéctica do que se pretende abordar, pois, por um lado diz-nos que “o processo penal é, sob pena de nulidade, público, ressalvadas as excepções previstas na lei”¹⁷⁴, e, por outro lado, que “o juiz de instrução pode, mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido e ouvido o Ministério Público, determinar, por despacho irrecorrível, a sujeição do processo, durante a fase de inquérito, a segredo de justiça, quando entenda que a publicidade prejudica os direitos daqueles sujeitos ou participantes processuais”¹⁷⁵.

Embora o inquérito seja público, se o juiz entender que a publicidade externa prejudica os direitos dos sujeitos processuais, pode declará-lo secreto. Também “(...) o MP pode afastar a regra da publicidade externa se entender que os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justificam”¹⁷⁶. A regra da publicidade interna e externa do inquérito viola a protecção constitucional do segredo de

¹⁷³ LÚCIO, LABORINHO, Ministro da Justiça, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação - Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 12.

¹⁷⁴ N.º 1, do art. 86.º, do C.P.P.

¹⁷⁵ N.º 2, do art. 86.º, do C.P.P.

¹⁷⁶ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição, 2008, p. 240.

justiça pois “a lei define e assegura a adequada protecção do segredo de justiça”¹⁷⁷ e a presunção de inocência¹⁷⁸, tendo o processo penal uma estrutura acusatória¹⁷⁹.

“O legislador disse-o claramente na exposição de motivos da proposta de lei n.º 157/VII, que esteve na base da revisão do CPP de 1998: “o inquérito, em cujo âmbito se desenvolve a investigação é, por natureza, inquisitório e secreto” (...).” “Como está previsto no artigo 11.º do CPP francês, no artigo 329.º do CPP italiano e no § 169.º da *Gerichtsverfassungsgesetz* Alemã (este último *a contrario*). Ou, como diz CLAUS ROXIN, *Das Ermittlungsverfahren ist grundsätzlich geheim* (“o processo de investigação é fundamentalmente secreto”, in CLAUS ROXIN, 1998: 311, e CLAUS ROXIN / HANS ACHENBACH, 2006: 212, e, exactamente neste sentido, entre nós, MENEZES LEITÃO, 1995: 224, e COSTA PINTO, 2004: 71), isto é, o segredo é fundamental para a investigação, é do fundamento do próprio inquérito.”¹⁸⁰

Mas o legislador quis agora outro regime de segredo de justiça, mas que “(...) viola frontalmente os limites “essenciais” ou “constitutivos” do conceito de segredo de justiça previsto no artigo 20.º, n.º 3, da CRP (sobre o conteúdo essencial ou constitutivo do conceito constitucional de segredo de justiça, ver o texto fundamental de MARIA JOÃO ANTUNES, 2003: 1244 e 1245: “No inquérito, o princípio da publicidade é derogado por ser outra a forma como se procede à concordância prática das finalidades processuais conflituantes e por ser também outra a forma como se concretiza a ponderação dos direitos conflituantes que engrossam o catálogo dos direitos dos cidadãos que cabe ao processo penal salvaguardar.”)¹⁸¹

Se, por um lado, o arguido pode ter interesse na sua publicidade interna, para melhor conhecer os trâmites do inquérito e se poder defender, por outro lado, a sua publicidade externa, também o pode prejudicar, porque a sua vida privada acaba, não raras vezes, por ser devassada pelo tipo de informações transmitidas ou descontextualizadas, podendo contribuir para criar, na opinião pública, uma imagem errada do arguido, ao passo que vai sendo julgado na praça pública, sem hipótese de defesa, com igualdade de armas, o que, eventualmente poderá potenciar uma

¹⁷⁷ N.º 3, do art. 20.º, da C.R.P.

¹⁷⁸ N.º 2, do art. 32.º, da C.R.P.

¹⁷⁹ N.º 5, do art. 32.º, da C.R.P.

¹⁸⁰ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição, 2008, pp. 240 e 241.

¹⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 241.

condenação antecipada, em perfeita violação do princípio “*in dubio pro reo*”. Já no que tange ao ofendido, sobretudo em certo tipo de crimes, atentatórios da dignidade moral, nomeadamente no que concerne a crimes contra a autodeterminação sexual, violência doméstica, etc., fará todo o sentido em manter-se o segredo de justiça, porque outros valores constitucionais mais altos se levantam.

“O Ministério Público tem legitimidade para promover o processo penal, com as restrições constantes dos artigos 49.º a 52.º”.¹⁸² O Ministério Público é o *dominus* do processo, a ele cabendo a direcção do inquérito “(...) assistido pelos órgãos de polícia criminal”¹⁸³, que “(...) actuam sob a directa orientação (...) e na sua dependência funcional”¹⁸⁴ podendo-lhes conferir “(...) o encargo de procederem a quaisquer diligências e investigações relativas ao inquérito”¹⁸⁵, ou seja, “o Ministério Público pratica os actos e assegura os meios de prova necessários à realização das finalidades referidas no n.º 1 do artigo 262.º, (...)”¹⁸⁶; ele realiza “(...) o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação”¹⁸⁷.

Por ser o *dominus* do processo é que o Ministério Público, na fase de inquérito, é ouvido mesmo antes do juiz proceder a despacho e “a existência de crimes semi-públicos e particulares não viola o monopólio constitucional da acção penal do Ministério Público e, portanto, não viola o artigo 219.º da CRP (acórdão do TC n.º 581/2000).”¹⁸⁸ Assim, “sempre que o Ministério Público entender que os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justifiquem, pode determinar a aplicação ao processo, durante a fase de inquérito, do segredo de justiça, ficando essa decisão sujeita a validação pelo juiz de instrução no prazo máximo de setenta e duas horas”¹⁸⁹. A lei contempla a sujeição do inquérito a segredo de justiça ser decidida pelo Ministério Público, por sua iniciativa, carecendo a decisão de ser validada pelo juiz de instrução criminal, naquele prazo, o que significa que “(...) o MP não pode decidir por

¹⁸² Art. 48.º, do C.P.P.

¹⁸³ N.º 1, do art. 263.º, do C.P.P.

¹⁸⁴ N.º 2, do art. 263.º, do C.P.P.

¹⁸⁵ N.º 1, do art. 270.º, do C.P.P.

¹⁸⁶ Art. 267.º, do C.P.P.

¹⁸⁷ N.º 1, do art. 262.º, do C.P.P.

¹⁸⁸ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição, 2008, p. 143.

¹⁸⁹ N.º 3, do art. 86.º, do C.P.P.

si só da sujeição do inquérito a segredo, apesar de ser o titular desta fase processual (art. 263.º do CPP). A decisão do JIC tem de ser proferida no prazo referido. É discutível se o desrespeito pelo mesmo constitui apenas uma irregularidade processual (arts. 118.º, n.º 2, e 123.º do CPP) ou se significa ausência de validação e consequente inexistência de segredo”¹⁹⁰.

A entrada em vigor da Lei n.º 48/2007, ao alterar profundamente o estatuto do segredo de justiça, e com vista à uniformização do *modus procedendi* motivou a emanção e divulgação da directiva do Procurador-Geral da República, de 9 de Janeiro de 2008, quanto à sujeição a segredo de justiça dos inquéritos relativos a criminalidade grave do seguinte teor: “Sempre que a investigação tenha por objecto os crimes previstos no art.º 1º, alíneas i) a m), do Código de Processo Penal¹⁹¹, na Lei n.º 36/94, de 29 de Setembro¹⁹², e na Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro¹⁹³, o Ministério Público, determinará, no início do inquérito, a sujeição do mesmo a segredo de justiça, nos termos do art.º 86º, n.º 3, do Código de Processo Penal”. Nesta directiva, Pinto Monteiro regula ainda outras disposições, nomeadamente quanto à conservação dos suportes técnicos das conversações ou comunicações telefónicas.

Como se pode depreender, o Ministério Público não sujeita o processo a segredo de justiça *ad hoc* já que “na decisão que determina a aplicação do segredo de justiça ao processo na fase de inquérito, nos termos do art. 86º, nº 3, do Código de Processo Penal, o Ministério Público, em vista à validação dessa decisão pelo juiz de instrução, tem de indicar as concretas razões que, em seu entender, justificam, no caso, a aplicação do segredo de justiça.”¹⁹⁴ O Ministério Público, no despacho a que se refere o n.º 3, do artigo 86.º, do Código de Processo Penal, deve indicar os motivos de facto que permitam perceber quais as razões pelas quais entende que, nesse concreto inquérito, os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais justificam a determinação do segredo de justiça. Não constando, porém, essa fundamentação concreta do despacho do Ministério Público, o juiz de instrução se, por meio da consulta dos elementos dos autos, concluir que é caso de excepcionalmente sujeitar o inquérito a

¹⁹⁰ PINTO, FREDERICO LACERDA DA COSTA, *Publicidade e Segredo na Última Revisão do Código de Processo Penal*, Jornadas sobre a Revisão do Código de Processo Penal, Revista do C.E.J., 1.º semestre 2008, n.º 9 (especial), p. 24.

¹⁹¹ (terrorismo, criminalidade violenta, criminalidade especialmente violenta e criminalidade altamente organizada).

¹⁹² (medidas de combate à corrupção e criminalidade económica e financeira).

¹⁹³ (criminalidade organizada e económico-financeira).

¹⁹⁴ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

segredo de justiça, deve validar aquele despacho.¹⁹⁵ No mesmo sentido “com vista à validação da decisão do Ministério Público que determinou a aplicação do segredo de justiça, na fase de inquérito, em nome do interesse da investigação, é necessário que se indiquem naquela decisão os elementos concretos de onde se concluiu pela existência de tal interesse, a fim de o juiz de instrução poder ajuizar da bondade dessa conclusão.”¹⁹⁶ Mas, tendo o processo sido sujeito a segredo de justiça, como atrás se refere, o Ministério Público pode determinar o seu levantamento em qualquer momento do inquérito, oficiosamente ou por requerimento do arguido, assistente ou do ofendido¹⁹⁷ e se o Ministério Público não determinar, os autos são remetidos ao juiz de instrução, para decisão, por despacho irrecorrível¹⁹⁸.

A publicidade do processo implica os direitos de assistência, pelo público em geral, à realização dos actos processuais¹⁹⁹ como, adiante veremos, ao debruçar-nos sobre o artigo, bem como à narração dos actos processuais, ou reprodução dos seus termos, pelos meios de comunicação social²⁰⁰, assim como à consulta do auto e obtenção de cópias, extractos e certidões de quaisquer partes dele²⁰¹. Acontece que, muitas vezes o espaço de audição é tão exíguo que não comporta a presença de grande número de presenças nas salas ou gabinetes, ainda para mais se houver a presença de órgãos de comunicação social, que mais espaço ocupam. Já quanto ao primeiro interrogatório judicial de arguido detido, é feito exclusivamente pelo juiz, com assistência do Ministério Público e do defensor e funcionário de justiça, sem presença de qualquer outra pessoa, a não ser por motivo de segurança.²⁰² No entanto, “a publicidade não abrange os dados relativos à reserva da vida privada que não constituam meios de prova”²⁰³ e o segredo de justiça vincula todos os sujeitos e participantes processuais e as pessoas que tiveram contacto com o processo ou conhecimento de dados, ficando proibidas de assistência à prática ou tomada de conhecimento do conteúdo de acto processual a que não tenham direito ou dever de

¹⁹⁵ AcJTRP00041749, processo 0815570, 15.10.2008.

¹⁹⁶ AcJTRP00041447, processo 0842068, 11.06.2008.

¹⁹⁷ N.º 4, do art. 86.º, do C.P.P.

¹⁹⁸ N.º 5, do art. 86.º, do C.P.P.

¹⁹⁹ Art. 87.º, do C.P.P.

²⁰⁰ Art. 88.º, do C.P.P.

²⁰¹ Arts. 89.º e 90.º, do C.P.P.

²⁰² N.º 2, do art. 141.º, do C.P.P.

²⁰³ 1.ª parte, do n.º 7, do art. 86.º, do C.P.P.

assistir, bem como de divulgação da ocorrência do acto processual ou dos seus termos²⁰⁴.

A vinculação dessas pessoas ao segredo de justiça “(...) é uma medida necessária numa sociedade democrática para proteger o direito à honra e à presunção de inocência dos investigados, manter a autoridade e a imparcialidade das autoridades judiciais e permitir uma persecução eficiente do crime (exactamente nesse sentido, o recente acórdão do TEDH no caso *Tourancheau et July v. França*, na sequência da prevalência do segredo de justiça sobre a liberdade de imprensa afirmada no princípio sexto da Recomendação (2003)13 do Comité de Ministros do Conselho da Europa)”²⁰⁵.

Em todo o caso, é também de questionar por que é que no processo penal vigora uma regra de publicidade mais ampla do que no processo contra-ordenacional, contrariando o princípio da proporcionalidade já que o inquérito é, por regra, público ao passo que o contra-ordenacional é sempre secreto até decisão da autoridade administrativa, como resulta claramente do n.º 2, do artigo 371.º, do Código Penal (já notou esta “contradição”, MIGUEL MACHADO, 2007: 68).²⁰⁶

“Ao nível do direito comparado e pese embora a existência de uma formalização muito variada, diremos que todos os ordenamentos jurídicos europeus, mormente ao nível da União Europeia, com mais ou menos afinidades geográficas ou culturais com Portugal, muito embora consagrem a publicidade do processo como princípio ordenador da acessibilidade processual, mormente na fase de julgamento, estabelecem, concomitantemente, o segredo de justiça como regra da fase preliminar que corresponde à investigação processual, só quebrada para permitir uma efectiva possibilidade de defesa – veja-se a propósito “*Procédures Pénales d’Europe*”, sob a direcção de Mireille Delmas-Marty; “*Procédure Penale*” (2004), p. 440 e ss., de Gaston Stefani, Georges Levasseur; “*Diritto Processuale Penale*” (2005), p. 82 e ss., “*II Códice di Procedura Penale – Spiegato*”, p. 708 e ss.”²⁰⁷

Diferente do nosso sistema é o sistema espanhol, já que “en España todas, absolutamente todas, las actuaciones judiciales penales que se desarrollan antes del

²⁰⁴ N.º 8, do art. 86.º, do C.P.P.

²⁰⁵ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição actualizada, 2008, p. 243.

²⁰⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 242.

²⁰⁷ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

juicio, están declaradas secretas por la Ley de Enjuiciamiento Criminal”²⁰⁸. A Lei de Julgamento Criminal no seu artigo 301.º é peremptória ao estatuir que “las diligencias del sumario, serán secretas hasta que se abra el juicio oral, con las excepciones determinadas en la presente Ley. El Abogado o Procurador de cualquiera de las partes que revelare indebidamente el secreto del sumario, será corregido con multa de 250 a 2500 pesetas. En la misma multa incurrirá cualquier otra persona que no siendo funcionario público cometa la misma falta. El funcionario público, en el caso de los párrafos anteriores, incurrirá en la responsabilidad que el Código Penal señale en su lugar respectivo”²⁰⁹.

“As exceções surgem quando estão em causa o exercício do direito de defesa [art. 118.º] ou quando, segundo o art. 302.º, “Las partes personadas podrán tomar conocimiento de las actuaciones e intervenir en todas las diligencias del procedimiento”²¹⁰, mas mesmo aqui “Sin embargo de lo dispuesto en el párrafo anterior, si el delito fuere público, podrá el Juez de instrucción, a propuesta del Ministerio fiscal, de cualquiera de las partes personadas o de oficio, declararlo, mediante auto, total o parcialmente secreto para todas las partes personadas, por tiempo no superior a un mes y debiendo alzarse necesariamente el secreto con diez días de antelación a la conclusión del sumario”^{211 212}.

Em Espanha, a regra é a do segredo externo do sumário (artigo 301.º) e da publicidade interna, uma vez que, as partes podem tomar conhecimento das actuações e intervir em todas as diligências do processo (artigo 302.º). Nos crimes públicos, a publicidade interna pode ser restringida, pelo juiz, por prazo não superior a um mês, devendo ser reposta necessariamente 10 dias antes do encerramento do sumário.

²⁰⁸ SÁNCHEZ, EMILÍO SANZ, Abril de 2002. Em Espanha todas, absolutamente todas, as actuações judiciais penais que se desenvolvem antes do julgamento, estão declaradas secretas pela Lei de Julgamento Criminal.

²⁰⁹ As diligências do inquérito, serão secretas até que se abra o julgamento oral, com as exceções determinadas na presente Lei. O Advogado ou Procurador de qualquer das partes que revelar indevidamente o segredo do inquérito, será penalizado com multa de 250 a 2500 pesetas. Incurrirá na mesma multa qualquer outra pessoa que não sendo funcionário público cometa a mesma falta. O funcionário público, no caso dos parágrafos anteriores, incorrerá na responsabilidade que o Código Penal indique no seu respectivo lugar.

²¹⁰ As partes representadas poderão tomar conhecimento das actuações e intervir em todas as diligências do procedimento.

²¹¹ Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, se o crime for público, poderá o Juiz de instrução, a pedido/requerimento do Ministério público, de qualquer das partes representadas ou oficiosamente, declará-lo, por despacho, total ou parcialmente secreto para todas as partes representadas, por tempo não superior a um mês e devendo levantar-se necessariamente o segredo com dez dias de antecedência à conclusão do inquérito.

²¹² AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

Em defesa do segredo de justiça até ao julgamento, argumenta a lei hispânica a garantia e independência dos juízes, impedindo juízos paralelos; a eficácia da investigação que, se forem conhecidos por todos podem prejudicar a eficácia e ainda pela defesa da dignidade das pessoas sobre quem recai o processo, pois todos temos direito à presunção da inocência, porque até que o juiz não o declare, uma pessoa não é culpada, e portanto não merece reprovação. É um princípio do Direito Natural que ninguém pode ser condenado sem ter sido ouvido em julgamento, em que a pessoa tenha tido oportunidade de defender-se e é precisamente no julgamento, que é público, que aí se ouve a todos, acusadores e defensores, sentados ao mesmo nível.

“(…) Em relação ao Reino Unido, importa essencialmente reter o “Police and Criminal Evidence Act 1984” (PACE), que sofreu recentemente alterações, as quais entraram em vigor em 2008/Fev./01 e que foram detalhadamente explicadas, bem como acompanhadas por uma “Explanatory Memorandum”, para além de um inevitável “Home Office Circular 2/2008” do Ministério do Interior, que dirige os serviços de polícia – sobre os “Pace and Codes of Practice”, veja-se John Sprack, in “Criminal Procedure” (2006), p. 23 e ss.”²¹³

“No âmbito da fase preliminar de investigação, que é normalmente de índole policial, a consulta de um “dossier” (processo) pelo acusado tem sempre um carácter excepcional, salvo quando esteja em causa a sua detenção ou a aplicação de uma medida provisória de coacção, em que o acusado tem o direito de ser informado das imputações que contra si são formuladas e das provas que as sustentam (“by way of charge”, s. 28 PACE).”²¹⁴

“Também na fase intermediária de “transfer for trial” o acusado tem direito a uma cópia integral de todo o dossier, estando regulada a confidencialidade ou a publicidade dos actos processuais através do Criminal Procedure and Investigations Act 1996, capítulo 17.”²¹⁵

²¹³ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

²¹⁴ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

²¹⁵ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

“Mesmo na fase de julgamento, aquilo que designamos por segredo externo do processo, pode ser assegurado para impedir comportamentos obstrucionistas à administração da justiça, tal como se regula no Contempt of Court Act 1981.”²¹⁶

“Em França, o Code Procedure Pénale, continua a preceituar no seu artigo 11.º que “Sauf dans le cas où la loi en dispose autrement et sans préjudice des droits de la défense, la procédure au cours de l’enquête et de l’instruction est secrète”²¹⁷ acrescentando-se que “Toutefois, afin d’éviter la propagation d’informations parcellaires ou inexactes ou pour mettre fin à un trouble à l’ordre public, le procureur de la République peut, d’office et à la demande de la juridiction d’instruction ou des parties, rendre publics des éléments objectifs tirés de la procédure ne comportant aucune appréciation sur le bien-fondé des charges retenues contre les personnes mises en cause”.²¹⁸ No entanto, segundo o art. 11.º, 1 “Sur autorisation du procureur de la République ou du juge d’instruction selon les cas, peuvent être communiqués à des autorités ou organismes habilités à cette fin par arrêté du ministre de la justice, pris le cas échéant après avis du ou des ministres intéressés, des éléments des procédures judiciaires en cours permettant de réaliser des recherches ou enquêtes scientifiques ou techniques, destinées notamment à prévenir la commission d’accidents, ou de faciliter l’indemnisation des victimes ou la prise en charge de la réparation de leur préjudice.”²¹⁹ Les agents de ces autorités ou organismes sont alors tenus au secret professionnel en ce qui concerne ces informations, dans les conditions et sous les peines des articles 226-13 et 226-14 du code pénal.”²²⁰ ”²²¹

“No seguimento da jurisprudência estabelecida pela Cour de Cassation, a exigência de publicidade imposta pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem,

²¹⁶ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

²¹⁷ Salvo quando a lei disponha em sentido contrário e sem prejuízo dos direitos de defesa, o processo durante o inquérito e a instrução é secreto.

²¹⁸ No entanto, a fim de evitar a propagação de informações parciais ou inexatas ou para colocar um fim à desordem pública, o procurador da República pode, oficiosamente ou a pedido do juiz de instrução ou das partes, tornar públicos os elementos objectivos apreendidos do processo que não comportem qualquer apreciação do mérito das acusações contra os réus.

²¹⁹ Após a autorização do procurador da República ou do juiz de instrução conforme o caso, podem ser comunicadas às autoridades ou organismos habilitados a esse fim por despacho do ministro da justiça, tomado qualquer aviso do ministro ou ministros em causa, os elementos dos processos judiciais em curso para realização de pesquisas ou investigações científicas ou técnicas, destinadas a prevenir o cometimento de acidentes, ou de facilitar a indemnização das vítimas ou de apoio para a reparação do dano.

²²⁰ Os funcionários dessas entidades ou organismos estão então necessariamente obrigados ao sigilo profissional relativamente a essas informações, nas condições e sob as penas dos artigos 226-13 e 226-14 do código penal.

²²¹ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

diz apenas respeito à fase de julgamento e não às fases preliminares de investigação (crim. 1990/Mai./15, Bull n.º 195).”²²²

“Em Itália, o “Codice de Procedura Penale” também pouco difere, ao estabelecer, como regra, no seu art. 329.º, n.º 1 que “Gli atti di indagine compiuti dal pubblico ministero (358 s.) e dalla polizia giudiziaria (347-357) sono coperti dal segreto fino a quando l’imputato non ne possa avere conoscenza e, comunque, non oltre la chiusura delle indagini preliminari (114, 405-415, 554).”²²³ Porém, acrescenta-se no seu n.º 2 que “Quando é necessario per la prosecuzione delle indagini, il pubblico ministero può, in deroga a quanto previsto dall’art. 114, consentire, con decreto motivato, la pubblicazione di singoli atti o di parti di essi. In tal caso, gli atti pubblicati sono depositati presso la segreteria del pubblico ministero.”²²⁴ ”²²⁵

“Mais à frente e de acordo com o seu n.º 3 “Anche quando gli atti non sono pi coperti dal segreto a norma del comma 1, il pubblico ministero, in caso di necessità per la prosecuzione delle indagini, può disporre con decreto motivato²²⁶: a) l’obbligo del segreto per singoli atti, quando l’imputato lo consente o quando la conoscenza dell’atto può ostacolare le indagini riguardanti altre persone; b) il divieto di pubblicare (414) il contenuto di singoli atti o notizie specifiche relative a determinate operazioni.”²²⁷ ”²²⁸

“Na Alemanha, para além do disposto no §103, I, da Grundgesetz (Constituição da República), onde se estabelece o direito de audição perante os tribunais, o segredo de justiça interno, está acautelado no §147 do Strafprozessordnung (Código Processo Penal Alemão), preceituando-se que antes da dedução da acusação, pode ser recusado o acesso aos autos se tal puser em causa a finalidade da investigação.”²²⁹ “Aqui apenas o defensor pode ter acesso aos elementos factuais e probatórios (§147, 2), designadamente

²²² AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

²²³ Os actos do inquérito realizados pelo ministério público (358 s.) e pela polícia judiciária (347 – 357) estão cobertos pelo segredo até quando o acusado não possa ter conhecimento e, porém, até ao final do inquérito preliminar (114, 405-415, 554).

²²⁴ Quando seja necessário para a prossecução do inquérito, pode o ministério público, não obstante o disposto no art. 114, consentir, por despacho fundamentado, a publicação de actos individuais ou de partes destes. Em tal caso, os actos publicados são depositados próximo da secretaria do ministério público.

²²⁵ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

²²⁶ Mesmo quando os actos não estejam cobertos pelo segredo da norma do número 1, o ministério público, em caso de necessidade para a prossecução do inquérito, pode dispor através de despacho fundamentado.

²²⁷ a) a obrigação de segredo para actos individuais, quando o réu o consinta ou quando o conhecimento do acto poder colocar obstáculos ao inquérito sobre outras pessoas; b) a interdição da publicação (414) do conteúdo de actos individuais ou informações específicas relativas a determinadas operações.

²²⁸ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

²²⁹ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

em todas os momentos que haja interrogatório do acusado ou que o defensor deste possa estar presente (§147,3).”²³⁰

No Brasil “a publicidade dos atos processuais é a regra. Todavia, o sigilo é admissível quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem (art. 5º, LX, CF). O art. 792 do CPP prevê o sigilo se da publicidade do ato puder ocorrer escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem (§1º). O art. 93, inciso IX, também da Constituição do Brasil, alterado pela EC n.º 45/2004, assegura que “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”. ”²³¹

“É de ver que dentro da publicidade, deve-se distinguir aquela relativa às partes, ou seja, a chamada publicidade interna ou específica, e a relativa ao público em geral, ou publicidade externa. Esta última é que encontra mitigação pelas exceções postas no texto constitucional. Quanto às partes, a publicidade dos atos na fase processual deve permanecer intocada, justamente porque ela permitirá a materialização do contraditório e a participação no processo. O máximo que se poderia autorizar é a realização de ato sem a cientificação momentânea e, por sua vez, sem a publicidade imediata, o que se fará em momento posterior, uma vez cumprida a diligência, a exemplo do que acontece com a realização de interceptação telefônica na fase processual.”²³²

“Já quanto ao inquérito policial, por se tratar de fase pré-processual, é regido pelo princípio da sigilação, assegurando-se ao advogado, contudo, por força do art. 7º, XIV, da Lei n.º 8.906/94 (Estatuto da OAB), a consulta aos autos correspondentes.”²³³

O processo penal português é, sob pena de nulidade, público. “A nulidade abrange a violação das regras relativas à publicidade externa (artigos 86.º e 87.º) e à publicidade interna (artigo 89.º). Esta nulidade é uma nulidade dependente de arguição e sanável (artigo 120.º do CPP), salvo no que respeita à publicidade da audiência, que é

²³⁰ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

²³¹ TÁVORA, NESTOR e ANTONNI, ROSMAR, *Curso de Direito Processual Penal*, Editora JusPodivm, 3ª edição revista, ampliada e atualizada, 2009, p. 50.

²³² *Idem, ibidem*, p. 50.

²³³ *Idem, ibidem*, pp. 50 e 51.

uma nulidade insanável (artigo 321.º, n.º 1). A nulidade pode ser arguida nos termos gerais, salvo se estiver “coberta por uma decisão judicial”, isto é, se o tribunal tiver ordenado a exclusão ou restrição da publicidade, caso em que o dito despacho é recorrível (acórdão do TRP, de 21.2.2001, *in* CJ, XXVI, 1, 235).”²³⁴

Como se depreende, em relação ao sistema anterior, o paradigma mudou, como se viu, tendo sido opção do legislador que a investigação decorra, por regra, de forma aberta, sem secretismo. Apesar de tudo, o segredo de justiça mantém-se em certas situações porque uma investigação com êxito é fase essencial a um adequado, equitativo e justo julgamento já que “(...) a prática de um crime, o julgamento dos intervenientes e a punição dos mesmos não é coisa que interesse apenas às partes directamente envolvidas. Antes, e acima de tudo, está o interesse de toda a comunidade”, já que, “quando um bem jurídico é violado, ainda que atinja imediatamente o seu titular, é toda a comunidade que é afectada, uma vez que a protecção de bens jurídicos é essencial para garantir as condições mínimas de convivência”²³⁵. Também Faria Costa defende que “a prossecução do valor da justiça penal é um dos mais densos interesses públicos”²³⁶.

²³⁴ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição actualizada, 2008, p. 244.

²³⁵ MONTE, MÁRIO FERREIRA, *O Segredo de Justiça na Revisão do Código de Processo Penal: Principais Repercussões na Comunicação Social*, Scientia Iuridica – T.XLVIII, 1999, n.ºs 280/282, Julho/Dezembro 1999, p. 418.

²³⁶ COSTA, FÁRIA, *Direito Penal da Comunicação – Alguns escritos*, Coimbra Editora, 1988, p. 61 e ss.

6.2. Assistência do Público a Actos Processuais

*“(...) donnez-moi le juge que vous voudrez, partial, corrupt, mon ennemi même, si vous voulez, peu m’importe, pourvu que ne puisse rien faire qu’ à la face du public”.*²³⁷

Este assunto vem regulado no artigo 87.º do Código de Processo Penal²³⁸, na Constituição da República Portuguesa - artigo 206.º -, na Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais n.º 3/99, de 13 de Janeiro e na Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, aquela no artigo 9.º, esta no 10.º, com similar articulado: “As audiências dos tribunais judiciais são públicas, salvo quando o próprio tribunal, em despacho fundamentado, decidir o contrário, para salvaguarda da dignidade das pessoas e da moral pública ou para garantir o seu normal funcionamento.”²³⁹ Também a Declaração Universal dos Direitos do Homem, no seu artigo 10.º e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, no n.º 1, do seu artigo 6.º dão ênfase a este tema.

Aos actos processuais declarados públicos pela lei, nomeadamente audiências, pode assistir qualquer pessoa, porque “trata-se do mais importante aspecto, do ponto de vista histórico, da publicidade externa do processo penal: a liberdade de ver a justiça a ser feita.”²⁴⁰. Mesmo no inquérito e na instrução, o público pode assistir aos actos processuais declarados públicos pela lei, a menos que tenha sido declarado segredo externo do processo, só podendo essa prerrogativa ser afastada por despacho judicial, que deve ser devidamente fundamentado, especificando os motivos de facto e de direito

²³⁷ “Dêem-me o Juiz que vocês quiserem: parcial, corrupto, meu inimigo mesmo, se quiserem, pouco me importa, pois ele não poderá fazer nada além, diante da face do público.” – MIRABEAU (1789)”, JÚNIOR, AMÉRICO BEDÊ e SENNA, GUSTAVO, *Princípios do Processo Penal, Entre o Garantismo e a Efetividade da Sanção*, Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 317 e R. W. Millar, citado por Frederico Marques, evoca a frase de Mirabeau, FILHO, FERNANDO DA COSTA TOURINHO, *Processo Penal*, Editora Saraiva, 1.º volume, 25.ª edição, revista e atualizada, 2003, (Anterior à Reforma da Lei n.º 11.690/08), p. 44.

²³⁸ O presente artigo contempla “(...) fundamentalmente quatro situações: a da publicidade em geral; a da restrição à publicidade; a da exclusão dessa mesma publicidade; a da proibição de assistência.”, SANTOS, M. SIMAS e HENRIQUES, M. LEAL-, *Código de Processo Penal Anotado*, I Volume, Editora Reis dos Livros, 2.ª Edição, Reimpressão Actualizada, 2003, p. 464.

²³⁹ Ver, também, neste sentido, COSTA, ARTUR RODRIGUES DA, *Segredo de Justiça e Comunicação Social*, Revista do Ministério Público, Ano 17, Outubro/Dezembro 1996, n.º 68, pp. 60 e 61.

²⁴⁰ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição actualizada, 2008, p. 245.

da decisão²⁴¹, fazendo menção das circunstâncias abstractas que a justificam, de modo a evitar o dano para os valores que se pretendem proteger com a exclusão da publicidade.

Este despacho é recorrível²⁴², subindo conjuntamente com o recurso interposto da decisão que tiver posto termo à causa²⁴³, uma vez que a retenção não torna o recurso absolutamente inútil, podendo realizar-se nova diligência com publicidade. Porém, o recurso de despacho que rejeita a restrição ou exclusão da publicidade de um concreto acto processual sobe em separado, de imediato e com efeito suspensivo da decisão²⁴⁴, dado o prejuízo irreversível que pode resultar da publicidade do acto processual em causa. A restrição à livre assistência do público pode resultar oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público, do arguido ou do assistente²⁴⁵, sendo que o despacho deve fundar-se em factos ou circunstâncias concretas que façam presumir que a publicidade causa grave dano à dignidade das pessoas, à moral pública ou ao normal decurso do acto, devendo ser revogado quando cessarem esses motivos²⁴⁶.

Os fundamentos essenciais da proibição de assistência do público a actos processuais, prendem-se, como supra se disse, a “grave dano à dignidade das pessoas, sejam elas magistrados, advogados, funcionários judiciais, agentes das forças policiais, co-arguidos, assistentes, ofendidos, denunciante, partes civis, testemunhas, peritos, consultores técnicos ou intérpretes, o que inclui a protecção dos interesses dos menores (independentemente da natureza do crime) e a protecção da vida privada das partes previstos no artigo 6.º, § 1.º, da CEDH e o risco de intimidação previsto no artigo 472.º, n.º 3, do CPP Italiano e no § 172.º 1a da Gerichtsverfassungsgesetz Alemã (também, SANDRA OLIVEIRA E SILVA, 2007: 100 a 102, (...)).”²⁴⁷, ainda com o grave dano à moral pública de uma sociedade democrática, com o grave dano ao normal decurso do acto²⁴⁸. No mesmo acto, o juiz pode determinar que só parte dele decorra sob o segredo de justiça, ou vice-versa, que só parte seja público.

²⁴¹ N.º 5, do art. 97.º, do C.P.P.

²⁴² Art. 399.º, do C.P.P.

²⁴³ N.º 3, do art. 407.º, do C.P.P.

²⁴⁴ N.º 2, do art. 406.º; n.º 1, do art. 407.º e n.º 3, do art. 408.º, *in fine*.

²⁴⁵ 2.ª parte, do n.º 1, do art. 87.º, do C.P.P.

²⁴⁶ N.º 2, do art. 87.º, do C.P.P.

²⁴⁷ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição actualizada, 2008, p. 245.

²⁴⁸ § 1.º, do art. 6.º, da C.E.D.H.

Tratando-se de processo por crime de tráfico de pessoas ou contra a liberdade e autodeterminação sexual, os actos processuais, decorrem, por regra com exclusão de publicidade²⁴⁹ o que se compreende, porque está em causa a dignidade pessoal e de um modo muito particular a vida íntima da pessoa, que, na nossa sociedade ainda há recatado pudor e pouco à vontade para a expor e, porventura, outros se poderiam aproveitar indevidamente. Por isso, se o acto decorre com exclusão de publicidade externa, apenas podem assistir os intervenientes e as pessoas que o juiz admitir, por razões atendíveis de ordem profissional ou científica²⁵⁰. O sistema italiano também advoga que os bons costumes/moral pública constitui fundamento bastante para determinar a manutenção do segredo, pois “*se non si procede al dibattimento, il giudice, sentite le parti, può disporre il divieto di pubblicazione di atti o di parte di atti quando la pubblicazione di essi può offendere il buon costume o comportare la diffusione di notizie sulle quali la legge prescrive di mantenere il segreto nell’interesse dello Stato ovvero causare pregiudizio alla riservatezza dei testimoni o delle parti private. Si applica la disposizione dell’ultimo periodo del comma 4*”²⁵¹. Contudo, “*é sempre consentita la pubblicazione del contenuto di atti non coperti dal segreto*”²⁵².

Também a “*Ley de Enjuiciamiento Criminal*” estatui no art. 680.º que “*los debates del juicio oral serán públicos, bajo pena de nulidad*”²⁵³. “*Podrá, no obstante, el Presidente mandar que las sesiones se celebren a puerta cerrada cuando así lo exijan razones de moralidad o de orden público, o el respeto debido a la persona ofendida por el delito o a su familia*”²⁵⁴. “*Para adoptar esta resolución, el Presidente, ya de oficio, ya a petición de los acusadores, consultará al Tribunal, el cual deliberará en secreto, consignando su acuerdo en auto motivado, contra el que no se dará recurso alguno*”²⁵⁵. E, “*después de la lectura de esta decisión, todos los concurrentes*

²⁴⁹ N.º 3, do art. 87.º, do C.P.P.

²⁵⁰ N.º 4, do art. 87.º, do C.P.P.

²⁵¹ 5., do art. 114., do “*Codice di Procedura Penale*”: Se não se proceder ao julgamento, o juiz, depois de ouvidas as partes, pode ordenar a proibição da publicação de actos ou de parte de actos, quando a sua publicação possa ofender os bons costumes (moral pública) ou comportar a difusão de notícias sobre as quais a lei determina a manutenção do segredo no interesse do Estado, isto é, causar prejuízo à confidencialidade das testemunhas ou de partes civis. É aplicável a disposição da última parte do número 4.

²⁵² 7., do art. 114., do “*Codice di Procedura Penale*”: É sempre consentida a publicação do conteúdo de actos não abrangidos pelo segredo.

²⁵³ Art. 680 da “*Ley de Enjuiciamiento Criminal*”: Os debates do julgamento oral serão públicos, sob pena de nulidade.

²⁵⁴ Art. 680 da “*Ley de Enjuiciamiento Criminal*”: Poderá, não obstante, o Presidente ordenar que as sessões se realizem à porta fechada quando assim o exijam as razões de moralidade ou de ordem pública, ou o respeito devido à pessoa ofendida pelo crime ou à sua família.

²⁵⁵ Art. 680 da “*Ley de Enjuiciamiento Criminal*”: Para adoptar esta resolução, o Presidente, seja por ofício ou a pedido dos acusadores, consultará o Tribunal, o qual deliberará em segredo, consignando o seu acordo em despacho motivado, contra o qual não caberá recurso algum.

despejarán el local”²⁵⁶. Apenas “*se exceptúan las personas lesionadas por el delito, los procesados, el acusador privado, el actor civil y los respectivos defensores*”²⁵⁷.

A Constituição Federal Brasileira consagra a regra da publicidade, que viabiliza exceções, “(...)”, como se pode perceber pelos seus arts. 5.º, LX, e 93, IX, o que também ocorre com o Código de Processo Penal (art. 792, § 1.º).” “(...) Da conjugação dos citados artigos, podem ser relacionadas as seguintes situações que permitem uma restrição à publicidade: 1) quando a defesa da intimidade o exigir; 2) quando o interesse social o exigir; 3) quando da publicidade do ato puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem.”²⁵⁸ O § 6.º do artigo 201. do Código de Processo Penal Brasileiro a este respeito escreve que “o juiz tomará as providências necessárias à preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem do ofendido, podendo, inclusive, determinar o segredo de justiça em relação aos dados, depoimentos e outras informações constantes dos autos a seu respeito para evitar sua exposição aos meios de comunicação.”²⁵⁹ E continua no art. 792 dizendo que “as audiências, sessões e os atos processuais serão, em regra, públicos e se realizarão nas sedes dos juízos e tribunais, com a assistência dos escrivães, do secretário, do oficial de justiça que servir de porteiro, em dia e hora certos, ou previamente designados.” Porém, no § 1.º “(...) se da publicidade da audiência, da sessão ou do ato processual, puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem, o juiz, ou o tribunal, câmara, ou turma, poderá, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público,

²⁵⁶ Art. 681 da “*Ley de Enjuiciamiento Criminal*”: Depois da leitura desta decisão, toda a assistência desocupará o local.

²⁵⁷ Art. 681 da “*Ley de Enjuiciamiento Criminal*”: Exceptuam-se as pessoas lesadas pelo crime, os processados, o acusador particular, o autor civil e os respectivos defensores.

²⁵⁸ JÚNIOR, AMÉRICO BEDÊ e SENNA, GUSTAVO, *Princípios do Processo Penal, Entre o Garantismo e a Efetividade da Sanção*, Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 323.

²⁵⁹ NUCCI, GUILHERME DE SOUZA, *Código de Processo Penal Comentado*, 8.ª edição revista, atualizada e ampliada, 2.ª tiragem, Estudo Integrado com Direito Penal e Execução Penal, Apresentações Esquemáticas da Matéria, Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 440. Na Itália, a própria identidade e a imagem das testemunhas menores, pessoas ofendidas ou lesadas pelo crime (até atingir a maioridade), bem como a imagem de uma pessoa privada de liberdade pessoal (a menos que esta última consinta), não pode ser retratada, atento os valores em causa e este é o sentido que decorre do 6. e 6 – bis., do artigo 114., do “*Codice di Procedura Penale*” que escreve: “*É vietata la pubblicazione delle generalità e dell’immagine dei minorenni testimoni, persone offese o danneggiate dal reato fino a quando non sono divenuti maggiorenni*” - É proibida a publicação da identidade e da imagem de testemunhas menores, pessoas ofendidas ou lesadas por crime até que atinjam a maioridade. Também “*é altresì vietata la pubblicazione di elementi che anche indirettamente possano comunque portare alla identificazione dei suddetti minorenni*” - É igualmente proibida a publicação de elementos que, ainda que indirectamente, possam levar à identificação dos menores mencionados. Contudo, “*il tribunale per i minorenni, nell’interesse esclusivo del minorenne, o il minorenne che ha compiuto i sedici anni, può consentire la pubblicazione*” - O tribunal de menores, no exclusivo interesse do menor, ou do menor que tenha atingido dezasseis anos de idade, pode autorizar a publicação. Outrossim, “*é vietata la pubblicazione dell’immagine di persona privata della libertà personale ripresa mentre la stessa si trova sottoposta all’uso di manette ai polsi ovvero ad altro mezzo di coercizione fisica, salvo che la persona vi consenta*” - É proibida a publicação da imagem de uma pessoa privada de liberdade pessoal, obtidas enquanto a mesma está sujeita ao uso de algemas ou a qualquer outro meio de coacção física, salvo se pessoa o consinta.

determinar que o ato seja realizado a portas fechadas, limitando o número de pessoas que possam estar presentes”(...).”²⁶⁰

Em Portugal, os diversos actos podem ser realizados sem publicidade, porém a leitura da sentença, é sempre pública²⁶¹. A proibição, pelo juiz, da assistência de menor de 18 anos ou de quem, pelo seu comportamento, puser em causa a dignidade ou a disciplina do acto, não é tida como restrição ou exclusão da publicidade.²⁶² A violação do artigo 87.º constitui nulidade insanável se se tratar da publicidade da audiência de julgamento²⁶³, porém, será nulidade sanável se se tratar de qualquer outro acto processual²⁶⁴. “A nulidade da falta de publicidade na audiência de julgamento não depende do resultado do julgamento, podendo ser arguida mesmo que ele seja favorável ao arguido (acórdão do plenário do TEDH Engel e outros v. Países Baixos, de 8.6.1976).”²⁶⁵

²⁶⁰ *Código de Processo Penal e a sua Interpretação Jurisprudencial, Doutrina e Jurisprudência*, 2.ª edição revista, atualizada e ampliada, Coordenação: ALBERTO SILVA FRANCO /RUI STOCO, Volume 1, Parte Constitucional, ALBERTO SILVA FRANCO/ CARLOS VICO MAÑAS/ LUIZ CARLOS BETANHO/ MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES/ SÉRGIO MAZINA MARTINS/ TATIANA VIGGIANI BICUDO, 1.ª edição: Setembro 1999; 2.ª tiragem: Fevereiro 2001, (Anterior à Reforma da Lei n.º 11.690/08), p. 1051.

²⁶¹ N.º 5, do art. 87.º, do C.P.P.

²⁶² N.º 6, do art. 87.º, do C.P.P.

²⁶³ N.º 1, do art. 321.º, do C.P.P.

²⁶⁴ N.º 1, do art. 86.º, do C.P.P.

²⁶⁵ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição actualizada, 2008, p. 246.

Capítulo 7

Meios de Comunicação Social

7. Meios de Comunicação Social

“E não será de esquecer que o direito a informar contém nele mesmo um decisivo poder: o 4.º poder do Estado de que já em 1840 falava Balzac na *Revue Parisienne*.”²⁶⁶

Esta é, quicá, uma das questões mais pertinentes, atenta a importância que a comunicação social cada vez mais tem, à sua capacidade de influência, ao seu poder político, social, económico, ao ponto de, se outrora se dizia que ela era o terceiro poder político, não será descabido se dissermos que hoje ela é o primeiro poder político, capaz de influenciar e elevar até aos píncaros uma pessoa, ou rebaixa-la até às profundezas, a ponto de ser capaz de derrubar governos, especialmente, nos países democráticos, onde as pessoas e a comunicação social²⁶⁷ gozam de liberdade de expressão.

A lei suprema da nação consagra a “liberdade de expressão e informação”²⁶⁸, estatutando que “todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações.”²⁶⁹. Consagra ainda a “liberdade de imprensa e meios de comunicação social”²⁷⁰ a liberdade de expressão, o direito dos jornalistas ao acesso às fontes de informação e à protecção da independência e do sigilo profissionais, a independência dos órgãos de comunicação social, perante o poder político, económico, cabendo a uma entidade administrativa

²⁶⁶ RAPOSO, MÁRIO, Provedor de Justiça, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação - Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 26.

²⁶⁷ “É neste sentido que recorro as palavras de Fidelino de Figueiredo, quando, em O Medo da História disse que o jornalista selecciona, organiza, interpreta e julga. Pesada responsabilidade esta, portanto.”, *idem, ibidem*, p. 46.

²⁶⁸ Art. 37.º, da C.R.P. “A CRP considera o direito de informação um direito fundamental (art. 37.º, n.º 1). Trata-se de um direito de estrutura complexa, cujo conteúdo e sentido foi já traçado por Jorge Miranda, e a que a doutrina portuguesa reconhece três níveis: o direito “de informar”, o direito “a se informar” e o direito “a ser informado””, PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA, *Segredo de Justiça e Acesso ao Processo*, Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, Almedina, Coimbra, 2004, p. 83. “O direito de informação, consagrado na Constituição Portuguesa de 1976, no art. 37.º, (...)”. “(...) no essencial não se afasta das formulações contidas quer na Convenção Europeia dos Direitos do Homem, no seu art. 10.º, quer no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, no seu art. 19.º”, PINTO, RICARDO LEITE, *Direito de Informação e Segredo de Justiça no Direito Português*, Revista da O.A., Ano 51, Lisboa, 1991, p. 511 (ver pp. 511 a 513).

²⁶⁹ N.º 1, do art. 37.º, da C.R.P.

²⁷⁰ Art. 38.º, da C.R.P. De acordo com a doutrina portuguesa, a liberdade de imprensa “(...)”, pode ser considerada uma “qualificação da liberdade de expressão e informação”, entendimento que implica a sujeição da liberdade de imprensa ao regime jurídico da liberdade de informação do art. 37.º da CRP. O que, por seu turno, significa que os limites de natureza criminal adiante referidos para o direito de informação são igualmente válidos para a liberdade de imprensa.”, PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA, *op. cit.*, pp. 83 e 84.

independente assegurar nos meios de comunicação social a “regulação da comunicação social”²⁷¹.

No que concerne ao processo penal, o artigo 88.º fala-nos dos circunstancialismos em que os órgãos de comunicação social podem intervir ou não, começando o articulado por referir a norma positiva, ou seja, que é permitida, por aqueles, a narração circunstanciada do teor de actos processuais, não em segredo de justiça, mas dentro dos limites estatuídos na lei.²⁷²

Os meios de comunicação social concretizam um direito constitucional e um direito internacional, ao proporcionar a publicidade externa do processo penal ao noticiarem a actividade da justiça.²⁷³ Diríamos até que a divulgação destes actos, pela comunicação social, desde que devidamente enquadrados e transmitindo a verdade material, é um forte contributo para a educação cívica, para o conhecimento dos direitos e deveres, para o acautelar de situações que o vulgar cidadão desconhece em relação a certa legislação, contribuindo outrossim para a formação cívica e informação da justiça.

Embora os meios de comunicação social possam narrar circunstanciadamente o teor dos actos processuais, não sujeitos a segredo de justiça, ao contrário, não podem reproduzir peças processuais ou documentos processuais até à leitura da sentença em primeira instância, a menos que tenham sido obtidos mediante certidão, com indicação do seu fim, com autorização expressa pela autoridade judiciária.²⁷⁴

Já a transmissão de som e imagem de acto processual só pode ser feita com autorização da autoridade judiciária e dos participantes no acto, estando vedada se se opuserem²⁷⁵ e estando ainda vedada a publicação da identidade das vítimas de crimes de tráfico de pessoas, contra a liberdade e autodeterminação sexual, a honra ou a reserva da

²⁷¹ Art. 39.º, da C.R.P. “Os profissionais de informação deverão assumir as suas responsabilidades, não podendo, sob a capa protectora do direito fundamental à informação e à liberdade de expressão, lesar os direitos dos cidadãos. Os direitos à honra e à intimidade da vida privada são também protegidos pela Constituição, podendo os seus titulares sofrer prejuízos irreparáveis em consequência de notícias falsas, deturpadas ou enganosas. O importante é que cada um faça «uso sem abuso» – quer se trate de tribunais, órgãos de informação ou cidadãos em geral – dos direitos e liberdades fundamentais, pois os direitos de cada um acabam onde começam os dos outros.”, EIRAS, AGOSTINHO, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Colecção Argumentum, 1992, p. 19.

²⁷² N.º 1, do art. 88.º, do C.P.P.

²⁷³ Art. 206.º, da C.R.P., e § 1, do art. 6.º, da C.E.D.H.

²⁷⁴ Al. a), do n.º 2, do art. 88.º, do C.P.P.

²⁷⁵ Al. b), do n.º 2, do art. 88.º, do C.P.P.

vida privada, a menos que a vítima expressamente o consinta ou se o crime for praticado através de órgão da comunicação social²⁷⁶.

Os meios de comunicação social não podem publicitar escutas telefónicas, salvo se não estiverem sujeitas a segredo de justiça e os intervenientes expressamente consentirem na publicação. Atente-se que a actuação ilícita dos meios de comunicação social pode ser punida por desobediência simples²⁷⁷ e/ou por violação do segredo de justiça²⁷⁸, mas, como há situações limite, os meios de comunicação social podem ficar restringidos de forma inadmissível da liberdade de expressão, pondo em causa o princípio da mínima intervenção do direito penal. Entende-se assim que “(...), o artigo 88.º, n.º 4, do CPP é inconstitucional, por violar o artigo 38.º, n.º 2, al. a), conjugado com o artigo 18.º, n.º 2, da CRP, bem como o artigo 10.º da CEDH.”²⁷⁹ Por sua vez, “(...), o art. 88.º, n.º 4, do CPP não é aplicável na parte em que abrange matéria com dignidade e carência de tutela penal (porque é consumido pelo art. 371.º, n.º 1, do Código Penal) e é aplicável na parte em que é duvidosa a legitimidade material de tal intervenção.”²⁸⁰ Nos casos dos n.ºs 2 e 3, do artigo 88.º, a decisão judicial é recorrível.

Outra questão pertinente tem a ver com o segredo profissional dos jornalistas. O único meio é revelar as suas fontes de informação? “É, porém, entendimento comumente aceite que os jornalistas têm o direito de não revelar as suas fontes. Disso nos dá conta, nomeadamente, o artigo 5.º da Lei de Imprensa (actualmente no art. 22.º da Lei 2/99, de 13 de Janeiro.”²⁸¹ No entanto, o artigo 135.º do Código de Processo Penal estatui sobre o segredo profissional, até para que não haja abusos ou excessos, ou para que os mesmos se não escudem sob o segredo profissional para inventarem e divulgarem notícias sem fundamento.

²⁷⁶ Al. c), do n.º 2, do art. 88.º, do C.P.P.

²⁷⁷ Art. 348.º, do C.P.

²⁷⁸ Art. 371.º, do C.P.

²⁷⁹ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição, 2008, p. 249.

²⁸⁰ PINTO, FREDERICO LACERDA DA COSTA, *Publicidade e Segredo na Última Revisão do Código de Processo Penal*, Jornadas sobre a Revisão do Código de Processo Penal, Revista do C.E.J., 1.º semestre 2008, n.º 9 (especial), p. 43.

²⁸¹ MONTE, MÁRIO FERREIRA, *O Segredo de Justiça na Revisão do Código de Processo Penal: Principais Repercussões na Comunicação Social*, Scientia Iuridica – T.XLVIII, 1999, n.ºs 280/282, Julho/Dezembro 1999, p. 424.

Capítulo 8

Âmbito Especial da Publicidade

8. Âmbito Especial da Publicidade

Nos capítulos 8.1 e 8.2 se descrevem os regimes jurídicos da consulta de auto e obtenção de certidão e informação por sujeitos processuais e da consulta de auto e obtenção de certidão por outras pessoas. Aqui, acotovelam-se os valores fundamentais ínsitos no segredo de justiça e os valores que a publicidade pretende salvaguardar, razão pela qual esta matéria está sujeita a um intenso controlo judicial e aos limites temporais do segredo de justiça e dos prazos do inquérito.

8.1. Consulta de Auto e Obtenção de Certidão e Informação por Sujeitos Processuais

“Hoje, a pessoa, para cumprir a sua plena dignidade, vive socialmente integrada; a pessoa é a pessoa-social, o nosso “eu” tem que se partilhar com os outros “eus”; o “ego” reclama o “alter” ”²⁸² ?

“Por um lado há que distinguir entre participantes processuais e terceiros. Quanto aos participantes processuais há ainda que estabelecer a dicotomia entre os elementos do tribunal (principais e auxiliares), de um lado, e o arguido, assistentes e partes civis do outro.”²⁸³

Durante o inquérito, o arguido, o assistente, o ofendido, o lesado e o responsável civil, por requerimento dirigido ao Ministério Público, podem consultar o processo ou elementos dele constantes, obter extractos, cópias e certidões, salvo no caso de o processo estar sujeito a segredo de justiça e o Ministério Público se opuser, por considerar, fundamentadamente, que pode prejudicar a investigação ou os direitos dos participantes processuais ou das vítimas.²⁸⁴

²⁸² RAPOSO, MÁRIO, Provedor de Justiça, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação - Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 25.

²⁸³ EIRAS, AGOSTINHO, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Coleção Argumentum, 1992, p. 37.

²⁸⁴ N.º 1, do art. 89.º, do C.P.P. No mesmo sentido, corrobora no plano internacional, o art. 116. do *Codice di Procedura Penale*.

Se o Ministério Público indeferir o pedido, requer-se para o juiz, que decide por despacho irrecorrível.²⁸⁵ Em caso de deferimento, as fotocópias são depositadas na secretaria²⁸⁶, e quando o processo se tornar público, podem as pessoas mencionadas no n.º 1, do artigo 89.º, requerer às autoridades judiciais o exame gratuito fora da secretaria, pelo prazo fixado em despacho do juiz²⁸⁷, sob pena de multa pelo desrespeito do prazo²⁸⁸. Findos os prazos previstos de duração máxima do inquérito²⁸⁹, o arguido, o assistente²⁹⁰ e o ofendido podem consultar todos os elementos do processo em segredo de justiça, a menos que o juiz de instrução determine, a requerimento do Ministério Público, que o acesso seja adiado por um período máximo de três meses, prorrogável por uma só vez, quando estiver em causa a criminalidade referente às alíneas i) a m) do artigo 1.º, e por um prazo objectivamente indispensável à conclusão da investigação.²⁹¹ Será “o artigo 89.º, n.º 6, da CRP, (...) inconstitucional, por violar os artigos 13.º e 20.º, n.º 1, da CRP, na medida em que não permite às partes civis²⁹² o acesso aos autos, nas mesmas condições do arguido, do assistente e do ofendido.”²⁹³ ?

“O juiz e o Ministério Público têm sempre acesso, bem como os funcionários de justiça e as autoridades de polícia criminal. O direito, *rectius* o poder/dever, é limitado ao necessário para a execução dos actos ordenados.”²⁹⁴

²⁸⁵ N.º 2, do art. 89.º, do C.P.P.

²⁸⁶ N.º 3, do art. 89.º, do C.P.P.

²⁸⁷ N.º 4, do art. 89.º, do C.P.P.

²⁸⁸ N.º 5, do art. 89.º, do C.P.P.

²⁸⁹ Art. 276.º, do C.P.P.

²⁹⁰ “O assistente pode hoje ter acesso aos autos para consulta e obtenção de extractos, cópias e certidões, durante a fase do inquérito (...), mesmo em momento anterior ao recebimento da notificação do MP prevista no n.º 1, do art. 285.º” do Código de Processo Penal, CARVALHO, PAULA MARQUES, *Manual Prático de Processo Penal*, Edições Almedina, S.A., 3.ª edição, 2007, p. 204. Neste sentido, ver também, PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA, *Segredo de Justiça e Acesso ao Processo*, Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, Almedina, Coimbra, 2004, pp. 87 a 91.

²⁹¹ N.º 6, do art. 89.º, do C.P.P.

²⁹² O acesso pelas partes civis (lesado e responsável civil). “Se for seguido o regime da adesão (art. 71.º do CPP), a informação que as partes civis necessitam para esse efeito é em regra obtida em três momentos do processo: por via da informação prestada pelo MP ao abrigo do art. 75.º do CPP, quando a mesma tenha lugar, mas que será em regra uma informação pouco completa pois o processo ainda está em curso; depois, findo o inquérito com a comunicação do eventual arquivamento (art. 277.º, n.º 3 do CPP) que, por si só, também não fornecerá informação suficiente, (...); finalmente, só com a notificação da acusação ou da pronúncia se a mesma tiver lugar (art. 277.º, n.º 3 *ex vi* art. 283.º, n.º 5, e art. 77.º, n.º 2 e 3 do CPP) é que as partes civis obterão informação adequada a sustentar as suas pretensões.” Note-se ademais que quanto às partes civis a al. a), do n.º 12, do art. 86.º, do C.P.P., determina que seja dado conhecimento de acto ou documento em segredo de justiça, desde que necessária à dedução do pedido de indemnização civil. Este preceito “(...) tem a vantagem de assentar numa formulação imperativa, pois à luz da norma em causa a autoridade judiciária não poderá negar a passagem de certidão. Mas repare-se que o seu campo de aplicação é limitado às situações de acidente rodoviário, o que significa que todos os demais casos acabam por cair no âmbito do (...)” n.º 11, do art. 86.º, do C.P.P. “– e este preceito tanto permite que a autoridade judiciária quebre o segredo de justiça e forneça a informação solicitada, como permite igualmente que recuse a passagem de tal certidão.”, PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA, *op. cit.*, pp. 86 e 87.

²⁹³ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição, 2008, p. 254.

²⁹⁴ EIRAS, AGOSTINHO, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Colecção Argumentum, 1992, p. 37.

Na sua vertente interna, e em determinados processos, o fim do segredo de justiça pode não ter nenhum efeito positivo para os fins que ele próprio prossegue, pois não auxilia a investigação (prejudicando-a em vez disso), servindo apenas para alimentar os atentados aos direitos e à dignidade dos arguidos e outros sujeitos ou intervenientes processuais. “A razão de ser desta afirmação parece-me óbvia: quanto maior for o leque de pessoas com acesso ao processo, maior é a probabilidade de os actos processuais chegarem ao conhecimento do público em geral. O fim incondicional do segredo de justiça interno não é mais do que um meio de acabar com o segredo de justiça externo.”²⁹⁵

No Brasil, no entanto, “o inquérito policial, por ser peça de natureza administrativa, inquisitiva e preliminar à ação penal, deve ser sigiloso, não submetido, pois, à publicidade que rege o processo. Não cabe a incursão na delegacia, de qualquer do povo, desejando acesso aos autos do inquérito policial, a pretexto de fiscalizar e acompanhar o trabalho do Estado-investigação, como se poderia fazer quanto ao processo-crime em juízo. As investigações já são acompanhadas e fiscalizadas por órgãos estatais, dispensando-se, pois, a publicidade. Nem o indiciado, pessoalmente, aos autos tem acesso. É certo que, inexistindo inconveniente à “elucidação do fato” ou ao “interesse da sociedade”, pode a autoridade policial, que o preside, permitir o acesso de qualquer interessado na consulta aos autos do inquérito. Tal situação é relativamente comum em se tratando de repórter desejoso de conhecer o andamento da investigação ou mesmo do ofendido ou seu procurador. Assim, também não é incomum que o delegado, pretendendo deixar claro que aquela específica investigação é confidencial, decreta o estado de sigilo. Quando o faz, afasta dos autos o acesso de qualquer pessoa.”²⁹⁶

“Entretanto, ao advogado não se pode negar acesso ao inquérito, pois o Estatuto da Advocacia é claro nesse sentido: Lei 8.906/94, art. 7.º - “São direitos do advogado: (...) XIV – examinar em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade,

²⁹⁵ PAVÃO, HENRIQUE, *O Regime do Segredo de Justiça, no Inquérito na sua Vertente Interna*, Conselho Superior da Magistratura, II Encontro Anual – 2004, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, p. 122.

²⁹⁶ NUCCI, GUILHERME DE SOUZA, *Manual de Processo Penal e Execução Penal*, Editora Revista dos Tribunais, 5.ª edição revista, atualizada e ampliada, 2.ª tiragem, 2008, p. 168.

podendo copiar peças e tomar apontamentos”.²⁹⁷ “Em síntese, o sigilo não é, atualmente, de grande valia, pois se alguma investigação em segredo precise ser feita ou esteja em andamento, pode o suspeito, por intermédio de seu advogado, acessar os autos e descobrir o rumo que o inquérito está tomando.”²⁹⁸ “Dir-se-á que o inquérito é sigiloso (ausente a publicidade a qualquer pessoa do povo) e não contestamos tal afirmativa, o que não pode significar a exclusão da participação do advogado como ouvinte e fiscal da regularidade da produção das provas, caso deseje estar presente.”²⁹⁹

“Torna-se nítida essa viabilidade quando se analisa o disposto no art. 3.º, § 2.º, da Lei 1.579/52 (modificada pela Lei 10.679/2003): “O depoente poderá fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta” (grifo nosso). O dispositivo citado cuida da formação e atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que poderá exercer suas atividades em sessão secreta, mas jamais excluindo o advogado. Registremos que a CPI tem poderes investigatórios típicos do juiz (art. 58, § 3.º, CF), logo, maiores que os da autoridade policial, motivo pelo qual, com maior razão, não poderá o delegado determinar o afastamento do defensor do acompanhamento da produção da prova na fase inquisitorial, a pretexto de manter o sigilo da investigação.”³⁰⁰

Na Alemanha, o § 147 [*Akteneinsicht des Verteidigers*] do StPO, no seu (1) prescreve que „*der Verteidiger ist befugt, die Akten, die dem Gericht vorliegen oder diesem im Falle der Erhebung der Anklage vorzulegen wären, einzusehen sowie amtlich verwahrte Beweisstücke zu besichtigen*”³⁰¹. Porém, „(2) *ist der Abschluss der Ermittlungen noch nicht in den Akten vermerkt, kann dem Verteidiger die Einsicht in die Akten oder einzelne Aktenteile sowie die Besichtigung von amtlich verwahrten Beweisgegenständen versagt werden, soweit dies den Untersuchungszweck gefährden kann*”³⁰².

Mas, „*liegen die Voraussetzungen von Satz 1 vor und befindet sich der Beschuldigte in Untersuchungshaft oder ist diese im Fall der vorläufigen Festnahme*

²⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 168.

²⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 168.

²⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 169.

³⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 169.

³⁰¹ O defensor tem o direito a consultar o processo, objectos que estão à guarda do tribunal, ou que venham a ser depositados após a queixa.

³⁰² Se a conclusão do inquérito ainda não estiver declarada, ao defensor pode ser negado o exame do processo ou partes do processo, bem como os instrumentos de prova, quando poder comprometer a eficácia da investigação.

*beantragt, sind dem Verteidiger die für die Beurteilung der Rechtmäßigkeit der Freiheitsentziehung wesentlichen Informationen in geeigneter Weise zugänglich zu machen; in der Regel ist insoweit Akteneinsicht zu gewähren“.*³⁰³ Também, „(3) *die Einsicht in die Niederschriften über die Vernehmung des Beschuldigten und über solche richterlichen Untersuchungshandlungen, bei denen dem Verteidiger die Anwesenheit gestattet worden ist oder hätte gestattet werden müssen, sowie in die Gutachten von Sachverständigen darf dem Verteidiger in keiner Lage des Verfahrens versagt werden“*³⁰⁴. E, „(4) *auf Antrag sollen dem Verteidiger, soweit nicht wichtige Gründe entgegenstehen, die Akten mit Ausnahme der Beweisstücke zur Einsichtnahme in seine Geschäftsräume oder in seine Wohnung mitgegeben werden. Die Entscheidung ist nicht anfechtbar“*³⁰⁵.

„(5) *Über die Gewährung der Akteneinsicht entscheidet im vorbereitenden Verfahren und nach rechtskräftigem Abschluss des Verfahrens die Staatsanwaltschaft, im Übrigen der Vorsitzende des mit der Sache befassten Gerichts“.*³⁰⁶ Mas, „*versagt die Staatsanwaltschaft die Akteneinsicht, nachdem sie den Abschluss der Ermittlungen in den Akten vermerkt hat, versagt sie die Einsicht nach Absatz 3 oder befindet sich der Beschuldigte nicht auf freiem Fuß, so kann gerichtliche Entscheidung durch das nach § 162 zuständige Gericht beantragt werden“.*³⁰⁷ „*Die §§ 297 bis 300, 302, 306 bis 309, 311a und 473a gelten entsprechend“.*³⁰⁸ Ora, „*diese Entscheidungen werden nicht mit Gründen versehen, soweit durch deren Offenlegung der Untersuchungszweck gefährdet werden könnte“.*³⁰⁹ Assim, logo que „(6) *ist der Grund für die Versagung der Akteneinsicht nicht vorher entfallen, so hebt die Staatsanwaltschaft die Anordnung*

³⁰³ Caso suceda o que está em 1 e se o acusado estiver em prisão preventiva ou esta tenha sido requerida, o defensor para aferir da legalidade da privação da liberdade, terá acesso às informações gerais essenciais de forma adequada, normalmente o acesso a essas informações é garantido.

³⁰⁴ A consulta do processo no que diz respeito ao interrogatório do arguido e sobre os actos de inquérito judicial, na qual a presença do defensor nomeado tenha sido autorizada ou deveria ter sido permitida, bem como na opinião dos pareceres de peritos, nunca poderá ser recusada em nenhum processo.

³⁰⁵ A pedido da defesa, salvo razões imperiosas em contrário, os processos, excepto os instrumentos de prova, poderão ser dados para consulta no seu escritório (domicílio profissional) ou residência.

³⁰⁶ Salvo melhor tradução, este preceito refere que, a Procuradoria-Geral decide a consulta do processo na fase de inquérito e depois de o encerrar, quanto aos restantes casos cabe ao tribunal (juiz de instrução) pronunciar-se.

³⁰⁷ Caso a Procuradoria-Geral negue a consulta depois de encerrado o inquérito, ou estando o arguido privado de liberdade, nesse caso pode ser solicitado ao tribunal (de instrução criminal) que profira despacho, ao abrigo do § 162.

³⁰⁸ Atente-se aos §§ 297 até 300, 302, 306 até 309, 311a e 473a.

³⁰⁹ A decisão não carece de fundamentação, desde que, a publicação impeça a continuação da investigação.

*spätestens mit dem Abschluß der Ermittlungen auf*³¹⁰ e „*dem Verteidiger ist Mitteilung zu machen, sobald das Recht zur Akteneinsicht wieder uneingeschränkt besteht*“³¹¹.

Mas „(7) dem Beschuldigten, der keinen Verteidiger hat, sind auf seinen Antrag Auskünfte und Abschriften aus den Akten zu erteilen, soweit dies zu einer angemessenen Verteidigung erforderlich ist, der Untersuchungszweck, auch in einem anderen Strafverfahren, nicht gefährdet werden kann und nicht überwiegende schutzwürdige Interessen Dritter entgegenstehen. Absatz 2 Satz 2 erster Halbsatz, Absatz 5 und § 477 Abs. 5 gelten entsprechend“³¹².

³¹⁰ Assim, logo que a investigação/o inquérito esteja encerrado, o motivo da recusa da consulta deixa de existir.

³¹¹ O defensor deve ser informado logo que o direito de consulta do processo seja ilimitado.

³¹² O arguido, que não tenha defensor, poderá obter informações e cópias do processo a seu pedido, na medida que isto seja necessário para a sua adequada defesa, a menos que o objecto do inquérito possa ser comprometido, mesmo noutro processo e não haja conflito de interesses legítimos e preponderantes de terceiros, de acordo com artigo 2 frase 2 primeira metade da frase, artigo 5 e § 477 artigo 5.

8.2. Consulta de Auto e Obtenção de Certidão por Outras Pessoas

“(…), *el pueblo es el juez de los jueces*.”³¹³

Qualquer pessoa com interesse legítimo pode pedir para ser admitida a consultar o auto, que se não encontre em segredo de justiça e que lhe seja fornecida cópia, extracto ou certidão.³¹⁴ “(…) Decide, por despacho, a autoridade judiciária que presidir à fase em que se encontra o processo ou que nele tiver proferido a última decisão.”³¹⁵

“Efectivamente, se o processo penal tem por objectivo a punição dos autores dos factos jurídico-criminais, sempre que através da colaboração de terceiros seja possível obter dados conducentes à descoberta da verdade material deve ser feito o apelo à sua colaboração dando-lhes conhecimento dos elementos do processo estritamente necessários.”³¹⁶

O processo é público para terceiros³¹⁷, “(…) desdobrando-se o direito em duas faculdades: I. têm o direito de consultar o processo; II. podem requerer «cópias, extractos ou certidões do auto ou de parte dele». Uma vez consultado o processo ou obtida a «cópia, extracto ou certidão», o terceiro não adquire o direito de narrar ou reproduzir os seus termos, designadamente através da comunicação social: não adquire legitimidade para a divulgação pública. Se existia a proibição – *ope legis* ou *ope judicis* – e tal proibição não foi levantada, ou se a consulta ou a emissão de certidão foi

³¹³ “O povo é o juiz dos juizes”. “Como destaca Eduardo J. Couture (Fundamentos del derecho procesal civil, p. 174), “la publicidad, con su consecuencia natural de la presencia del público en las audiencias judiciales, constituye en más precioso instrumento de fiscalización popular sobre la obra de magistrados y defensores. En último término, el pueblo es el juez de los jueces. La responsabilidad de las decisiones judiciales se acrecienta en términos amplísimos si tales decisiones han de ser proferidas luego de una audiencia pública de las partes y en la propia audiencia, en presencia del pueblo”.”, JÚNIOR, AMÉRICO BEDÊ e SENNA, GUSTAVO, *Princípios do Processo Penal, Entre o Garantismo e a Efetividade da Sanção*, Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 317.

³¹⁴ 1.ª parte, do n.º 1, do art. 90.º, do C.P.P.. Neste sentido, ver EIRAS, AGOSTINHO, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Coleção Argumentum, 1992, p. 39. “Não existe incompatibilidade entre o disposto no art.º 90.º do CPP, que permite a qualquer pessoa solicitar as providências aí referidas, desde que demonstre um interesse legítimo, e o art.º 63.º, n.º 1, do Estatuto da Ordem dos Advogados, o qual apenas dispensa o advogado de exhibir procuração. Não basta invocar a qualidade de Advogado para requerer uma certidão, ao abrigo do disposto no art.º 90.º, n.º 1 do CPP, tornando-se necessário alegar o interesse legítimo nessa pretensão - (Ac. Rel. Porto, de 92-11-04, CJ, XVII, 5, 244).”, SANTOS, M. SIMAS e HENRIQUES, M. LEAL-, *Código de Processo Penal Anotado*, I Volume, Editora Reis dos Livros, 2.ª Edição, Reimpressão Actualizada, 2003, p. 492. No Brasil o Advogado não carece de alegar interesse legítimo para consultar o processo e dele obter cópia, extracto ou certidão.

³¹⁵ 2.ª parte, do n.º 1, do art. 90.º, do C.P.P.

³¹⁶ EIRAS, AGOSTINHO, *op. cit.*, p. 39.

³¹⁷ Entre os terceiros que poderão invocar interesse legítimo encontram-se, v.g., os peritos, os juristas, etc.

autorizada sob condição de o requerente não narrar ou difundir, tal condição deverá ser respeitada”.³¹⁸

Aqui, “os jornalistas beneficiam, contudo, de regime especial. Os jornalistas podem, se alegarem interesse legítimo, consultar os autos e até obter cópia, extracto ou certidão de processo em que vigore a publicidade externa. Nos termos do artigo 8.º, n.º 2 e 3, do Estatuto dos Jornalistas, estabelecido na Lei n.º 1/99, de 13.1, em relação aos processos que se não encontram em segredo de justiça, constitui interesse legítimo a invocação pelo jornalista do interesse no acesso às fontes de informação.”³¹⁹ Todavia, não podem narrar actos processuais em relação aos quais a assistência do público tenha sido judicialmente restringida nem podem transcrever peças processuais até à leitura da sentença em primeira instância. “O despacho judicial de rejeição de acesso aos autos por terceiros é recorrível (artigo 399.º, e acórdão Szücs v. Áustria, de 24.11.1997).”³²⁰

³¹⁸ EIRAS, AGOSTINHO, *op. cit.*, p. 40.

³¹⁹ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição, 2008, p. 259.

³²⁰ *Idem, ibidem*, p. 259.

Capítulo 9

Limites Temporais do Segredo de Justiça e os Prazos do Inquérito

9. Limites Temporais do Segredo de Justiça e os Prazos do Inquérito

*Tempus regit "secretum"?*³²¹

O Ministério Público encerra o inquérito por meio de arquivamento ou de dedução da acusação e deve fazê-lo nos seguintes prazos máximos:

- 6 meses³²², se houver arguidos presos, ou sob obrigação de permanência na habitação³²³;
- 8 meses, se os não houver.³²⁴

O prazo de 6 meses, supra referido, pode ser alargado³²⁵:

- para 8 meses, quando o inquérito for por algum dos crimes referidos no n.º 2, do artigo 215.^{o326};
- para 10 meses, quando, seja qual for o crime, o procedimento criminal se revelar de excepcional complexidade, devido, nomeadamente, ao número de arguidos ou de ofendidos ou ao carácter altamente organizado do crime;
- para 12 meses, nos casos referidos no n.º 3, do artigo 215.^{o327}.

A elevação dos prazos de realização do inquérito tem que ver com o regime de elevação dos prazos de prisão preventiva³²⁸, e, portanto, a decisão sobre a excepcional complexidade do processo³²⁹, que é causa de elevação de ambos, é da competência exclusiva do juiz de instrução, pois é a esta autoridade que compete aplicar todas as medidas de coacção³³⁰ e decidir sobre a sua alteração e extinção.

³²¹ Com devidas adaptações – “Tempus regit actum”.

³²² O prazo de 6 meses é elevado para 8, 10 e 12 meses nas circunstâncias previstas nas alíneas do n.º 2, do art. 276.º, do C.P.P. Cfr. ainda o n.º 4, do art. 20.º, da C.R.P.

³²³ Cfr. os arts. 201.º e 202.º, do C.P.P.

³²⁴ N.º 1, do art. 276.º, do C.P.P. Enquanto no regime processual anterior, o prazo contava a partir do auto de notícia do crime e da abertura do processo, hoje o prazo conta-se a partir do momento em que o inquérito tiver passado a correr contra pessoa determinada ou em quem se tiver verificado a constituição de arguido. Assim, numa perspectiva pessoal, ousa a afirmar que, o Ministério Público pode ludibriar estes prazos fazendo correr o processo sem determinar o sujeito como arguido.

³²⁵ N.º 3, do art. 276.º, do C.P.P.

³²⁶ Disposição esta onde, à razão desses crimes, se prevê a elevação dos prazos normais de prisão preventiva.

³²⁷ Isto é, quando o procedimento for por algum dos crimes referidos no n.º 2, do art. 215.º, e o processo se revelar de excepcional complexidade.

³²⁸ Art. 215.º, do C.P.P.

³²⁹ As restantes causas de elevação são taxativas.

³³⁰ Excepto o termo de identidade e residência.

Violando-se qualquer prazo *supra* referido (ou os prazos previstos nos n.ºs 1 e 2, do artigo 276.º, do Código de Processo Penal), o magistrado titular do processo deve comunicar ao superior hierárquico imediato, as razões que explicam o atraso e o período necessário para concluir o inquérito. Nestes casos, “(...) o superior hierárquico pode avocar o processo e dá sempre conhecimento ao Procurador-Geral da República, ao arguido e ao assistente da violação do prazo e do período necessário para concluir o inquérito.”³³¹ “Recebida a comunicação (...), o Procurador-Geral da República pode determinar, oficiosamente ou a requerimento do arguido ou do assistente, a aceleração processual nos termos do artigo 109.º”³³² do Código de Processo Penal. Assim, a inobservância destes prazos, pode motivar um pedido de aceleração processual³³³ e, consequências disciplinares para o agente do Ministério Público ou os funcionários responsáveis³³⁴.

Acresce que, por força do n.º 6, do artigo 89.º, do Código de Processo Penal, findos os prazos de duração máxima do inquérito, o arguido, o assistente e o ofendido podem consultar todos os elementos de processo que se encontre em segredo de justiça. Só não será assim, se o Ministério Público requerer ao juiz de instrução que o acesso aos autos seja adiado por um período máximo de três meses, o qual pode ser prorrogado, por uma só vez, e por um prazo objectivamente indispensável à conclusão da investigação, quando se tratar de: terrorismo³³⁵, criminalidade violenta³³⁶, criminalidade especialmente violenta³³⁷ e criminalidade altamente organizada³³⁸. Outrossim, igualmente, julgamos “(...) que não virá mal nenhum para o processo

³³¹ N.º 5, do art. 276.º, do C.P.P.

³³² N.º 6, do art. 276.º, do C.P.P.

³³³ Nos termos dos arts. 108.º e 109.º, do C.P.P.

³³⁴ Cfr., a este respeito, os arts. 108.º a 110.º, do C.P.P.

³³⁵ São as condutas que integrarem os crimes de organização terrorista, terrorismo e terrorismo internacional (al. i), do art. 1.º, do C.P.P.).

³³⁶ São as condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos (al. j), do art. 1.º, do C.P.P.). Aquando a entrada em vigor da Lei n.º 26/2010, de 30 de Agosto, esta alínea possuirá a seguinte redacção: criminalidade violenta - as condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos.

³³⁷ São as condutas previstas na alínea anterior puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 8 anos (al. l), do art. 1.º, do C.P.P.).

³³⁸ São as condutas que integrarem crimes de associação criminosa, tráfico de pessoas, tráfico de armas, tráfico de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas, corrupção, tráfico de influência ou branqueamento (al. m), do art. 1.º, do C.P.P.). Também, com a entrada em vigor da Lei n.º 26/2010, de 30 de Agosto, a sua redacção será alterada: as condutas que integrarem crimes de associação criminosa, tráfico de pessoas, tráfico de armas, tráfico de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas, corrupção, tráfico de influência, participação económica em negócio ou branqueamento.

admitir-se que o Ministério Público pode [possa] decidir autorizar³³⁹ o acesso aos autos quando entenda que não há já razões para a manutenção do segredo e que possa informar, sobretudo os ofendidos e os denunciante, sobre o andamento das investigações. O Ministério Público pode decidir sobre a desnecessidade do segredo, (...).”³⁴⁰

Ora, “que haja uma fase de investigação sujeita a segredo pelo tempo indispensável à recolha dos indícios essenciais do crime nada me repugna e que esse tempo seja o que em concreto se mostrar necessário também não. Mas, a partir do momento em que no processo estão recolhidos elementos probatórios que permitam formular um juízo de forte indicição a permitir que sejam aplicadas ao arguido medidas de coacção parece-me indispensável que ele possa ter acesso aos autos para organizar a sua defesa e que os ofendidos sejam também informados do andamento das investigações parece-me uma exigência de elementar bom senso.”³⁴¹ Afinal, “a ideia que o crime ofende essencialmente o interesse da comunidade não satisfaz a necessidade psicológica de informação àqueles que lhe sofreram imediatamente os efeitos (...).”³⁴² Todavia, “a hipotética consideração de que o sigilo relativo aos meios utilizados e o conhecimento dos resultados obtidos na investigação possa cessar, para o arguido, num momento em que aquela se não mostra terminada, ou seja, para utilizar a própria definição legal constante do art. 262º, num momento em que ainda se não apurou se houve crime, quem foram os seus agentes, qual o seu efectivo grau de responsabilidade e ainda se não recolheram todas as provas indispensáveis à formação

³³⁹ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, in *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição, 2008, nas pp. 244, 259 e 260, estatui que “o requerente só pode reagir contra a rejeição do requerimento pelo Ministério Público, submetendo a questão ao superior hierárquico do magistrado do Ministério Público, por intermédio de reclamação hierárquica (...)”. Outros defendem que “porém, um sistema moderno de direito processual exige que, em casos como os que se estão a discutir, haja a possibilidade de reclamação para o juiz de instrução.”, PAVÃO, HENRIQUE, *O Regime do Segredo de Justiça, no Inquérito na sua Vertente Interna*, Conselho Superior da Magistratura, II Encontro Anual – 2004, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, p. 125.

³⁴⁰ SILVA, GERMANO MARQUES DA, *O Segredo de Justiça, Perspectiva Político-jurídica da sua Relevância no Combate à Criminalidade, na Garantia dos Direitos dos Cidadãos e no Prestígio das Instituições Judiciárias*, Conselho Superior da Magistratura, II Encontro Anual – 2004, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, pp. 88 e 89.

³⁴¹ SILVA, GERMANO MARQUES DA, *ibidem*, p. 89. Ademais, “também o regime do primeiro interrogatório judicial de arguido detido (art. 141.º, n.º 4 do CPP) aplicável igualmente à detenção fora de flagrante delito (art. 254.º, n.º 2, com remissão para o 141.º) exige que seja comunicada ao arguido informação em segredo de justiça, mais concretamente que ao arguido sejam expostos “os factos que lhe são imputados.”, PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA, *Segredo de Justiça e Acesso ao Processo*, Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, Almedina, Coimbra, 2004, pp. 91 a 94. A exposição destes factos deve obedecer à regra geral do n.º 5, do art. 97.º, do C.P.P. e 205.º, da C.R.P. que correspondem aos requisitos gerais estabelecidos nos arts. 202.º e 204.º, do C.P.P.; de igual modo, o cumprimento do disposto nos n.ºs 3 e 4, do art. 194.º, do C.P.P. quanto à audição do arguido e ao conteúdo do despacho judicial de aplicação de medida de coacção durante o inquérito implicam que seja comunicada ao arguido e seu defensor informação sujeita a segredo de justiça.

³⁴² SILVA, GERMANO MARQUES DA, *ibidem*, p. 89.

dessa convicção, reconduzindo-se ou não esse momento ao do termo dos prazos fixados nos n.º 1 e 2 do art. 276º, coloca não só em sério risco as próprias finalidades do Inquérito enquanto tal, como está em total contradição com a realidade da investigação da criminalidade grave, ou mais complexa, nos dias de hoje. Acresce que por essa via, se obteria uma injustificada prevalência do interesse do arguido no acesso às provas em detrimento da eficácia da investigação.”³⁴³

Após o advento desta constatação sobre os prazos, em especial dos limites temporais do segredo de justiça, emergiu acesa discussão na jurisprudência. Pelo que, nos reportamos a elucidativos acórdãos que possibilitam a análise precípua dos aspectos mais relevantes no que a este tema se refere.

Existe, desde logo, uma dificuldade: quanto tempo deve durar o segredo de justiça?

“De acordo com o n.º 1 do art.º 86º do Código de Processo Penal, “[o] processo penal é, sob pena de nulidade, público, ressalvadas as excepções previstas na lei”. O inquérito passou assim a ser, em regra, público. [Assim,] reflectindo sobre a configuração actual do regime do segredo de justiça no processo penal, salienta Costa Andrade (“*Bruscamente no verão passado*”, a reforma do Código de Processo Penal – Observações críticas sobre uma lei que podia e devia ter sido diferente, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, ano 137.º, n.º 3949, Março-Abril de 2008, pp. 230-231): «Significa isto que, no contexto do novo ordenamento positivado, as situações de segredo de justiça ficaram reduzidas a casos decididamente marginais e excepcionais. Cabendo precisar que a marginalidade e excepcionalidade não se revelam apenas no plano fáctico ou quantitativo segundo o modelo regra-excepção. Intervém também aqui um factor simbólico, expresso no teor “fraco” da dignidade normativa reconhecida ao segredo de justiça: tanto na existência como na essência, quer no se, quer no quando ou quanto, o segredo de justiça está hoje inteiramente dependente da iniciativa e da intervenção dos sujeitos processuais (arguido, assistente, Ministério Público, Juiz de Instrução), segundo diferentes modelos de interacção. Não resultando em nenhum caso de imposição ou injunção directa da lei, o segredo está em toda a linha cometido à disponibilidade dos sujeitos processuais.» Com efeito, no âmbito do inquérito, a

³⁴³ Centro de Estudos Judiciários, *Contributos para a Reflexão sobre o Sistema Penal Português, A Estrutura do Inquérito (O Segredo de Justiça na Fase de Inquérito)*, Outubro 2003, pp. 52 e 53.

excepção à publicidade e submissão ao segredo de justiça apenas pode ocorrer nos termos prescritos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 86.º do Código de Processo Penal, sob iniciativa dos sujeitos processuais ali identificados, valendo o regime do segredo de justiça que nessa sequência se determinar enquanto perdurar o inquérito e vinculando todos os sujeitos e participantes processuais, bem como as pessoas que, por qualquer título, tiverem tomado contacto com o processo (nº 8 do art.º 86º).”³⁴⁴ ou conhecimento de elementos a ele pertencentes.

“Especificamente no que diz respeito ao segredo de justiça na sua vertente interna (...), o legislador fez coincidir a duração do segredo de justiça com os prazos de duração máxima do inquérito previstos no art.º 276º do Código de Processo Penal ao estabelecer no nº 6 do art.º 89º daquele diploma processual que: “Findos os prazos previstos no art.º 276º, o arguido, o assistente e o ofendido podem consultar todos os elementos de processo que se encontre em segredo de justiça, salvo se o juiz de instrução determinar, a requerimento do Ministério Público, que o acesso aos autos seja adiado por um período máximo de três meses, o qual pode ser prorrogado, por uma só vez, quando estiver em causa a criminalidade a que se referem as alíneas i) a m) do art.º 1º, e por um prazo objectivamente indispensável à conclusão da investigação”. ”³⁴⁵ E, “mais uma vez lançando mão da palavra de Costa Andrade, dir-se-á que o n.º 6 do artigo 89.º é portador de uma “cominação”: o fim do segredo de justiça interno. A cominação em exame “assume o significado de uma sanção pela ultrapassagem dos prazos consignados para o inquérito”. Ou seja, no essencial, este preceito “decreta o fim do segredo de justiça interno uma vez ultrapassados os prazos consignados (artigo 276.º do CPP) para o inquérito” (loc. cit., pp. 236 e 238). Verificando-se, tão só, que se completou o tempo prescrito no artigo 276.º do Código de Processo Penal, cessa *ope legis* o segredo de justiça na sua dimensão interna nos termos do preceituado no n.º 6 do artigo 89.º do mesmo código, não havendo qualquer necessidade de uma decisão que expressamente o declare.”³⁴⁶

Como “da letra do art. 89.º n.º 6 do Código de Processo Penal vemos que o legislador deixou claro, que o arguido, o assistente e o ofendido podem consultar todos os elementos do processo, que ainda está em segredo de justiça, fazendo disso menção

³⁴⁴ AcTRL, processo n.º 121/08.1TELSB-B.L1-3, de 17.03.2010.

³⁴⁵ AcTRL, processo n.º 121/08.1TELSB-B.L1-3, de 17.03.2010.

³⁴⁶ AcTRL, processo n.º 121/08.1TELSB-B.L1-3, de 17.03.2010.

expressa, logo, o segredo de justiça não decai automaticamente com o decurso dos prazos máximos de inquérito. A remissão que é feita do art. 89.º n.º 6 do Código de Processo Penal para os prazos do art. 276.º do Código de Processo Penal, tem que ser conjugada com os direitos e interesses subjacentes e, como tal, devidamente adaptada. Há que conjugar os interesses da investigação e dos outros sujeitos processuais e os interesses dos arguidos na preparação da sua defesa e conhecimento dos autos e tal apreciação deve ser feita no momento em que é requerida a consulta do processo pelo arguido, assistente ou ofendido.”³⁴⁷

Em verdade, “a tarefa de concordância prática entre o disposto no art. 86.º n.º 3, 89.º n.º 6 e 276.º do Código de Processo Penal impõe a ponderação entre finalidades, irremediavelmente conflitantes, apontadas ao processo penal: a realização da justiça e a descoberta da verdade material, a protecção perante o Estado dos direitos fundamentais das pessoa – nomeadamente da sua defesa. E tal ponderação deve ser feita no momento da validação pelo Mino. Juiz de Instrução, que poderá apreciar, em concreto, as situações em que deve ser, ou não, levantado o segredo de justiça para permitir a consulta dos elementos do processo pelos arguidos, assistente e ofendido, assegurando que o critério dos prazos máximos do inquérito seja apreciado, caso a caso, sem que seja irremediavelmente posto causa o interesse da realização da justiça.”³⁴⁸

Com efeito, “procedendo a uma análise do art. 89.º, n.º 6 da Código de Processo Penal, o Prof. Frederico de Lacerda da Costa Pinto (*Publicidade e Segredo na Última Revisão do Código de Processo Penal*, Revista do CEJ, 1.º Semestre 2008, Número 9, páginas 7 a 44) começa por realçar que a “a solução do artigo 89.º, n.º 6, foi construída [no Anteprojecto e na Proposta de Lei] num contexto em que o Ministério Público decidia unilateralmente e sem controlo judicial do acesso ao processo, que ficaria em segredo de justiça enquanto o titular do inquérito não encerrasse esta fase processual. Portanto, o regime foi pensado para evitar um prolongamento excessivo do segredo de justiça dependente em todos os aspectos de uma única entidade – o que significava para o arguido a manutenção desse estatuto e para a assistente a ignorância do que estaria a ser feito, por força do regime de acesso aos autos. Ora, o regime mudou radicalmente com as alterações do Parlamento, pelo que a sua função estabilizadora dos diversos

³⁴⁷ AcTRC, processo n.º 167/08.0GACLB-A.C1, de 10.02.2010.

³⁴⁸ AcTRC, processo n.º 167/08.0GACLB-A.C1, de 10.02.2010.

interesses em potencial conflito se encontra agora perdida e em risco de ser adulterada. No contexto da nova regulação do segredo de justiça e do acesso aos autos, matéria sujeita a um intenso controlo judicial, o regime do art. 89.º, n.º 6, do Código De Processo Penal é razoavelmente desnecessário e gera mais problemas do que aqueles que resolve, podendo facilmente ser convertido num instrumento de boicote à investigação criminal.”³⁴⁹

“Como modo de ultrapassar os inconvenientes deste regime – para o que propõe, designadamente, a criação no art. 276.º do C.P.P. de um regime de suspensão de contagem do prazo do inquérito quando estiverem em causa diligências a executar por terceiros, que não o Ministério Público ou os órgãos de polícia criminal, ou declaração de inaplicabilidade do regime à criminalidade organizada, em especial aos crimes económico-financeiros, à corrupção e à criminalidade transnacional – o Prof. Frederico de Lacerda da Costa Pinto defende, num esforço de interpretação conforme ao art. 20.º, n.º 3 da Constituição, que “(...) numa leitura articulada materialmente com o interesse público inerente à investigação criminal, o art. 89.º, n.º 6, do CPP não pode permitir o acesso automático aos autos sempre que tal possa pôr gravemente em causa a investigação, se a sua revelação criar perigo para a vida, integridade física ou psíquica ou para a liberdade dos participantes processuais ou vítimas do crime.”³⁵⁰ “Para este efeito invoca a aplicação analógica do limite do art. 194.º, n.º 4, al. b), do C.P.P., que estabelece que a fundamentação do despacho que aplicar medidas de coacção só deve enunciar os indícios probatórios, dando-os a conhecer ao arguido, se não puser gravemente em causa a investigação, se não impossibilitar a descoberta da verdade ou a sua revelação não criar perigo para a vida, integridade física ou psíquica ou para a liberdade dos participantes processuais ou vítimas do crime.”³⁵¹

Neste sentido, “o n.º 6 do referido artigo 89.º tem suscitado várias dificuldades de interpretação, designadamente no que diz respeito ao termo inicial de contagem do prazo de adiamento e à duração do prazo de prorrogação, ambos nele previstos (vide, entre outros, os Acórdãos da Relação do Porto de 2008.04.03, Processo n.º 0841343, in *www.dgsi.pt*, da Relação de Lisboa de 2008.09.17, Processo n.º 5036/08, in *www.pgdlisboa.pt*, e da Relação de Lisboa de 2009.01.06, Processo n.º 6085/2008-5, in

³⁴⁹ AcTRC, processo n.º 167/08.0GACLB-A.C1, de 10.02.2010.

³⁵⁰ AcTRC, processo n.º 167/08.0GACLB-A.C1, de 10.02.2010.

³⁵¹ AcTRC, processo n.º 167/08.0GACLB-A.C1, de 10.02.2010.

www.dgsi.pt). Mas dele resulta, a nosso ver, de forma clara, o fim do segredo de justiça, na sua vertente de segredo interno, relativamente ao arguido, assistente e ofendido, uma vez decorrido o prazo máximo de duração do inquérito previsto na lei. Esta a perspectiva que foi acolhida no Acórdão desta Relação e Secção de 2008.10.08 (Processo n.º 5079/08, sumariado *in* *www.pgdlisboa.pt*), cujas considerações a este propósito inteiramente subscrevemos, e que a dado passo refere: “Tal como resulta do próprio preceito, o segredo interno cessa automaticamente a não ser que o M.º Público requeira o adiamento da quebra desse segredo pelo prazo máximo de 3 meses, prazo esse que pode ser prorrogado por uma só vez, pelo tempo objectivamente indispensável à conclusão da investigação e caso se trate de algum dos crimes previstos nas alíneas i) a m) do art.º 1º do CPP.”³⁵²

“Estes adiamentos da quebra do segredo interno só podem ter lugar a requerimento do M.º Público, independentemente do arguido, do assistente ou do ofendido manifestarem ou não a vontade de consultar o processo, e têm de ser requeridos ainda antes do termo do prazo legal do inquérito, ou antes do termo do primeiro adiamento por 3 meses, no caso de ser possível a prorrogação deste prazo, sob pena de o segredo de justiça interno caducar no termo desses prazos, relativamente ao arguido, ao assistente e ao ofendido.”³⁵³ Deste modo, “não sendo o pedido do Ministério Público, de prorrogação do segredo de justiça, feito antes de expirado o prazo do inquérito previsto no artigo 276.º do Código de Processo Penal, e completando-se desse modo o prazo normal do inquérito, sem que nele exista decisão judicial susceptível de determinar a elevação de tal prazo para uma data posterior por força da eventual excepcional complexidade que caracterize o processo, cessa o segredo de justiça na sua vertente interna. Também neste sentido, de que o pedido do Ministério Público, de prorrogação do segredo de justiça, deve ser feito antes de expirado o prazo do inquérito previsto no artigo 276.º do Código de Processo Penal foi recentemente proferido o Acórdão da Relação de Coimbra de 2010.02.20 (Processo n.º 167/08.0GACLB-A.C1 *in* *www.dgsi.pt*)³⁵⁴ e pronuncia-se Paulo Pinto de Albuquerque, *in Comentário do Código de Processo Penal à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 3.ª edição actualizada, Lisboa 2009, p. 253, citando Lamas Leite,

³⁵² AcTRL, processo n.º 121/08.1TELSB-B.L1-3, de 17.03.2010.

³⁵³ AcTRL, processo n.º 121/08.1TELSB-B.L1-3, de 17.03.2010.

³⁵⁴ Vide, entre outros, os Acórdãos da Relação do Porto: de 2008.02.27, Processo n.º 0747210; de 2008.04.23, Processo n.º 0841343; de 2008.10.15, Processo n.º 0815570; de 2009.01.20, Processo n.º 9198/2008-5, todos disponíveis *in* *www.dgsi.pt*.

“Segredo de justiça interno, inquérito, arguido e seus direitos de defesa”, in RPCC, ano 16, 2006, p. 571.”³⁵⁵

Já “o levantamento do segredo de justiça referenciado nos n.ºs 4 e 5 do artigo 86.º - e nenhum outro preceito prevê a prolação de uma decisão judicial no sentido do levantamento do segredo de justiça – pressupõe que esteja em vigor o regime do segredo de justiça e que o Ministério Público, o arguido, o assistente ou o ofendido entendam ser oportuno fazê-lo cessar, renascendo a regra geral da publicidade prescrita no n.º 1 do mesmo artigo 86.º. É esta a conclusão a que conduz o teor literal dos preceitos e, também, a sua inserção sistemática. Nestes casos, cabe em princípio ao Ministério Público (por iniciativa própria ou a requerimento) determinar o levantamento do segredo de justiça, pertencendo a decisão final sobre o assunto ao Juiz de Instrução quando o Ministério Público não deferir o requerimento que lhe haja sido formulado nesse sentido pelo arguido, pelo assistente ou pelo ofendido. Uma vez decidido o levantamento do segredo de justiça, ressurge a regra geral da publicidade, pondo fim ao segredo de justiça tanto na sua dimensão interna (perante os sujeitos processuais) como na sua dimensão externa (perante o público em geral).”³⁵⁶ Ora, o segredo de justiça na sua vertente externa “(...), a existir, só pode vigorar “durante a fase de inquérito” (artigo 86.º, n.ºs 2 e 3, e, por remissão, o n.º 4, “nos termos do número anterior”). Quer isto dizer que, tendo havido um inquérito secreto (segredo externo), mesmo que o arguido manifeste interesse em que a instrução seja secreta, ele não pode requerer que a instrução seja secreta e o juiz não pode deferir esse requerimento.”³⁵⁷ Ocorrerá, nestes termos, a violação do conceito constitucional de segredo e subsequentemente a violação das garantias de defesa e da presunção da inocência?

³⁵⁵ AcTRL, processo n.º 121/08.ITELSB-B.L1-3, de 17.03.2010.

³⁵⁶ AcTRL, processo n.º 121/08.ITELSB-B.L1-3, de 17.03.2010.

³⁵⁷ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição, 2008, p. 241.

Capítulo 10

Critérios de Solução de Conflitos

10. Critérios de Solução de Conflitos

“«O Direito é um mal necessário, que deve ser reduzido ao mínimo, de modo que a liberdade de cada um se expanda na máxima medida possível».”³⁵⁸

No âmbito do direito constitucional as normas segredo de justiça³⁵⁹ e direito de informação³⁶⁰ conterão restrições? Limites imanentes³⁶¹? Ou serão simplesmente esclarecedoras? “Num primeiro momento há que fazer um trabalho interpretativo com vista a apreender o âmbito de protecção da norma. Mas o seu sentido colhe-se tomando-a no contexto do ordenamento em que se insere. [E,] na busca do sentido das normas constitucionais há-de fazer-se uma interpretação conforme à Constituição. Reportamo-nos aqui à Constituição como um todo harmónico entre si.”³⁶²

“(…) Os direitos fundamentais consagrados na Constituição não são ilimitados: não há direitos ilimitados.” Porque “sempre que haja outros interesses constitucionalmente protegidos eles não podem ser desprezados.”³⁶³ Ora, aqui, “na fase de aplicação da lei ao caso concreto o tribunal tomará como igualmente válidos” o direito de informação³⁶⁴ “(…) e o segredo de (para a realização de a) justiça”³⁶⁵. Em caso

³⁵⁸ EIRAS, AGOSTINHO, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Coleção Argumentum, 1992, p. 89 (*apud* Castro Mendes, *Justiça e Liberdade*).

³⁵⁹ Não obstante, o lugar sistemático em que tal norma se encontra, no Título I da Parte I e, assim, elevado a princípio fundamental do Estado de Direito (princípios gerais dos direitos e deveres fundamentais), o mesmo poderá apresentar confronto com algum ou alguns dos direitos, liberdades e garantias constitucionais, nomeadamente o direito de informação previsto no Capítulo I, Título II da Parte I, nos arts. 37.º e 38.º, da C.R.P. Atente-se que, “(…) a magna tarefa de compatibilização entre os valores a acautelar não tem como exclusiva pauta de referência o segredo de justiça (...), mas outros valores, mais fundos e essenciais, aliás todos eles inscritos na Constituição: o direito à integridade pessoal, o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar (...). E nesse tentame de compatibilização têm que intervir os saudáveis princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e, como subjacência determinante, o da dignidade da pessoa humana.”, RAPOSO, MÁRIO, Provedor de Justiça, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, Liberdade de Informação - Segredo de Justiça, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 25.

³⁶⁰ No âmbito constitucional poderá ser (sub)entendido o direito de informação como liberdade de informação e liberdade de imprensa (arts. 37.º e 38.º da C.R.P.) e, no âmbito do direito processual penal se dará com a publicidade do processo (arts. 86.º e ss. do C.P.P.), mais especificamente com o acesso aos autos.

³⁶¹ “Fala-se de limites imanentes quando «a limitação do direito atinge o seu próprio âmbito de protecção constitucional de modo que exclui em termos absolutos certas formas ou modos do seu exercício».” “Os limites podem estar expressos ou implícitos na Constituição. Se estiverem implícitos só se chegará a eles por interpretação.”, EIRAS, AGOSTINHO, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Coleção Argumentum, 1992, pp. 87 e 88. No entanto, “é de afastar a teoria dos limites imanentes: se é certo que não há direitos ilimitados, em matéria de direitos fundamentais, de nada nos serve falar de limites imanentes – para os distinguir de outras espécies de restrições – uma vez que só em face das circunstâncias concretas se conhecerão os verdadeiros limites. Sem esquecer que as leis restritivas de direitos não podem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais (C.R.P., art. 18.º-3).”, *ibidem*, p. 104.

³⁶² *Idem, ibidem*, p. 88.

³⁶³ *Idem, ibidem*, p. 89.

³⁶⁴ “(…) a regra fundamental é a de que deve haver tanto segredo quanto for necessário e tanta liberdade de informação quanto possível.”, LÚCIO, LABORINHO, Ministro da Justiça, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social,

de colisão, decidir-se-á por um ou outro depois de ponderar, conforme as circunstâncias do caso, a medida em que o sentimento jurídico comunitário exige restrições às liberdades de cada um para a defesa das liberdades e da dignidade dos outros.”³⁶⁶ “A Constituição apontou para a realização da justiça como um dos bens [aparentemente] conflituantes com o direito (...)” de informação que cumpre acautelar.³⁶⁷ Outrossim, “para o legislador ordinário ficou a tarefa de concretizar a harmonização entre ambos.”³⁶⁸ E, neste contexto, “as principais dissonâncias doutrinárias surgem quando se trata de escolher o critério de solução do conflito entre direitos ou entre direitos e outros bens. Qual? Hierarquização? Concordância prática? Ponderação de bens?”³⁶⁹

“A Constituição não contém um critério de hierarquização. O que se pode defender é que os direitos que admitem limites, em princípio, cedem perante os que os não admitem. E, assim, quando a Constituição determina que a integridade moral e física das pessoas é inviolável, este direito prevalecerá, sobre outro que admita limites. Mas, só em princípio. Se estivermos perante dois direitos (ou direitos e bens) em que ambos admitam (ou não admitam) limites a solução será outra, (...).”³⁷⁰

“Outro, dentre os critérios que têm sido defendidos para solução da problemática do conflito de direitos é o da concordância prática. «A teoria da concordância prática exige, em vez da unilateral valoração de um bem constitucional em desfavor de outro, que se proceda a uma optimização equilibrada e igualizante, de modo a assegurar a

Liberdade de Informação - Segredo de Justiça, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 12. Apesar de o direito/liberdade de informação não poder sofrer «impedimentos nem discriminações» ela deve ser entendida com as restrições dos arts. 270.º e 37.º da C.R.P. (n.º 2, do art. 10.º, C.E.D.H.), PINTO, RICARDO LEITE, *Direito de Informação e Segredo de Justiça no Direito Português*, Revista da O.A., Ano 51, Lisboa, 1991, pp. 511 a 513.

³⁶⁵ Gomes Canotilho e Vital Moreira referem que: “«IX. A inserção, em sede do direito ao acesso ao direito e à tutela judicial efectiva, da protecção do segredo de justiça (n.º 3) não é facilmente inteligível. Pela sua arrumação sistemática e pela formulação linguística parece deduzir-se que a Constituição não consagra um direito ao segredo de justiça, mas considera o segredo de justiça, a definir por indefinido o sentido e a localização do indefinido o sentido e a localização do segredo de justiça.” (...) “Ao constitucionalizar o segredo de justiça, a Constituição ergue-o à qualidade de bem constitucional, o qual poderá justificar o balanceamento com outros bens ou direitos ou, até, a restrição dos mesmos (investigações jornalísticas de crimes, publicidade do processo, direito ao conhecimento do processo por parte de interessados), mas não deve servir para contradizer o exercício dos direitos de defesa.»”, SANTOS, MANUEL SIMAS, *A Reforma do Sistema Penal de 2007*, Garantias e Eficácia, Coimbra Editora, 2008, pp. 28 e 29.

³⁶⁶ “Resulta apodíctico que a protecção de um bem importante da comunidade pode justificar restrições à liberdade do indivíduo.”, EIRAS, AGOSTINHO, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Coleção Argumentum, 1992, pp. 91 e 92.

³⁶⁷ Ora, também, poderá servir de contraponto ao segredo de justiça, o direito de defesa do arguido, COSTA, ARTUR RODRIGUES DA, *Segredo de Justiça e Comunicação Social*, Revista do Ministério Público, Ano 17, n.º 68, Outubro/Dezembro 1996, p. 55.

³⁶⁸ “Se é certo que o sujeito (...) tem direito a ser informado, certo é também que o Estado não pode deixar a sociedade indefesa na luta contra o crime. «A luta contra a criminalidade organizada de alta violência, mormente o terrorismo, constitui, hoje mais do que nunca, uma das prioridades do Governo do Estado democrático.»”, EIRAS, AGOSTINHO, *op. cit.*, pp. 92 e 93 (*apud* Garcia Marques).

³⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 94.

³⁷⁰ *Idem, ibidem*, pp. 94 e 95.

eficácia de ambos os bens em conflito».³⁷¹ Contudo, “não é possível estabelecer à partida um critério geral para aplicação em abstracto aos direitos fundamentais. [Porque] os direitos «consideram-se direitos *prima facie* e não direitos definitivos, dependendo a sua radicação subjectiva definitiva da ponderação e da concordância feita em face de determinadas circunstâncias concretas». [E] só no momento do exercício do direito por parte do seu titular se torna possível determinar qual o bem ou interesse que deve prevalecer.”³⁷² ³⁷³ “Com o Gomes Canotilho,³⁷⁴ entendemos que só em concreto, segundo um critério de ponderação de bens, se pode determinar qual o direito ou bem que deve preferir, atendendo às circunstâncias.”³⁷⁵ Assim, e vertendo o supra mencionado para o âmbito do direito processual penal, “o tribunal deverá, portanto, fazer uma ponderação entre os interesses protegidos pelo direito fundamental de [informação/acesso aos autos] e os bens protegidos pelos preceitos (penais) a que se refere o segredo de justiça.” “O segredo de justiça serve vários interesses³⁷⁶, alguns dificilmente compatibilizáveis: o interesse do Estado numa justiça imparcial e eficaz, o interesse de evitar que o arguido, pelo conhecimento antecipado de factos e provas dificulte a acção da justiça ou mesmo se subtraia a ela, o interesse do mesmo arguido de não serem divulgados factos eventualmente lesivos da sua honra e dignidade, o interesse

³⁷¹ *Idem, ibidem*, pp. 96 e 97. “O art. 18.º da nossa Constituição impõe que a lei só possa restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos nela expressamente previstos, «devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos». E ainda que as leis restritivas de direitos não podem «diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais». Aqui estão plasmados os princípios de adequação, necessidade e proporcionalidade.”, COSTA, ARTUR RODRIGUES DA, *Segredo de Justiça e Comunicação Social*, Revista do Ministério Público, Ano 17, n.º 68, Outubro/Dezembro 1996, p. 72.

³⁷² EIRAS, AGOSTINHO, *ibidem*, p. 103.

³⁷³ Também “na problemática do direito constitucional de conflitos há que distinguir entre regras e princípios. Tendencialmente, as regras, caso não contenham restrições, apresentam-se como definitivas e os princípios são normas *prima facie*: só no momento da aplicação se conhece o seu alcance.”, *ibidem*, p. 104. “Havendo conflito entre duas ou mais regras uma delas deverá ser eliminada porque a regra ou vale ou não vale. Se se tratar de colisão de princípios, há que ponderar os bens, sopesá-los, pelo que se vai estabelecer uma relação de preferência. Essa relação não pode ser determinada em abstracto, depende das circunstâncias.”, *ibidem*, p. 107. “Ao fazer a ponderação há que atender aos objectivos, ao fim que levou ao exercício do direito no caso concreto. Mas isso não basta: dever-se-á verificar também se foi ultrapassada a medida do sacrifício necessário e adequado, segundo as circunstâncias, do interesse de outrem – o titular de outro direito ou a comunidade. O meio e o fim têm de estar em relação adequada; o prejuízo do bem jurídico não deve ir além do que requer o fim lícito.”, *ibidem*, p. 108. “Assim: não sendo possível assegurar a eficácia de ambos os bens em conflito (concordância prática), pondera-se o peso de cada um no caso concreto (ponderação de bens) mas proceder-se-á de modo que as restrições sejam adequadas e necessárias (proporcionalidade).”, *ibidem*, p. 108. “Considerámos que não se trata de conflito entre duas regras – a que confere o direito (...) de informação “e a que define o segredo de justiça – mas antes de uma colisão entre o direito (...) de informação “e o bem realização da justiça (...).”, *ibidem*, p. 108.

³⁷⁴ “Se o legislador não indicar qual a norma que deverá prevalecer cabe ao seu aplicador escolhê-la para o que adoptará um critério de racionalidade e de justiça, dentro dos parâmetros constitucionais. Na ponderação de bens, o aplicador do direito não pode, ao restringir os direitos, extravarar da proporcionalidade, adequação e necessidade. E só há restrições *ex constitutione*.”, *idem, ibidem*, p. 105.

³⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 105.

³⁷⁶ “O fundamental, porém, é a consecução do êxito das investigações. Os outros objectivos são secundários, não na medida em que os bens protegidos têm menor importância, mas porque só subsidiariamente são acautelados. Eles são protegidos na medida em que se procura garantir a eficácia e o êxito da investigação.”, COSTA, ARTUR RODRIGUES DA, *Segredo de Justiça e Comunicação Social*, Revista do Ministério Público, Ano 17, n.º 68, Outubro/Dezembro 1996, p. 57.

na garantia constitucional da presunção de inocência do arguido, o interesse de outras partes no processo, designadamente os ofendidos na não revelação de certos factos ofensivos da sua reputação e consideração.”³⁷⁷ Qualquer um destes interesses é integralmente respeitado por todos os cidadãos? Qualquer um destes interesses se pode compatibilizar com as limitações que resultam da lei de imprensa, ao direito de informação?³⁷⁸

“Se é inegável que os meios de comunicação social desempenham uma importante função na publicidade das leis e da sua aceitação pela comunidade e uma garantia para os cidadãos quanto à justiça da sua aplicação, constituem também a ameaça principal para a presunção de inocência (...) tanto mais que frequentemente obedecem a uma lógica económica e política perversa e também em democracia é mais fácil e popular proteger a liberdade de expressão do que a presunção de inocência.”³⁷⁹ “Em democracia, o valor da presunção de inocência tem necessariamente de se coordenar com o valor da liberdade de informação, mas essa coordenação é dos mais complexos e difíceis problemas da democracia.” “Há que esperar que a deontologia profissional e os códigos de conduta dos diversos meios de comunicação sejam bastantes para que o justo equilíbrio seja encontrado”³⁸⁰?

A título de curiosidade, no Brasil, outra “questão mais tormentosa do binómio “investigação-publicidade” repousa (...)” no “segredo interno” quando o acesso é negado a todos envolvidos com os fatos (vítima, investigado e testemunhas) e terceiros.”³⁸¹ “Evidentemente, não se pode negar que, em muitos instantes, o conhecimento pelo investigado de atos da investigação colocam em risco a colheita de

³⁷⁷ PINTO, RICARDO LEITE, *Direito de Informação e Segredo de Justiça no Direito Português*, Revista da O.A., Ano 51, Lisboa, 1991, pp. 520 e 521. “O direito de defesa do bom nome e reputação é um direito natural, potencialmente ilimitado, ainda que formalmente possa ser condicionado, mas não mais do que na medida do necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses legítimos.”, SILVA, GERMANO MARQUES DA, *O Segredo de Justiça, Perspectiva Político-jurídica da sua Relevância no Combate à Criminalidade, na Garantia dos Direitos dos Cidadãos e no Prestígio das Instituições Judiciárias*, II Encontro Anual – 2004, Conselho Superior da Magistratura, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, p. 85. Neste sentido, ver também, PAVÃO, HENRIQUE, *O Regime do Segredo de Justiça, no Inquérito na sua Vertente Interna*, II Encontro Anual – 2004, Conselho Superior da Magistratura, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, p. 118.

³⁷⁸ N.º 3, do art. 8.º; al. a), do n.º 1 e als. c), d), ..., do n.º 2, do art. 14.º, do Estatuto do Jornalista (Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro - actualizada pelos seguintes diplomas: - Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 114/2007, de 20 de Dezembro).

³⁷⁹ SILVA, GERMANO MARQUES DA, *op. cit.*, p. 83.

³⁸⁰ SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Curso de Processo Penal*, II, Verbo, 2.ª edição revista e actualizada, 1999, p. 28.

³⁸¹ *Código de Processo Penal e a sua interpretação jurisprudencial, Doutrina e Jurisprudência*, 2.ª edição revista, actualizada e ampliada, Coordenação: ALBERTO SILVA FRANCO/RUI STOCO, Volume 1, Parte Constitucional, ALBERTO SILVA FRANCO/ CARLOS VICO MAÑAS/ LUIZ CARLOS BETANHO/ MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES/ SÉRGIO MAZINA MARTINS/ TATIANA VIGGIANI BICUDO, 1.ª edição: Setembro 1999; 2.ª tiragem: Fevereiro 2001, p. 1060 (Anterior à Reforma da Lei n.º 11.690/08).

elementos que podem ajudar na convicção sobre sua culpa penal. E foi por essa perspectiva que o legislador de 1941 inscreveu o art. 20 do CPP, em cujo *caput* encontra-se o seguinte preceito: “A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade”. A escolha do legislador de 1941, compatível em tudo com o regime de exceção implementado pelo Governo de Getúlio Vargas, declaradamente de inspiração fascista e franquista³⁸², deve em muitos pontos ser revista, pois, seria um contra-senso aceitar-se a estulta inversão lógica de que ao acusado (contra quem já foi formulado juízo provisório de culpa, com base em elementos de convicção quanto à sua autoria e de fato tido como criminoso e cuja materialidade já se encontra robusta para suportar uma denúncia ou queixa) devem ser asseguradas todas as garantias inerentes ao devido processo legal, mas o mesmo não seria garantido ao investigado contra quem nada, ou muito pouco, há, pois ainda se está em fase investigativa preliminar. De outro modo, também seria incoerente imaginar-se que de uma investigação preliminar desrespeitadora de vários princípios constitucionais (no qual se insere, indefectivelmente, a publicidade) pudesse emergir um “devido processo legal” em fase processual.”³⁸³ “Logo, à semelhança do ocorrente na fase processual (art. 5.º, LX e art. 93, IX, ambos da CF e, ainda, art. 792, CPP), a publicidade não poderá ser vedada aos interessados (notadamente vítima, investigado e seus representantes) pelos órgãos da persecução penal, até mesmo porque o citado art. 20 do CPP deve atualmente ser lido pelos influxos do art. 37 da CF que determina que para Administração Pública, a qual é integrada pelos órgãos públicos responsáveis pela persecução pré-processual ou de investigação preliminar, é regida por vários princípios, dentro os quais o da publicidade (...)”³⁸⁴.

“Destacada a inovação sistêmica introduzida pela Constituição Federal de 1988 tanto no tocante aos direitos e garantias fundamentais do cidadão (inclusive o investigado/indiciado) quanto da incoerência de se ter uma fase pré-processual abusiva e inconstitucional para depois se “fingir” que se poderá ter um efetivo “devido processo legal” e, por fim, destacada a inserção do princípio da publicidade como reitor da

³⁸² “Contudo, não se pode esquecer, que o sistema investigativo desenhado no Código de Processo Penal foi de inspiração inquisitiva e desprovida de influxos de proteção das garantias e direitos do cidadão (inclusive o investigado), atualmente consagrados pela Constituição Federal.”, *idem, ibidem*, p. 1060.

³⁸³ *Idem, ibidem*, p. 1060.

³⁸⁴ “(...) porém, vale destacar o dispositivo referido: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)””, *idem, ibidem*, p. 1060.

atividade dos órgãos da Administração Pública, voltamos ao dilema inicial e de conotação prática: em nível constitucional, qual o ponto de equilíbrio entre a “publicidade” e a “eficiência” dos atos da Administração? Em nível de legislação ordinária, qual é o ponto de equilíbrio entre o “necessário sigilo à elucidação do fato” e a efetiva tutela dos direitos e garantias fundamentais do cidadão investigado?”³⁸⁵

“Parece-nos que o equilíbrio ocorrerá da seguinte forma: os órgãos persecutórios criminais podem realizar em sigilo todos os atos necessários para a descoberta do autor e da materialidade da infração, porém, sempre que para a realização desses atos for necessária a interferência na esfera jurídica do investigado a ele deverá ser dada a informação da existência da investigação em toda a sua extensão.”³⁸⁶ Com efeito, “com essa proposta de equilíbrio se busca compatibilizar uma boa investigação com a efetiva garantia dos direitos fundamentais do cidadão na qualidade de investigado. Até mesmo porque não há incompatibilidade entre ambos, deverá haver apenas harmonização para a efetividade de ambas.”³⁸⁷

Em Portugal “convém recordar que na “Nota sobre a Revisão do Código Processo Penal”, da responsabilidade da respectiva Unidade Missão, uma das principais alterações preconizadas incidia sobre o segredo de justiça, o qual e passa-se a citar, devia ser “restringido, passando os sujeitos a aceder ao processo sempre que não haja prejuízo para a investigação ou para direitos fundamentais” – veja-se www.portugal.gov.pt/.”³⁸⁸ “Tais considerações, no que concerne às alterações a conferir à regulamentação do segredo de justiça foram precisadas, do seguinte modo: “Consagra-se com maior amplitude o princípio da publicidade. Assim, no decurso do inquérito, o

³⁸⁵ *Idem, ibidem*, pp. 1060 e 1061.

³⁸⁶ “Dessa formulação básica estarão excluídas, por óbvio, as hipóteses em que as providências do órgão da Administração Pública consistirem em medida cautelar (pessoal ou probatória) cuja natureza torne imprescindível o desconhecimento dos atos pelo investigado, assim se dará nas hipóteses de interceptação telefônica, de busca e apreensão e de prisão cautelar (preventiva ou temporária) etc. Porém, e é o que não ocorre na prática cotidiana, não poderá haver o “segredo interno” quando o investigado é chamado para ser interrogado; para colher material grafotécnico ou de qualquer outra natureza para colaborar na investigação; quando é pedida a sua quebra de sigilo bancário, fiscal, financeiro ou de dados; nas hipóteses em que se determina a reconstituição dos fatos ou a apresentação de documentos de qualquer natureza; entre outros. Para todas essas últimas hipóteses citadas, o segredo em nada favorece a proficuidade da investigação, apenas revela evidentes (i) preconceito (o investigado ou seu representante sempre quer prejudicar a investigação) e (ii) inconstitucionalidade (todo investigado é culpado até prova em contrário) típica dos regimes de exceção autoritários e do período inquisitorial, que parecem não nos querer abandonar.”, *idem, ibidem*, p. 1061.

³⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 1061.

³⁸⁸ “Justificavam-se, de uma forma genérica, essas alterações, na medida em que “algumas normas em vigor foram objecto de juízos de inconstitucionalidade; as fontes de Direito Internacional a que o Estado português está vinculado impõem certas alterações; determinados regimes suscitam problemas práticos de difícil resolução; outras normas ainda são obscuras ou de difícil interpretação; e, por fim, é desejável aumentar a celeridade processual”. Mais à frente acrescentava-se que “as alterações procuram conciliar sempre a protecção da vítima e o desígnio de eficácia e celeridade com as garantias de defesa próprias do Estado de direito democrático”.”, AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

Ministério Público pode determinar a publicidade – “externa” – com a concordância do arguido, se a cessação do segredo não prejudicar a investigação e os direitos de sujeitos e vítimas. Durante a instrução, já só o arguido se pode opor à publicidade (artigo 86.º). Mas também o “segredo interno” é restringido. No âmbito do inquérito é facultado o acesso aos autos ao arguido, ao assistente e ao ofendido, ressalvadas as hipóteses de prejuízo para a investigação ou para os direitos dos participantes ou das vítimas. Findos os prazos do inquérito, o arguido, o assistente e o ofendido podem consultar todos os elementos do processo, a não ser que o juiz de instrução determine, no interesse da investigação, um adiamento pelo período máximo e improrrogável de três meses (artigo 89.º)” – também acessível em www.portugal.gov.pt.³⁸⁹

“A exclusão da publicidade do processo preliminar (o segredo de justiça), num processo de natureza acusatória, mas nessa fase sujeita ao princípio do inquisitório, protegia, pois, do ponto de vista da estrutura, dos conceitos e dos fins, a investigação. E foi esse o sistema quando foi constitucionalizado expressamente o segredo de justiça, com a LC n.º 1/97, do segredo de justiça no n.º 3 do art. 20.º («3. A lei define e assegura a adequada protecção do segredo de justiça.»). Essa era a matriz do segredo de justiça ao tempo da sua constitucionalização.”³⁹⁰ “A nossa tradição jurídica mais recente, consagrou sempre o segredo de justiça para a fase preliminar de investigação, como sucedeu com o art. 70³⁹¹ do Código Processo Penal de 1929 e o art. 86.³⁹² do Código Processo Penal de 1987.”³⁹³ No entanto, “(...) quando estavam em caso os direitos de defesa, o Tribunal Constitucional tomou diversas decisões, que pelos vistos, inspiraram os propósitos da proposta da Unidade Missão para a Revisão de 2007. Uma delas foi o

³⁸⁹ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

³⁹⁰ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

³⁹¹ “Assim segundo o corpo daquele art. 70.º “O processo penal é secreto até ser notificado o despacho de pronúncia ou equivalente ou até haver despacho definitivo que mande arquivar o processo”, acrescentando no seu § 1 que “No decurso da instrução preparatória, o processo poderá ser mostrado ao assistente e ao arguido, ou aos respectivos advogados, quando não houver inconveniente para a descoberta da verdade”, indicando de seguida as peças processuais que a defesa podia ter acesso. No Parecer da PGR de 1977/Jan./06 [BMJ 273/56], a natureza e a extensão do segredo de justiça até então implementado, eram assim caracterizados: “A formalização, através do auto de notícia ou da participação, do conhecimento ou da suspeita de um facto criminoso, deve ser protegida pelo segredo de justiça, em nome das garantias de defesa concedidas ao arguido, do êxito das investigações e do interesse do público em se evitarem especulações infundadas”.”, AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

³⁹² “Com a reforma de 1987/88, através do citado art. 86.º, que reproduziu o art. 86.º do Projecto e que correspondia ao art. 84.º, do Anteprojecto, passou a dispor-se no seu n.º 1 que “O processo penal é, sob pena de nulidade, público a partir da decisão instrutória ou, se a instrução não tiver lugar, do momento em que já não pode ser requerida, vigorando até qualquer desses momentos o segredo de justiça”, acrescentando no seu n.º 4 que “Pode todavia, a autoridade judiciária que preside à fase processual respectiva dar ou ordenar ou permitir que seja dado conhecimento a determinadas pessoas do conteúdo de acto ou de documento em segredo de justiça, se tal se afigurar conveniente ao esclarecimento da verdade” ou, segundo o subsequente n.º 6 “na medida estritamente necessária para a dedução do pedido de indemnização civil”.”, AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

³⁹³ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

Ac. n.º 121/97, de 1997/Fev./19 [DR II, n.º 100, de 1997/Abr./30] que julgou inconstitucionais “as normas conjugadas dos arts. 86.º, n.º 1, e 89.º, n.º 2, do Código de Processo Penal,” “(...), segundo a qual o juiz de instrução não pode autorizar, em caso algum e fora das situações tipificadas nesta última norma, o advogado do arguido a consultar o processo na fase de inquérito para poder impugnar a medida de coacção de prisão preventiva que foi aplicada ao arguido, por violação das disposições conjugadas dos arts. 20.º, n.º 1, e 32.º, n.ºs. 1 e 5, da Constituição”. Este posicionamento do Tribunal Constitucional, seguia a jurisprudência, até aí então corrente, da desproporcionalidade concedida à manutenção do segredo de justiça, em detrimento da publicidade do processo, na estrita medida em que não assegurava um efectivo direito de defesa – veja-se, a propósito, Maria de Assunção Esteves, em “Estudos de Direito Constitucional”, (2001), designadamente “A jurisprudência do Tribunal Constitucional relativa ao segredo de justiça”, p. 145 e ss.”³⁹⁴

Na verdade, “no inquérito, o princípio da publicidade é [deve ser] derogado por ser outra a forma como se procede à concordância prática das finalidades processuais conflituantes e por ser também outra a forma como se concretiza a ponderação dos direitos conflituantes que engrossam o catálogo dos direitos dos cidadãos que cabe ao processo penal salvaguardar.”³⁹⁵ Mas, “como já referimos a concretização constitucional do segredo de justiça, é deixada ao legislador, cabendo-lhe a este efectuar um “ad hoc balancing” das apontadas finalidades subjacentes a esta garantia constitucional”³⁹⁶ e, entre este e outros direitos, nomeadamente o direito de informação/acesso aos autos. E, “são estes interesses conflituantes que devem ter uma concordância prática legalmente proporcional, que segundo a jurisprudência do Tribunal Constitucional deve-se aferir mediante três dimensões – cfr. Ac. n.º 634/93; 187/01. Uma delas é a da adequação, em que a restrição de um direito ou garantia constitucional, designadamente de direitos, liberdades e garantias, apenas devem

³⁹⁴ “O acesso aos elementos probatórios do processo na pendência do inquérito, de modo a assegurar uma efectiva garantia de defesa, teve igualmente na base do Ac. n.º 416/2003, de 2003/Set./24, que decidiu “Julgar inconstitucional, por violação dos artigos 28.º, n.º 1, e 32.º, n.º 1, da CRP, a norma do n.º 4 do artigo 141.º do Código de Processo Penal, interpretada no sentido de que, no decurso do interrogatório de arguido detido, a “exposição dos factos que lhe são imputados” pode consistir na formulação de perguntas gerais e abstractas, sem concretização das circunstâncias de tempo, modo e lugar em que ocorreram os factos que integram a prática desses crimes, nem comunicação ao arguido dos elementos de prova que sustentam aquelas imputações e na ausência da apreciação em concreto da existência de inconveniente grave naquela concretização e na comunicação dos específicos elementos probatórios em causa”.”, AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

³⁹⁵ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição actualizada, 2008, p. 241.

³⁹⁶ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

sucedem quando se revelarem um meio adequado para a prossecução dos fins visados, através da salvaguarda de outros direitos ou bens constitucionalmente protegidos. Outra é da exigibilidade, em que as medidas restritivas têm de ser exigidas para alcançar os fins em vista, por o legislador não dispor de outros meios menos restritivos para alcançar o mesmo desiderato. Por ultimo, temos a da justa medida, em que não poderão adoptar-se medidas excessivas, desproporcionadas para alcançar os fins pretendidos.”³⁹⁷

Com efeito, “(...), o significado constitucional da estrutura acusatória do processo penal, que se encontra consagrado no art. 32.º, n.º 5, da C. Rep., deve ser entendido como um modelo processual, o qual tem subjacente a divisão do processo penal em fases diferenciadas, em que a fase preliminar de quem investiga é dirigida por uma entidade distinta daquela outra fase em que se julga – veja-se Jorge de Figueiredo Dias, Vol. I (1981), p. 136 e ss. O princípio do acusatório, por sua vez, surge como uma das dimensões possíveis das garantias de defesa do processo penal, estabelecidas no art. 32.º, n.º 1, da C. Rep., mediante o qual nenhum individuo pode ser condenado sem que exista previamente uma acusação contra si, sendo esta que contribui em larga medida para definir o objecto do processo e traçar os limites dos poderes de cognição do tribunal – veja-se Luis Andrés Cucarella Galiana, em “La Correlación de la sentencia com la acusación y la defensa” (2003), p. 44 e ss. Assim, o princípio do acusatório surge como uma das referências do direito de defesa do arguido, enquanto a estrutura acusatória do processo penal, representa antes o modelo processual constitucional consagrado, em detrimento do modelo inquisitorial.”³⁹⁸ “Passando agora para a função constitucional do Ministério Público, temos a mesma definida no art. 219.º, n.º 1 da C. Rep. (...)”³⁹⁹. “O exercício da acção penal, exige não só um poder de direcção geral do conjunto de diligências que visam a investigação de um crime, a determinação dos seus

³⁹⁷ “Nesta concretização o legislador ordinário tem sempre uma margem de manobra, que o Tribunal Constitucional tem apelidado de “prerrogativa de avaliação” que é naturalmente limitada por este princípio da proporcionalidade – cfr. Ac. 159/07.”, AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

³⁹⁸ “Este último, caracterizado pela “inquisitio”, é dominado, entre outras coisas, pela quase plenitude do secretismo processual e pela ausência de contraditório – veja-se Gaston Stefani, Georges Levasseur, ob. cit., p. 53 e ss.”, AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008. Que a fase do inquérito seja tendencialmente secreta e a do julgamento seja tendencialmente pública “(...) é, pois, algo compreensível em função dos propósitos e das finalidades de cada uma delas. Mas sem que se possa dizer que, no processo penal português, a publicidade é a regra e o segredo a excepção, pois na verdade a publicidade é a regra só para a fase de julgamento, não sendo razoável descrever como excepção o regime que vigora para uma fase de natureza e função completamente distintas. O que temos, pois, é um modelo de processo penal racionalmente estruturado em” (...) “fases com finalidades distintas e regimes diferentes.” (...) “Fases que, cada uma a seu modo e com as suas características, contribuem para a realização da justiça penal.”, PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA, *Segredo de Justiça e Acesso ao Processo*, Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, Almedina, Coimbra, 2004, p. 71.

³⁹⁹ “(...), respigando-se daí, na parte que interessa o seguinte trecho normativo: “Ao Ministério Público compete ...exercer a acção penal orientada pelo princípio da legalidade e defender a legalidade democrática.” ”, AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

agentes, da recolha de prova, como um poder concreto de direcção desta actividade. A dualidade deste poder de direcção estende-se à decisão de acusar e à manutenção ou sustentação desta, o que deve ser sempre efectuado com carácter autónomo, de imparcialidade, mas também mediante critérios de estrita legalidade, sendo este um dos seus limites inultrapassáveis ao exercício da acção penal. Assim o exercício da acção penal é da estrita competência funcional do Ministério Público, não cabendo aos tribunais dar quaisquer ordens de direcção geral ou concreta em relação aos inquéritos ou à acusação.”⁴⁰⁰ “Ao Ministério Público compete, apreciando os parâmetros legais e tendo presente que está num domínio e numa fase de investigação cuja condução lhe pertence, determinar se a aplicação do segredo de justiça é necessária à investigação, à protecção da vítima ou do arguido, e não é excessivamente onerosa.”⁴⁰¹

Neste sentido, “uma das primeiras violações apontadas [à Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto] é a do segredo de justiça, que tem a sua consagração no art. 20.º, n.º 3, da C. Rep. (...).”⁴⁰² Não obstante, “esta autonomização, surge [surgir] mais como uma garantia constitucional do que propriamente como um direito fundamental, tendo, no entanto, particular relevância no âmbito do processo penal. Por outro lado, essa garantia constitucional, tanto pode ser perspectivada subjectivamente, como direito ao segredo de justiça, como objectivamente, de se assegurar efectivamente, de modo concreto e positivo, esse comando, agora não no âmbito de um modelo processual inquisitorial, mas acusatório, típico de um Estado de Direito Democrático.”⁴⁰³ Ora, “a consagração de

⁴⁰⁰ “Mas também e como contraponto, não pode o Ministério Público instruir ou dirigir as funções jurisdicionais, designadamente quando estes asseguram a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos ou reprimem a violação da legalidade democrática, tal como está estabelecido no art. 202.º da C. Rep.”, AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

⁴⁰¹ “Nessa ponderação entre os interesses da investigação encabeçados pelo Ministério Público e os direitos de defesa do arguido, deve ter em conta se está perante situações reais de perigo de lesão grave destes direitos, como acontece no caso de aplicação de medida de coacção de prisão preventiva, ou se não o sendo, os direitos de defesa do arguido têm um peso menor, por não comprometidos por espera por fases ulteriores do processo, essas sim já dominadas pelo princípio do contraditório.”, AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

⁴⁰² “Este comando constitucional surgiu com a revisão constitucional de 1997, mediante o aditamento deste segmento normativo – veja-se Jorge Miranda, Rui Medeiros, em “Constituição Portuguesa Anotada”, Tomo I, (2005) p. 204/5; Marcelo Rebelo de Sousa, José de Melo Alexandrino, em “Constituição da República Portuguesa Comentada”, (2000), p. 102; Joaquim Gomes Canotilho, Vital Moreira, em “Constituição da República Portuguesa Anotada”, vol. I, (2007), p. 414; Nuno Piçarra, em “O Inquérito Parlamentar e os seus Modelos Constitucionais” (2004), p. 689.”, AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

⁴⁰³ “Isto exige, por parte do legislador, um balanceamento das finalidades prosseguidas pelo segredo de justiça, estabelecendo uma concordância prática das mesmas, sem nunca estorvar nenhuma delas, podendo no entanto comprimir em dado momento uma em detrimento das outras, sem que essa compressão seja desproporcional, injustificada ou irrazoável. Normalmente sustenta-se que o segredo de justiça é não só uma forma de assegurar a eficiência da investigação e de preservação dos meios de prova, como de garantir a efectividade do princípio constitucional da presunção de inocência [32.º, n.º 2, da C. Rep.] apontando-se ainda uma função de garantia para as pessoas que intervêm no processo e que desde o seu início podiam ficar expostas a retaliações – neste sentido veja-se Frederico Costa Pinto, em “Segredo de Justiça e acesso ao Processo”, constantes em “Jornadas de Processo Penal e Direitos Fundamentais”, p. 71; Maria João Antunes, em “O segredo de justiça e o direito de defesa do arguido sujeito a medida de coacção”, inserido em “Liber discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias” (2003), p. 1237 e ss.; André Lamas Leite, na RPCC 16 (2006), no estudo sobre “Segredo de justiça interno, inquérito, arguido e seus direitos de defesa”, p. 539 e ss. Porém, também se aponta que o

um regime de segredo de justiça que o subverte, o coloca como excepção onde anteriormente representava a regra e praticamente o suprime, não pode deixar de ser considerada uma protecção “desadequada” do segredo de justiça.”⁴⁰⁴ Também, o Tribunal Constitucional, mais recentemente e tendo já por base a Revisão de 2007, “(...) no seu Ac. n.º 428/2008, de 2008/Ago./12, decidiu “Julgar inconstitucional, por violação do artigo 20.º, n.º 3, da Constituição da República Portuguesa, a interpretação do artigo 89.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, na redacção dada pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, segundo a qual é permitida e não pode ser recusada ao arguido, antes do encerramento do inquérito a que foi aplicado o segredo de justiça, a consulta irrestrita de todos os elementos do processo, neles incluindo dados relativos à reserva da vida privada de outras pessoas, abrangendo elementos bancários e fiscais sujeitos a segredo profissional, sem que tenha sido concluída a sua análise em termos de poder ser apreciado o seu relevo e utilização como prova, ou, pelo contrário, a sua destruição ou devolução, nos termos do n.º 7 do artigo 86.º do Código de Processo Penal”.”⁴⁰⁵

Outra das violações apontadas, é “(...) a declaração de publicidade externa do inquérito [que] tem um efeito adicional profundamente “desadequado”: ele determina a possibilidade de os autos que ainda estão na fase de investigação serem consultados fora da secretaria, não só por sujeitos processuais, mas até por pessoas que não são sujeitos processuais, como o ofendido (artigo 89.º, n.º 4), sendo certo que uma ponderação equilibrada dos vários interesses em jogo imporia solução inversa (como resulta do acórdão do TC n.º 117/96).”⁴⁰⁶ Ademais, “a “desadequação” do novo regime é particularmente notória no caso de instrução requerida pelo arguido em que ele tem interesse que se mantenha o segredo externo. Ora, de acordo com a” (...) “lei [n.º 48/2007, de 29 de Agosto], o segredo externo, a existir, só pode vigorar “durante a fase

segredo de justiça visa igualmente assegurar outros direitos constitucionais, como o da segurança, que se encontra reconhecido no art. 27.º, n.º 1 da C. Rep., a que está subjacente o interesselgae na realização da justiça – veja-se a propósito Juan Carlos Orenes Ruiz, em “Libertat de Information e Proceso Penal. Los Limites” (2008), p. 230 e ss.”, AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

⁴⁰⁴ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2.ª edição actualizada, 2008, p. 241.

⁴⁰⁵ “Esta desadequação, levou já a sustentar que “No contexto da nova regulação do segredo de justiça e do acesso aos autos, matéria sujeita a um intenso controlo judicial, o regime do art. 89.º, n.º 6 do C. P. P. é razoavelmente desnecessário e gera mais problemas do que aqueles que resolve, podendo facilmente ser convertido num instrumento de boicote à investigação criminal” – veja-se Frederico Costa Pinto, em “Publicidade e segredo na última revisão do Código Processo Penal”, em “Estudos Comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2007), p. 241 e ss.” .”, AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

⁴⁰⁶ ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *op. cit.*, p. 241.

de inquérito” (artigo 86.º, n.ºs 2 e 3, e, por remissão, o n.º 4, “nos termos do número anterior”). Quer isto dizer que, tendo havido um inquérito secreto (segredo externo), mesmo que o arguido manifeste interesse em que a instrução seja secreta, ele não pode requerer que a instrução seja secreta e o juiz não pode deferir esse requerimento. À violação do conceito constitucional de segredo junta-se então a violação das garantias de defesa e da presunção da inocência (sobre este direito constitucional do arguido ao segredo na instrução, LABORINHO LÚCIO, 1998: 202 e 203).⁴⁰⁷

Deste modo, consideram-se “(...) materialmente inconstitucionais as normas do art. 86.º, n.º 2, 3⁴⁰⁸, 4 e 5, por violarem os art. 2.º, 20.º, n.º 1, 3, 32.º, n.º 5 e 7, 219.º, n.º 1 da C. Rep., na medida em que fixam a regra da publicidade externa do inquérito e ao conferirem ao juiz o poder de decidir oficiosamente, por despacho irrecorrível, a publicidade externa do inquérito contra a vontade do Ministério Público⁴⁰⁹, bem como ao vedar o segredo externo da instrução a requerimento do arguido – neste sentido Paulo de Albuquerque, no seu “Comentário do Código Processo Penal” (2007), p. 240 e ss. Também seria inconstitucional o art. 86.º, 6, al. a), na parte em que não exclui os actos do inquérito e da instrução. Assim e de um modo geral sustentou-se que a regra da publicidade interna do inquérito é inconstitucional, porquanto e além do mais viola o conceito constitucional de instrução, a estrutura acusatória do processo e a função constitucional do Ministério Público⁴¹⁰, para além de que a regra da publicidade externa

⁴⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 241.

⁴⁰⁸ “É, pois, a norma do n.º 3 do art. 86.º do CPP, inconstitucional por desrespeito do n.º 3 do art. 20.º da CRP, por não constituir adequada protecção do segredo de justiça, na medida em que faz depender a validade da sua determinação pelo Ministério Público da concordância do juiz de instrução, o que viola igualmente os art.ºs 219.º e 32.º, n.º 5 da CRP: o princípio do acusatório e o papel constitucional do Ministério Público. Deve, assim, desaplicar-se a parte final da norma do n.º 3 do art. 86.º do CPP, quando sujeita a validação pelo juiz da determinação pelo Ministério Público da aplicação ao processo do segredo de justiça, quando os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justifiquem, por inconstitucional.”, AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

⁴⁰⁹ “Ao invés da proposta de lei n.º 109/X, que excluía da assistência ao público os actos de inquérito e de instrução, mesmo quando houvesse publicidade externa do processo, a” (...) “lei não exclui ninguém de assistir às diligências do inquérito, pelo que qualquer cidadão tem o direito de se dirigir às instalações da PJ ou a qualquer esquadra do país para aí assistir a actos processuais, salvo decisão em contrário que determine o segredo de justiça externo no processo (artigo 86.º, n.º 1 e 2) ou a exclusão do público de determinado acto processual (artigo 87.º, n.º 1).” “Esta “desadequação” do” (...) “regime de publicidade externa do inquérito ultrapassa mesmo os limites do princípio da proporcionalidade, pois é inadmissível que o despacho judicial de exclusão do público de determinado acto processual ou a parte do mesmo seja recorrível (artigo 87.º, n.º 1, conjugado com o artigo 399.º), mas o despacho do juiz que determina o segredo externo no inquérito seja irrecorrível (artigo 86.º, n.ºs 2, 3 e 5). Não se compreende que o despacho menos grave que veda a publicidade externa num acto processual possa ser impugnado e o despacho mais grave que veda a publicidade externa em toda uma fase processual não possa ser impugnado.”, ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *op. cit.*, p. 242.

⁴¹⁰ Com efeito, no capítulo 2 deste trabalho, assumimos que, estas considerações são extensivas aos ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL: “A polícia judiciária é uma actividade auxiliar da justiça penal, levada a cabo pela Administração Pública e marcada pela submissão dos actos praticados e das medidas empreendidas ao regime do Direito Processual Penal, o que, aliás, encontra expressa correspondência legal no nosso CPP”, na al. c), do n.º 1, do art. 1.º. “De acordo com o firmado entendimento das coisas, relativamente à polícia judiciária – enfim, aos órgãos de polícia criminal – será preciso proceder à articulação do disposto no art. 272.º da CRP com o dispositivo constitucional respeitante ao Ministério Público, o art. 219.º, fundamentalmente no que tange ao

do inquérito viola a protecção constitucional devida ao segredo de justiça consagrado no art. 20.º, 3 da C. Rep. e a presunção de inocência estabelecida no art. 32.º, n.º 2 também da C. Rep.”⁴¹¹

exercício da acção penal por esta magistratura e à sua participação na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania.” (...) “Um ponto que classificáramos como constituindo uma referência geral liga-se à defesa da legalidade democrática, que, como se constata, constitui tanto uma função do Ministério Público (art. 219.º, n.º 1) como da polícia (art. 272, n.º 1).” “Ora, constituindo a defesa da legalidade democrática a trave mestra de todas as (outras) funções do Ministério Público constitucionalmente enumeradas e, assim, também da sua participação na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, e sendo também aquela uma das funções que são, por via da CRP, atribuídas à polícia, então tudo isto significa que a defesa da legalidade democrática pelos órgãos de polícia criminal no decurso de uma qualquer investigação criminal ocorre por força da coadjuvação que devem ao Ministério Público, titular do inquérito.”

⁴¹¹ AcJTRP00041649, processo 0814991, 24.09.2008.

Capítulo 11

Conclusão

11. Conclusão

Após esta abordagem ao tema do segredo de justiça, acabamos por nos aperceber da sua grande amplitude, da sua evolução, da controvérsia que o tema gera, acalentando viva e acesa discussão, cuja chama, continuará atuada por muito tempo, sem que, *a priori*, se anteveja, a breve trecho, a ideal solução definitiva.

Assim, continuará esta interessante dialéctica, que não é virgem só no nosso país, embora se possa concluir que certos países, como o nosso, têm evoluído rumo ao cada vez mais reduzido segredo de justiça e, *a contrario*, cada vez mais os defensores da publicidade vão conquistando defensores, cujas ideias serão, mais cedo ou mais tarde, vertidas em lei. Veja-se que a Unidade de Missão que trabalhou no projecto do Código de Processo Penal, vindo à estampa na Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, propôs uma versão mais restritiva, quanto ao alargamento do segredo de justiça, o que deixou perplexos os próprios colaboradores quando, à última da hora, verificaram que a Assembleia da República acabou por lhe dar um cunho bem mais liberalista.

Tivemos, ainda a oportunidade de constatar que alguns dos normativos estão feridos de inconstitucionalidade, embora seja certo que as normas constitucionais são, muitas vezes, normativos gerais mas, em todo o caso, as leis especiais, não podem infringir a lei suprema da nação, a Constituição da República Portuguesa.

Se a lei penal é o reflexo da evolução da sociedade, também não é menos verdade, que a lei do segredo de justiça versus publicidade, traduz, outrossim, a evolução da sociedade, o seu modo de pensar, de sentir, de censurar ou não e, à medida que a sociedade é mais tolerante, aberta e mais permissiva, acaba, de igual forma, por não ter tanto pudor em ver relatadas determinadas cenas relacionadas com o crime e tramitação processual que, em tempos idos, até fariam corar os santos.

Não foi pretensão fazer um trabalho exaustivo, sobre o tema, quer pela sua abrangência, quer pela limitação de espaço e, por isso, fez-se uma abordagem global e o mais abrangente possível, sem espaço para tratar ainda da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), da aplicação desta lei no tempo, de verter para o papel o arrazoadado número de dezenas de acórdãos estudados, na certeza porém que, por mais que disséssemos, muito ficaria, com certeza, ainda por abordar.

Afinal, parece estranho, porque trata-se do “segredo de justiça” e por muito segredo que haja, e por muito que do segredo falemos, haverá sempre o segredo que desconhecemos, assim como desconhecemos como será no futuro o “segredo de justiça”.

Capítulo 12

Solução

12. Solução

„Bei allem Interesse mußte der etwas justizbewanderte Zuschauer sich dann doch die Augen reiben und fragen: haben wir jetzt auch nach amerikanischem Muster so etwas wie Court-TV? Natürlich habe ich die mir selbst gestellte Frage mit Überzeugung verneint, wir haben doch hier keine amerikanischen Verhältnisse.“⁴¹²

“Há, pois, uma progressiva invasão dos segredos, de todos os segredos: do segredo de Estado, do segredo de justiça, do segredo médico. Curiosamente, apenas um segredo permanece imune: o segredo das fontes. Ele é o segredo corporativo da própria classe profissional e esse nunca é posto em causa na sua própria formulação visto ser essencial para a própria produção e para o próprio exercício desse poder comunicacional.⁴¹³ Esse crescimento da legitimidade de informar sobre todos os segredos socialmente existentes – e é esta a questão que coloco – pode pôr em causa o funcionamento das próprias instituições democráticas, porque os segredos, dentro da democracia, defendem os limites do próprio funcionamento democrático, defendem, por exemplo, a capacidade de decisão face à pressão da demagogia.”⁴¹⁴

⁴¹² Com toda a sua curiosidade o espectador interessado pelos assuntos da justiça teve de esfregar os seus olhos e questionar-se: agora também temos um modelo americano do género “Court-TV”? Naturalmente neguei com veemência a pergunta retórica, não temos aqui a realidade americana, Schaefer, NJW 1996, p. 496 – „Vorverurteilung (am Fall des P. Graf).

⁴¹³ RAPOSO, MÁRIO, Provedor de Justiça, *Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, Liberdade de Informação - Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, nas pp. 54 e 55, considera “(...)”, que o problema do acesso às fontes de informação tem uma componente, que mais justifica o seu resguardo: é que a não divulgação das fontes acidula a (saudável) competição entre os jornalistas, e da competição advém sempre uma melhoria de qualidade. Escusado será dizer que se um jornalista lançar na praça pública a identidade das suas fontes, o informador, virtual ou concretizado, não mais as transmitirá a esse jornalista e, tendencialmente, dá-las-á a conhecer a um outro jornalista.” “Para terminar, quanto à identificação das fontes. Esta é uma outra das regras dos jornalistas que, no livro de estilo do Diário de Lisboa, vinha “à cabeça” o seguinte: é obrigatória a identificação das fontes! A única excepção é a pedido das próprias e para sua defesa. Se esta regra fosse cumprida com exactidão, teríamos menos informação mas também teríamos muito menos manipulação.”, REIS, DANIEL, Representante do Sindicato dos Jornalistas, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação - Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 58. Também, PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA, *Segredo de Justiça e Acesso ao Processo in Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Almedina, Coimbra, 2004, na p. 82, assevera que “a apetência voraz, consumista e imediatista pela informação processual sujeita a segredo não é apenas uma marca da sociedade da informação: é uma forma de afirmação económica, na conquista de *shares* televisivos e quotas de mercado pela venda de publicações, e uma transferência ilegítima do juízo sobre a inocência ou a culpa dos agentes envolvidos (ou outros aspectos da vida de outros intervenientes no processo) da instância judicial para o palco efêmero do consumismo mediático.”

⁴¹⁴ PEREIRA, PACHECO, Presidente da Subcomissão de Comunicação Social, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação - Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 48.

Na Alemanha, “o interesse público nos processos criminais transmitidos pela comunicação social aumentou consideravelmente nos últimos anos.”⁴¹⁵ “No centro do interesse jornalístico situam-se regularmente as investigações policiais e do Ministério Público”⁴¹⁶ e “a alta concorrência entre redacções/editoras, estações radiofónicas e a internet fomenta o desejo jornalístico de ser capaz de informar o mais cedo possível, antes de todos os concorrentes, de forma muito detalhada sobre um suposto comportamento criminal”⁴¹⁷.

Não obstante, ainda que, “com base no contexto constitucional, os meios de comunicação social cumprem [cumpriram] sua legítima função de informar sobre pequenos ou grandes escândalos e sobre a mera suspeita de um acto criminal, se existir interesse público justificado”⁴¹⁸, “(...) note-se que, simultaneamente – a liberdade de imprensa protegida no art. 5 I da GG – o interesse da notícia pode colidir com os direitos fundamentais do homem [pessoas singulares e pessoas colectivas (empresas)], aquando a publicação de uma reportagem deste teor.”⁴¹⁹ Outrossim, igualmente as “declarações das instâncias investigadoras sobre inquéritos a iniciar ou a decorrer implicam sempre a ingerência nos direitos fundamentais de todos os envolvidos no inquérito. A reputação pública, salvaguardada pelo direito de privacidade, é posta em causa pela simples notícia de uma investigação em curso” e, “quanto maior o número de informações detalhadas forem dadas, maior o ataque ao direito de privacidade.”⁴²⁰

“Os direitos fundamentais do homem elencados no art. 2 I i.V. conjugado com o art. 1 I da GG incluem também o direito constitucional de cada ser humano não ser

⁴¹⁵ „Das durch die Medien vermittelte öffentliche Interesse an Strafverfahren hat sich in den letzten Jahren deutlich erhöht.“, Lehr, NStZ 2009, p. 409 - „Grenzen für die Öffentlichkeitsarbeit der Ermittlungsbehörden“.

⁴¹⁶ „In das Zentrum des journalistischen Interesses rücken regelmäßig die polizeilichen und staatsanwaltlichen Ermittlungen.“, *idem*, *ibidem*, p. 409.

⁴¹⁷ „Der hohe Wettbewerbsdruck zwischen Verlagen, Rundfunkveranstaltern und Internet-Anbietern fördert den journalistischen Wunsch, möglichst frühzeitig vor der publizistischen Konkurrenz sehr detailliert über vermutetes kriminelles Verhalten als Ausdruck gesellschaftlicher Missstände zu berichten.“, *idem*, *ibidem*, p. 409.

⁴¹⁸ „Vor diesem verfassungsrechtlichen Hintergrund stellt es eine legitime Rolle der Medien dar, über kleinere oder größere Skandale und über den bloßen Verdacht von Straftaten zu berichten, wenn hieran ein berechtigtes öffentliches Interesse besteht.“, *idem*, *ibidem*, p. 409.

⁴¹⁹ „Gleichwohl führt das - in den Medienfreiheiten des Art. 5 I GG geschützte - Berichterstattungsinteresse zu einer Kollision mit den Persönlichkeitsrechten der von einer solchen Verdachtsberichterstattung betroffenen Personen und Unternehmen. Diese grundrechtliche Kollisionslage ist nach dem Prinzip der praktischen Konkordanz in einen angemessenen Ausgleich zu bringen (Hesse Grundzüge des Verfassungsrechts, 20. Aufl., Rn 317ff.).“, *idem*, *ibidem*, p. 409.

⁴²⁰ „Äußerungen der Ermittlungsbehörden über bevorstehende oder laufende Ermittlungsverfahren greifen stets in den Schutzbereich des Allgemeinen Persönlichkeitsrechts der von dem Ermittlungsverfahren Betroffenen ein. Die durch das Allgemeine Persönlichkeitsrecht geschützte öffentliche Reputation eines jeden Menschen wird schon durch die Nachricht tangiert, dass die Ermittlungsbehörden gegen ihn wegen des Verdachts einer Straftat ermitteln. Der Eingriff in den Schutzbereich des Allgemeinen Persönlichkeitsrechts wird umso intensiver, je detaillierter die Informationen durch die Ermittlungsbehörden erfolgen.“, *idem*, *ibidem*, p. 411.

objecto de declarações difamatórias, que se encontrem para lá da ordem constitucional.” Assim, “os órgãos do Estado não podem a seu bel-prazer emitir afirmações difamatórias sobre cada um dos cidadãos. Pelo contrário, só o podem fazer, se para isso existir um despacho judicial que os autorize a invadir os direitos fundamentais do homem.”⁴²¹

Acresce ainda que, “de acordo com o § 4 I LPG NRW as instituições, no cumprimento do seu papel social, devem [deverem] prestar informações aos órgãos de comunicação social” já, “de acordo com o § 4 II Nr. 3 LPG NRW este direito de informação dos meios de comunicação social, e por consequência também o dever de prestar informações por parte das instituições, não existe sempre que através da informação haja um predominante interesse público ou privado digno de protecção que possa ser lesado.”⁴²²

Não é por outro motivo, que “a um relato de uma suspeita na comunicação social exige-se a contraprova”, e, assim, “os meios de comunicação social devem [deverem] ter um número considerável de provas recolhidas antes de tornarem pública uma suspeita.”⁴²³ Deste modo, “a exigência da contraprova tem de ser a mais elevada, quanto maior for o perigo de prejudicar gravemente e duradouramente a reputação dos visados através da publicação.”⁴²⁴ Assim, “os meios de comunicação social antes da publicação de uma suspeita devem recolher junto do visado e justificando-se publicar, para que o leitor, ouvinte, ou telespectador tenha a hipótese de aferir das várias perspectivas do visado e para poder formar a sua própria opinião do tema ainda em aberto.”⁴²⁵

⁴²¹ „Das in Art. 2 I i.V. mit Art. 1 I GG geschützte Allgemeine Persönlichkeitsrecht umfasst auch den grundrechtlichen Anspruch, durch die Staatsgewalt nicht mit rufschädigenden Äußerungen überzogen zu werden, die sich außerhalb der verfassungsmäßigen Ordnung bewegen. Organe der öffentlichen Gewalt können nicht nach Belieben belastende Äußerungen über den einzelnen Bürger tätigen. Vielmehr sind sie hierzu nur befugt, wenn und soweit eine gesetzliche Ermächtigung zu dem damit verbundenen Eingriff in das Persönlichkeitsrecht besteht (BVerwGE 71, 183; OVG Koblenz NJW 1991, 2659).“, *idem, ibidem*, p. 411.

⁴²² „Nach § 4 I LPG NRW (Entsprechende Regelungen gelten sinngemäß in allen Bundesländern) sind die Behörden verpflichtet, den Vertretern der Presse die der Erfüllung ihrer öffentlichen Aufgabe dienenden Auskünfte zu erteilen. Nach § 4 II Nr. 3 LPG NRW besteht dieser Anspruch auf Auskunft der Presse und damit auch die korrespondierende Auskunftspflicht der Behörden nicht, wenn durch die Auskunft ein überwiegendes öffentliches oder ein schutzwürdiges privates Interesse verletzt würde.“, *idem, ibidem*, p. 411.

⁴²³ „Für die Verdachtsberichterstattung in den Medien werden besonders hohe Anforderungen an die journalistische Sorgfaltspflicht gestellt.“, *idem, ibidem*, p. 412.

⁴²⁴ „Die Medien müssen einen Mindestbestand an Beweistatsachen zusammengetragen haben, bevor sie einen Verdacht in der Öffentlichkeit verbreiten dürfen. Dabei sind die Anforderungen an die Sorgfaltspflicht umso höher anzusetzen, je schwerer und nachhaltiger das Ansehen des Betroffenen durch die Veröffentlichung beeinträchtigt wird (BGHZ 143, 199, 203; BGH NJW 1972, 1658, 1659).“, *idem, ibidem*, p.412.

⁴²⁵ „Die Medien müssen vor der Veröffentlichung eines Verdachts regelmäßig die Stellungnahme des Betroffenen einholen und gegebenenfalls veröffentlichen, damit der Leser, Zuhörer oder Zuschauer die Möglichkeit erhält, die Gegenposition des Betroffenen kennenzulernen und sich ein eigenes Bild von dem - noch offenen - Sachverhalt zu machen (BGHZ 132, 13, 25; 143, 199, 204).“, *idem, ibidem*, pp. 412 e 413.

Também os relatos jornalísticos não deveriam tomar posições “(...) pro ou contra um arguido antes da sentença e, sobretudo, (...)” deveria ser “(...) uso corrente indicar tanto os arguidos como os condenados apenas com as iniciais do nome e cognome”⁴²⁶. Isto porque, “(...) se o processo determinar a absolvição do actual arguido, o jornal beneficiará de uma espécie de imunidade estribada num onnipotente direito a informar? Ou poderão os leitores, com base num não menos onnipotente direito a ser informado com verdade, de um direito a uma reparação?”⁴²⁷

“De facto, hoje, em Portugal, há jornais que fazem da violação da ética⁴²⁸ o penhor do aumento das suas tiragens. E contra isso o que fazer?”⁴²⁹ Passará a solução pelo “(...) apelo que fazem à «consciência» dos responsáveis pela informação para que organizem, no quadro da profissão, um controlo das publicações relativas aos factos e processos criminais, na esperança de que seria mais facilmente exercido se, por um lado, os cronistas e repórteres tiverem recebido uma preparação jurídica e criminológica suficiente e se, por outro, as regras de uma deontologia e de uma disciplina profissional tiverem sido estabelecidas”⁴³⁰?

Face à agressividade da comunicação social no contexto da irreversível mediatização da justiça com que se convive diariamente e a inexistência de uma

⁴²⁶ *Segredo de Justiça, Liberdade de Informação e Protecção da Vida Privada*, Procuradoria-Geral da República, (Algumas Questões), Lisboa, 1981, (separata do BMJ n.º 309), p. 42. Mesmo as iniciais do nome e cognome não deveriam permitir a identificação dos sujeitos, neste sentido, ver as potenciais problemáticas que se despoletam a este respeito no OLG München, Beschluss vom 07.10.2002 – 21 W 2385/02.

⁴²⁷ PINTO, RICARDO LEITE, *Direito de Informação e Segredo de Justiça no Direito Português*, Revista da O.A., Ano 51, Lisboa, 1991, p. 523. Para este autor o direito de informar, “(...)”, como corolário da liberdade de expressão consiste na faculdade de transmitir ou comunicar informações a outrem, sem impedimentos, (...); (...), direito de se informar, consiste na liberdade de recolha de informação, de localização das fontes de informação, que é no fundo, tarefa por excelência do jornalista (...)” e “(...)”, o direito de ser informado, que se traduz no direito dos cidadãos a serem correctamente informados quer pelos órgãos de informação quer pelos poderes públicos.”, p. 512. “O direito de informar é, no fim de contas, um direito secundário que se prende ao direito, esse sim, original que é o de ser informado. Ora, se partirmos da ideia de que o direito original é o direito de ser informado e não o de informar, então, teremos de colocar a questão de saber qual a característica fundamental do direito de ser informado e teremos de concluir - esta é, porventura, outra evidência - que, ao direito de ser informado, é necessário adjectivar a qualidade de informação. Isto é, o direito de ser informado não se esgota na afirmação do direito, mas consubstancia-se afinal no direito de ser bem informado. Assim, se partirmos, por um lado, do princípio fundamental que é a liberdade de informação e, por outro lado, do direito de onde decorre esse princípio fundamental que é o direito de ser bem informado, o direito de informar situa-se entre estes dois pontos: entre o princípio fundamental que garante a liberdade de informação e o direito de ser bem informado que dá a raiz filosófica e a raiz sociológica, e do qual deriva, em termos secundários, o direito de informar.”, LÚCIO, LABORINHO, Ministro da Justiça, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação – Segredo de Justiça, Colóquio Parlamentar*, Assembleia da República, Lisboa 1992, pp. 12 e 13.

⁴²⁸ “Quanto ao direito à informação e ao direito a ser informado se, em tese geral, não se vêem motivos para que deles se exclua a criminalidade nas suas concretas manifestações, importa atentar em que a própria lei de imprensa lhes estabelece claros limites quando declara não consentir o acesso às fontes de informação relativamente aos processos em segredo de justiça (...)”. [n.º 3, do art. 8.º, do Estatuto do Jornalista (Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro)]. “Quer isto dizer que o legislador, aqui, optou por uma nítida prevalência do interesse público do segredo, (...) sobre o direito à informação e a ser informado.”, *Segredo de Justiça, Liberdade de Informação e Protecção da Vida Privada*, op. cit., p. 56.

⁴²⁹ REIS, DANIEL, Representante do Sindicato dos Jornalistas, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação – Segredo de Justiça, Colóquio Parlamentar*, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 57.

⁴³⁰ *Segredo de Justiça, Liberdade de Informação e Protecção da Vida Privada*, op. cit., p. 8.

comunicação organizada no sistema de justiça, obriga-nos a admitir que, a melhor prestação de esclarecimentos e de informação sobre processos pendentes será directamente dirigida pelos magistrados, e já não pelos jornalistas.⁴³¹ Neste contexto, tomando em consideração o dever de reserva daquele que traja a beca, este dever “(...) tem de ser visto tomando em consideração, pelo menos, três ângulos de análise: o da deontologia; o da exigência de prestação de informação para o exterior do sistema de justiça sobre o seu funcionamento e actividade processual, e da consequente necessidade de preparação progressiva dos magistrados para lidarem com as novas formas de publicitação da justiça; (...)”⁴³². “(...) A preparação para lidar com esta realidade, recente no nosso país, que é a mediatização da justiça,” (...) “implica, por um lado, um melhor conhecimento sobre o campo dos media – sobre o seu objecto, a sua lógica, o seu tempo, a sua linguagem – e, por outro lado, a aquisição de competências quanto ao modo de estabelecer o relacionamento com a comunicação social, ou seja, a introdução do *media training* na formação dos magistrados.”⁴³³

Deste modo, “se for proporcionada mais informação e se houver melhor comunicação, haverá, provavelmente, uma melhor e mais rigorosa actividade noticiosa sobre a justiça e o judiciário. O que exigirá, a meu ver: a definição de linhas gerais de orientação nas relações com os órgãos de comunicação social, a criação de assessorias de imprensa e de vias organizadas e autorizadas de transmissão da informação.”⁴³⁴ “Como prioridade neste domínio, deveria a PGR cometer ao Gabinete de Imprensa a tarefa de preparação de linhas gerais orientadoras das relações dos magistrados com a comunicação social, que lhes proporcionem um melhor apetrechamento e garantam, nos

⁴³¹ Uma vez que, “(...) a informação não poderá comprometer a reserva da vida íntima, o direito ao bom nome e reputação e a presunção de inocência dos acusados, que a Constituição a todos concede nos artigos 26.º e 32.º, do mesmo modo que o artigo (...)” 3.º da Lei de Imprensa (Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro), refere que: “a liberdade de imprensa tem como únicos limites os que decorrem da Constituição e da lei, de forma a salvaguardar o rigor e a objectividade da informação, a garantir os direitos ao bom nome, à reserva da intimidade da vida privada, à imagem e à palavra dos cidadãos e a defender o interesse público e a ordem democrática.”, MARÇAL, PEDRO FIGUEIREDO, Presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social, Assembleia da República - Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação - Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 32.

⁴³² CARMO, RUI DO, *O Dever de Reserva – O Dever de Informar*, Algumas Achas para o Debate, Conselho Superior da Magistratura, II Encontro Anual – 2004, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, p. 157.

⁴³³ *Idem, ibidem*, p. 158.

⁴³⁴ “A transferência indevida para o Gabinete de Imprensa da PGR da prestação de esclarecimentos e de informação sobre processos pendentes, que deveria ser feita, ou directamente dirigida, pelos magistrados que os têm a seu cargo, comporta dois tipos de consequências negativas: por um lado, resultante de uma leitura monocrática do Estatuto do Ministério Público, induz a uma errada compreensão das competências processuais de cada magistrado e do Procurador-Geral da República, representando ainda um indevido desgaste da figura deste; por outro lado, potencia a dessintonia entre a comunicação externa e a direcção da intervenção processual.”, *idem, ibidem*, pp. 159 a 161.

aspectos essenciais, uniformidade de procedimentos”⁴³⁵? “Coloca-se aqui [a propósito da prestação de informação institucional aos media] a sugestiva ideia de habilitar os tribunais com assessores de imprensa ou gabinetes de imprensa. Desde que se trate de profissionais idóneos e se não propiciem situações de traficância de informação, a ideia é válida, ainda que fiquem sempre a carecer de resolução os problemas de saber (i) o que se diz (ii) quem tem poderes para mandar dizer o quê (iii) e, finalmente, como respeitar o contraditório antes de se comunicar para o exterior o que quer que seja.”⁴³⁶

Na Alemanha, “com base na descrição de competência do STA tornou-se hoje imperioso a criação de gabinetes de imprensa. Também os Estados federais viabilizaram a maioria destas directivas e indicações orgânicas administrativas.”⁴³⁷ “Pelo menos em cada um dos supremos tribunais alemães e junto de cada Procuradoria-Geral é instituído um gabinete de imprensa.”⁴³⁸

Aqui, “o porta-voz pode ser um juiz/procurador, que tenha trabalhado naquele tribunal/Procuradoria-Geral e conheça a entidade; - possuindo também uma certa confiança dessa entidade, já que o trabalho mediático também se direcciona para o interior; - tem de ter capacidades comunicativas e estar preparado também para situações novas que possam ocorrer; - saber reagir rapidamente e que tenha [ter] tempo disponível para isso. Porém, duvido que se um juiz presidente de uma Região seja o porta-voz adequado, quando ele porventura tem muitos processos para resolver, em que não está contactável;” (...).⁴³⁹ “Este é o cerne do trabalho de muitos porta-vozes de tribunais. A situação nos Ministérios Públicos aparenta ser de natureza diferente. O porta-voz deve, por um lado, saber o que o seu tribunal decide e, por outro, desenvolver uma sensibilidade em relação ao que possa interessar aos meios de comunicação social.

⁴³⁵ *Idem, ibidem*, p. 161.

⁴³⁶ BARREIROS, JOSÉ ANTÓNIO, *O Dever de Reserva nas Profissões Jurídicas*, Conselho Superior da Magistratura, II Encontro Anual – 2004, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora, pp. 163 e 164.

⁴³⁷ „Auf Grund der Aufgabenbeschreibung durch das *BVerwG* ist heute die Einrichtung einer eigenen Medienstelle bei Gerichten und Staatsanwaltschaften unumgänglich. Auch die meisten Richtlinien und Verwaltungsanweisungen der Länder sehen dies so vor.“, Huff, NJW 2004, p. 404 – „Notwendige Öffentlichkeitsarbeit der Justiz“.

⁴³⁸ „Zumindest bei jedem deutschen Präsidialgericht (Egal welcher Gerichtsbarkeit (auch die Fachgerichtsbarkeit darf hierbei nicht unterschätzt werden - sie spielt im Bewusstsein der Bevölkerung zunehmend eine größere Rolle)) und bei jeder Staatsanwaltschaft ist eine Medienstelle einzurichten.“, *idem, ibidem*, p. 404.

⁴³⁹ „a) Als *Mediensprecher* kommt in Betracht ein Richter/Staatsanwalt (Gemeint ist natürlich auch immer eine Richterin/Staatsanwältin), - der einige Zeit an dem Gericht/der Staatsanwaltschaft tätig ist und die Behörde kennt; - der ein gewisses Vertrauen auch innerhalb der Behörde genießt, denn Öffentlichkeitsarbeit richtet sich auch nach innen; - der kommunikative Fähigkeiten hat und bereit ist, sich auch in neue Situationen zu begeben; - der bereit ist, rasch zu reagieren und dafür auch die Zeit zur Verfügung hat. Zweifel habe ich immer wieder daran, ob ein Vorsitzender Richter in Strafsachen eines LG der geeignete Sprecher ist, wenn er etwa sehr häufig viele Sitzungstage zu bewältigen hat, während derer er einfach nicht erreichbar ist und nicht für Anfragen zur Verfügung steht; - der bereit ist, die Tätigkeit für drei bis fünf Jahre auszuüben, denn dies ist nach allen Erfahrungen ein vernünftiger Zeitraum.“, *idem, ibidem*, p. 404.

Neste ponto, frequentemente as opiniões divergem. Muito do que é juridicamente empolgante, não consegue encontrar na opinião pública o eco correspondente. No sentido oposto, são por vezes os “casos mais simples”, as decisões sobre as questões quotidianas, que geram furor.”⁴⁴⁰

„Die StA Darmstadt (www.sta-darmstadt.justiz.hessen.de) teilte am 14. 4. 2009 in einer Pressemitteilung unter der Überschrift „Haftbefehl wegen des Verdachts der gefährlichen Körperverletzung“ mit, dass „eine 26-jährige Sängerin“ wegen des dringenden Tatverdachts festgenommen worden sei, mit 3 Personen ungeschützten Geschlechtsverkehr ausgeübt zu haben, ohne diese zuvor darauf hinzuweisen, dass sie selbst HIV-positiv sei. Am 15. 4. 2009 war es „fast unmöglich, nichts über die deutsche Mädchenband „No Angels“ zu lesen“ (*Kerscher* SZ v. 16. 4. 2009, 15, „Details von der Quelle - Die veränderte Informationspolitik der Staatsanwälte“; *Prantl* AnwBl 2009, 421). Deutsche Boulevard-Blätter wie „BILD“, aber auch ausländische Zeitungen wie der schweizerische „Blick“ machten aus der HIV-Erkrankung der No Angels-Sängerin ihre Hauptschlagzeile.“⁴⁴¹

„Dem entspricht im Übrigen auch die Verwaltungsvorschrift der Nr. 23 RiStBV. Nach Nr. 23 I 2 RiStBV darf die Unterrichtung der Medien nicht dem Ergebnis der Hauptverhandlung vorgreifen. Nach Satz 4 dieser Verwaltungsvorschrift ist eine unnötige Bloßstellung dieser Person zu vermeiden. Nach Abs. 2 darf die Öffentlichkeit über die Anklageerhebung und Einzelheiten der Anklage erst unterrichtet werden, nachdem die Anklageschrift dem Beschuldigten zugestellt oder sonst bekannt gemacht worden ist. Es bedarf keiner näheren Erläuterung, dass die Pressemitteilung der StA Darmstadt im Fall der HIV-infizierten *No Angels*-Sängerin diesen Maßstäben nicht gerecht wird. Hier liegt eine evidente Verletzung des Persönlichkeitsrechts der beschuldigten Sängerin vor.“⁴⁴⁵

“Foi a partir dos casos Beleza e Melancia que começaram a levantar-se vozes a favor da necessidade de impor a teia do segredo de justiça aos jornalistas.”⁴⁴²

- <http://processo-civil.blogspot.com/2007/01/segredo-de-justia.html>
- <http://www.youtube.com/watch?v=xK6nCGYB8Yw> ⁴⁴³
- <http://tv1.rtp.pt/noticias/index.php?t=Escutas-de-Pinto-da-Costa-publicadas-no-Youtube.rtp&headline=20&visual=9&article=312433&tm=29> ⁴⁴⁴



Exemplo de violação de segredo de justiça, pela distribuição de uma publicação apreendida, neste caso, o livro de “Maddie – a Verdade da Mentira” por Gonçalo Amaral.

Neste contexto, afigura-se-me que os gabinetes de assessoria de imprensa correspondem mais aos desejos jornalísticos, que propriamente outras sugestões, de que sejam a de publicação das decisões judiciais na internet, ou mesmo através de banco de

⁴⁴⁰ „Dies ist der Schwerpunkt der Arbeit vieler Mediensprecher von Gerichten, bei Staatsanwaltschaften sieht dies naturgemäß anders aus. Der Sprecher muss auf der einen Seite wissen, was sein Gericht entscheidet, auf der anderen Seite aber auch ein Gefühl dafür entwickeln, was die Medien interessieren könnte. Hier gehen sehr häufig die Meinungen auseinander. Vieles, was juristisch hoch spannend ist, findet in der Öffentlichkeit nicht die entsprechende Aufmerksamkeit. Umgekehrt sind es oft die „einfachen Fälle“, die Entscheidungen über lebensnahe Sachverhalte, die für Furore sorgen (Ein Musterbeispiel dafür ist immer noch die Entscheidung des *OLG Hamburg*, NJW 1988, 2052, zu der Frage, wie eine Wohnungseigentümergeinschaft über Gartenzwerge abzustimmen hat. Das Echo auf entsprechende Meldungen (denen keine Informationen des Gerichts zu Grunde lagen), war überwältigend.“, *idem, ibidem*, p. 405.

⁴⁴¹ Lehr, NSiZ 2009, p. 410 - „Grenzen für die Öffentlichkeitsarbeit der Ermittlungsbehörden“.

⁴⁴² REIS, DANIEL, Representante do Sindicato dos Jornalistas, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação – Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 36.

⁴⁴³ A 20.10.2011 ainda se encontra disponível.

⁴⁴⁴ A 20.10.2011 ainda se encontra disponível.

⁴⁴⁵ Lehr, NSiZ 2009, p. 413 - „Grenzen für die Öffentlichkeitsarbeit der Ermittlungsbehörden“.

dados na internet, uma vez que, a primeira solução apontada estabelece uma relação activa com os jornalistas.⁴⁴⁶ Ademais, veja-se que esta proposta não é desconhecida entre nós, pois, também pode ser “(...) assegurado o acesso, pelo público e pelos órgãos de comunicação social, à informação relativa à actividade do Ministério Público, nos termos da lei (...)” através da organização de “(...) gabinetes de imprensa junto da Procuradoria-Geral da República ou das procuradorias-gerais distritais, sob a superintendência do Procurador-Geral da República ou dos procuradores-gerais distritais”.

Como não se apresenta(m) outra(s) medida(s) menos onerosa(s), capaz(es) de assegurar(em) os objectivos com igual grau de eficácia, esta medida aparenta ser adequada e idónea para proceder à ponderação entre finalidades, irremediavelmente conflituantes, apontadas ao processo penal: a realização da justiça e a descoberta da verdade material, a protecção perante o Estado dos direitos fundamentais das pessoas – nomeadamente da sua defesa⁴⁴⁷, sendo, portanto, capaz de avaliar os direitos/interesses em causa, sem “tetanizar irremediavelmente” qualquer um destes, constituindo, assim, também uma medida necessária. A prerrogativa de avaliação pertence à entidade titular da fase respectiva (Ministério Público ou ao Juiz de Instrução) exercida sob a alçada dos gabinetes de assessoria de imprensa.

O objectivo da criação de gabinetes de assessoria de imprensa é, “(...)”, no fundo, o de mantermos o segredo de justiça no espaço que lhe é próprio,” (...) “(...) mas, nesse espaço processual, admitirmos a possibilidade de haver informação sobre o desenvolvimento ou o desenrolar do processo”, permitindo saber “(...) saber qual é a margem de limitação que se deve fazer incidir sobre cada um desses valores, (...) para que se defenda o máximo daquilo que entendemos dever ser defendido em cada um

⁴⁴⁶ Huff, NJW 2004, pp. 405 bis 407 – „Notwendige Öffentlichkeitsarbeit der Justiz“.

⁴⁴⁷“São estes interesses conflituantes que devem ter uma concordância prática legalmente proporcional, que segundo a jurisprudência do Tribunal Constitucional deve-se aferir mediante três dimensões – cfr. Ac. n.º 634/93; 187/01: uma delas é a da adequação, em que a restrição de um direito ou garantia constitucional, designadamente de direitos, liberdades e garantias, apenas devem suceder quando se revelarem um meio adequado para a prossecução dos fins visados, através da salvaguarda de outros direitos ou bens constitucionalmente protegidos. Outra é da exigibilidade, em que as medidas restritivas têm de ser exigidas para alcançar os fins em vista, por o legislador não dispor de outros meios menos restritivos para alcançar o mesmo desiderato. Por ultimo, temos a da justa medida, em que não poderão adoptar-se medidas excessivas, desproporcionadas para alcançar os fins pretendidos. Nesta concretização o legislador ordinário tem sempre uma margem de manobra, que o Tribunal Constitucional tem apelidado de “prerrogativa de avaliação” que é naturalmente limitada por este princípio da proporcionalidade – cfr. Ac. 159/07.”, AcJT RP00041649, processo 0814991, 24.09.2008. Esta matéria de estudo mereceu maiores desenvolvimentos no capítulo 10 do presente trabalho.

desses valores”⁴⁴⁸. “Abrir-se-á, pois, uma brecha que, não violando o que é essencial no valor que se pretende proteger, cria, por outro lado, uma relação de mediação com o público em geral e com a comunicação social em particular que, de alguma maneira, pode amortecer esse desejo, que hoje não pode deixar de ser compreendido sob o ponto de vista cultural, de a comunicação social ter acesso [o direito] à informação, (...).”⁴⁴⁹

Esta solução deveria abranger a totalidade dos tribunais portugueses porque, onde estas questões surgem, não torna diferente a lesão dos direitos em causa, dependendo da hierarquia do tribunal. Estas cautelas surgem porque, por vezes, a imprensa e os órgãos de comunicação social “«por um deslizar insensível, pela assimilação da autorização à ordem e dos usos à lei, a simples autorização dos usos constitui, por vezes, um facto justificativo, como a ordem legal».”⁴⁵⁰ “«Infelizmente, a imprensa respeita mal as interdições legais: para satisfazer um público ávido de notícias escabrosas, os jornalistas, com uma insolente indiscrição, assaltam polícias, advogados, juízes de instrução e testemunhas e acontece que os participantes no processo penal fornecem informações e organizam verdadeiras conferências.”⁴⁵¹ E, sobretudo, “com tal interesse se acomoda a função essencial da imprensa, que legitima o exercício dos seus poderes: informação e formação da opinião pública”⁴⁵². Com esta proposta excluem-se, assim, “(...) os excessos e os casos de violação das regras técnicas e deontológicas no tratamento da informação - em que a imprensa, e talvez um pouco levianamente, ainda se deixa resvalar, num laxismo quanto ao cumprimento das regras técnicas e não só deontológicas na apresentação da informação (...)”⁴⁵³, pois “quando os males surgem, dificilmente serão apagáveis. [E, também,] creio que terá passado o tempo da eficácia real de clássicos e solenes institutos como o direito de resposta ou de rectificação e mesmo da responsabilização civil ou criminal.”⁴⁵⁴

⁴⁴⁸ LÚCIO, LABORINHO, Ministro da Justiça, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação – Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 18.

⁴⁴⁹ *Idem, ibidem*, pp. 18 e 19.

⁴⁵⁰ Segredo de Justiça, *Liberdade de Informação e Protecção da Vida Privada*, Procuradoria-Geral da República, (Algumas Questões), Lisboa, 1981, (separata do BMJ n.º 309), p. 53 (apud Larguier, cfr. artigo citado, na Revue referida, p. 322).

⁴⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 55 (apud Roger Merle e André Vitu, cfr. *Traité cit.*, pp. 994 e 326).

⁴⁵² *Idem, ibidem*, p. 40. Mas, também aqui, há que fazer “(...) a distinção entre o interesse público - a satisfazer - e a curiosidade do público - a não alimentar (...)”, *ibidem*, p. 41.

⁴⁵³ REIS, DANIEL, Representante do Sindicato dos Jornalistas, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação – Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, pp. 36 e 37.

⁴⁵⁴ RAPOSO, MÁRIO, Provedor de Justiça, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação – Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992, p. 46.

O segredo de justiça e a publicidade do processo “podem e devem coexistir na boa paz dos deuses”, porém “(...) Portugal - país de “modas” e de fatalístico falta de temas (já o lembrava Eça de Queiroz)”, não “(...) caiu numa certa “moda” ”, porque este tema ainda não regressou “(...) à paz dos compêndios”⁴⁵⁵ e, talvez também por questões de moda como Mário Raposo o lembrava, ainda sobressalta vozes, conferências portuguesas, isto porque os “deuses” não protegeram ainda os portugueses.

⁴⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 45.

Bibliografia

Bibliografia

Bibliografia Nacional

1. AFONSO, ORLANDO, *Dever de Reserva – O seu Papel na Jurisdição*, II Encontro Anual – 2004, Conselho Superior da Magistratura, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora.
2. ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código do Processo Penal, à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2.^a Edição, 2008.
3. BARREIROS, JOSÉ ANTÓNIO, *O Dever de Reserva nas Profissões Jurídicas*, II Encontro Anual – 2004, Conselho Superior da Magistratura, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora.
4. CARMO, RUI DO, *O Dever de Reserva – O Dever de Informar, Algumas Achas para o Debate*, II Encontro Anual – 2004, Conselho Superior da Magistratura, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora.
5. CARVALHO, PAULA MARQUES, *Manual Prático de Processo Penal*, Edições Almedina, S.A., 3.^a Edição, Outubro 2007.
6. Centro de Estudos Judiciários, *Contributos para a Reflexão sobre o Sistema Penal Português, A Estrutura do Inquérito (O Segredo de Justiça na Fase de Inquérito)*, Outubro 2003.
7. COSTA, ARTUR RODRIGUES DA, *Segredo de Justiça e Comunicação Social*, Revista do Ministério Público, Ano 17, n.º 68, Outubro/Dezembro 1996.
8. DÂMASO, EDUARDO, *Os Segredos da Justiça e Todos os Outros*, II Encontro Anual – 2004, Conselho Superior da Magistratura, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora.

9. EIRAS, AGOSTINHO, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Coleção Argumentum, 1992.
10. GASPAR, JORGE, *Titularidade da Investigação Criminal e Posição Jurídica do Arguido*, Lisboa, 2001.
11. LÚCIO, LABORINHO, Ministro da Justiça, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação - Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992.
12. LEITE, ANDRÉ LAMAS, *Segredo de Justiça Interno, Inquérito, Arguido e seus Direitos de Defesa*, Revista de Direito, Maia Jurídica, Ano IV, n.º 1, Janeiro/Junho 2006.
13. MACHADO, J. BAPTISTA, *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Livraria Almedina, Coimbra, 6.ª reimpressão, 1993.
14. MARÇAL, PEDRO FIGUEIREDO, Presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação – Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992.
15. MONTE, MÁRIO FERREIRA, *O Segredo de Justiça - Algumas Questões Postas a Propósito da Anunciada Alteração do seu Regime*, Revista de Direito, Maia Jurídica, Ano IV, n.º 1, Janeiro/Junho 2006.
16. MONTE, MÁRIO FERREIRA, *O Segredo de Justiça na Revisão do Código de Processo Penal: Principais Repercussões na Comunicação Social*, Scientia Iuridica – T.XLVIII, 1999, n.ºs 280/282, Julho/Dezembro 1999.
17. MOURA, JOSÉ SOUTO DE, *Inquérito e Instrução*, Centro de Estudos Judiciários, Jornadas de Direito Processual Penal, O Novo Código de Processo Penal, Livraria Almedina, Coimbra, 1995.
18. PATTO, PEDRO MARIA GODINHO VAZ, *O Regime do Segredo de Justiça no Código de Processo Penal Revisto*, Jornadas sobre a Revisão do Código do Processo Penal, Revista do C.E.J., 1.º semestre 2008, número 9 (especial), págs. 45-69.
19. PAVÃO, HENRIQUE, *O Regime do Segredo de Justiça, no Inquérito na sua Vertente Interna*, II Encontro Anual – 2004, Conselho Superior da Magistratura, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora.

20. PEREIRA, PACHECO, Presidente da Subcomissão de Comunicação Social, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação – Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992.
21. PINTO, AUGUSTO TOLDA, *A Tramitação Processual Penal*, Coimbra Editora, 2.^a Edição, 2001.
22. PINTO, RICARDO LEITE, *Direito de Informação e Segredo de Justiça no Direito Português*, Revista da O.A., Ano 51, Lisboa, 1991.
23. PINTO, FREDERICO LACERDA DA COSTA, *Publicidade e Segredo na Última Revisão do Código de Processo Penal*, Revista do C.E.J., 1.º semestre 2008, n.º 9 (especial).
24. PINTO, FREDERICO DE LACERDA DA COSTA, *Segredo de Justiça e Acesso ao Processo*, Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais, Almedina, Coimbra, 2004.
25. RAPOSO, MÁRIO, Provedor de Justiça, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação - Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992.
26. REIS, DANIEL, Representante do Sindicato dos Jornalistas, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação - Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992.
27. SANTOS, M. SIMAS e HENRIQUES, M. LEAL-, *Código de Processo Penal Anotado*, I Volume, Editora Reis dos Livros, 2.^a Edição, Reimpressão Actualizada, 2003.
28. SANTOS, MANUEL SIMAS, *A Reforma do Sistema Penal de 2007*, Garantias e Eficácia, Coimbra Editora, 2008.
29. *Segredo de Justiça, Liberdade de Informação e Protecção da Vida Privada*, Procuradoria-Geral da República, (Algumas Questões), Lisboa, 1981, (separata do BMJ n.º 309).
30. SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Curso de Processo Penal*, I Verbo, 4.^a edição revista e actualizada, 2000.
31. SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Curso de Processo Penal*, II, Verbo, 2.^a edição revista e actualizada, 1999.

32. SILVA, GERMANO MARQUES DA, *O Segredo de Justiça, Perspectiva Político-jurídica da sua Relevância no Combate à Criminalidade, na Garantia dos Direitos dos Cidadãos e no Prestígio das Instituições Judiciárias*, II Encontro Anual – 2004, Conselho Superior da Magistratura, Balanço da Reforma da Acção Executiva e Segredo de Justiça e Dever de Reserva, Coimbra Editora.
33. SILVA, GUILHERME, Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais Direitos, Liberdades e Garantias, Assembleia da República – Subcomissão de Comunicação Social, *Liberdade de Informação - Segredo de Justiça*, Colóquio Parlamentar, Assembleia da República, Lisboa 1992.

Bibliografia Internacional

Alemanha

34. Huff, NJW 2004, 403-407 – „Notwendige Öffentlichkeitsarbeit der Justiz“
35. Lehr, NStZ 2009, 409-414 - „Grenzen für die Öffentlichkeitsarbeit der Ermittlungsbehörden“.
36. OLG München, Beschluss vom 07.10.2002 – 21 W 2385/02
37. Schaefer, NJW 1996, 496-497 – „Vorverurteilung (am Fall des P Graf)“

Brasil

38. *Código de Processo Penal e a sua Interpretação Jurisprudencial, Doutrina e Jurisprudência*, 2.^a edição revista, atualizada e ampliada, Coordenação: ALBERTO SILVA FRANCO /RUI STOCO, Volume 1, Parte Constitucional, ALBERTO SILVA FRANCO/ CARLOS VICO MAÑAS/ LUIZ CARLOS BETANHO/ MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES/ SÉRGIO MAZINA MARTINS/ TATIANA VIGGIANI BICUDO, 1.^a edição: Setembro 1999; 2.^a tiragem: Fevereiro 2001 (Anterior à Reforma da Lei n.º 11.690/08).
39. FILHO, FERNANDO DA COSTA TOURINHO, *Processo Penal*, Editora Saraiva, São Paulo, 1.º volume, 25.^a edição revista e atualizada, 2003 (Anterior à Reforma da Lei n.º 11.690/08).

40. JÚNIOR, AMÉRICO BEDÊ e SENNA, GUSTAVO, *Princípios do Processo Penal, Entre o Garantismo e a Efetividade da Sanção*, Editora Revista dos Tribunais, 2009.
41. NUCCI, GUILHERME DE SOUZA, *Código de Processo Penal Comentado*, 8.^a edição revista, atualizada e ampliada, 2.^a tiragem, Estudo Integrado com Direito Penal e Execução Penal, Apresentações Esquemáticas da Matéria, Editora Revista dos Tribunais, 2008.
42. NUCCI, GUILHERME DE SOUZA, *Manual de Processo Penal e Execução Penal*, Editora Revista dos Tribunais, 5.^a edição revista, atualizada e ampliada, 2.^a tiragem, 2008.
43. TÁVORA, NESTOR; ANTONNI, ROSMAR, *Curso de Direito Processual Penal*, Salvador: Ed. Jus Pudivm, 3.^a ed., 2009.

Legislação Nacional

44. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA.
45. CÓDIGO PENAL.
46. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, 2007 (entretanto, foi publicada no Diário da República a Lei n.º 26/2010, de 30 de Agosto, que procede à décima nona alteração ao Código de Processo Penal. Assim, esta lei entrará em vigor 60 dias após a sua publicação).
47. CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM.
48. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM.
49. TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS DO HOMEM.
50. Estatuto do Jornalista - Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro (a presente Lei encontra-se actualizada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 114/2007, de 20 de Dezembro).
51. Lei de Imprensa – Lei n.º 2/99, de 13/01.
52. Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro – Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais.
53. Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto – Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais.

Legislação Alemã

54. STRAFPROZESS-ORDNUNG.

Legislação Brasileira

55. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

Legislação Espanhola

56. LEY DE ENJUICIAMIENTO CRIMINAL.

Legislação Francesa

57. CODE DE PROCÉDURE PÉNAL.

Legislação Italiana

58. CODICE DI PROCEDURA PENALE.

Legislação Reino Unido

59. POLICE AND CRIMINAL EVIDENCE ACT 1981.

60. CRIMINAL PROCEDURE AND INVESTIGATIONS ACT 1996.

61. CONTEMPT OF COURT ACT 1981.

Bibliografia Complementar

Alemanha

BVerfG, Urteil vom 24.01.2001 – 1 BvR 2623/95, 1 BvR 622/99.

Neuling, StV 2006, 332-338 – „Rechtsschutz des Beschuldigten bei amtspflichtwidrigen Medienausskünften von Justizbediensteten - die Affäre Mannesmann“.

Laue, ZStW 120 (2008), – „Der staatliche Strafanspruch in Abhängigkeit von verwaltungsrechtlicher Aufgabenerfüllung?“

Lindner, StV 2008, 210-217 – „Der Schutz des Persönlichkeitsrecht des Beschuldigten im Ermittlungsverfahren“.

Walter Kargl und Wiss. Mitarb. Stefan Sinner, Jura 1998 – „Der Öffentlichkeitsgrundsatz und das öffentliche Interesse in §153a StPO.“

Hanseatisches Oberlandesgericht Hamburg, Urteil vom 18.12.2007 – 7 U56/07.

Brasil

Código de Processo Penal e a sua Interpretação Jurisprudencial, Doutrina e Jurisprudência, 2.^a edição revista, atualizada e ampliada, Coordenação: ALBERTO SILVA FRANCO/RUI STOCO, Volume 2, Parte Processual Penal (arts. 1.º a 250), DYRCEU AGUIAR DIAS CINTRA JÚNIOR/ JEFFERSON NINNO/ LUIZ CARLOS BETANHO/ MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA/ SEBASTIÃO OSCAR FELTRIN, 2004 (Anterior à Reforma da Lei n.º 11.690/08).

FILHO, FERNANDO DA COSTA TOURINHO, *Código de Processo Penal Comentado*, (Arts. 1º a 393), Editora Saraiva, 13.^a edição revista e atualizada, 2010.

Revista Forense, Volume 319, Ano 88, Julho – Agosto – Setembro, 1992 (Anterior à

Reforma da Lei n.º 11.690/08).

Espanha

ARAÚJO, FRANCISCO RÉGIS FROTA, *Direito e Comunicação – Os Limites da Informação*, Santiago: Laiovento, 1997.

Portugal

COSTA, JOSÉ DE FARIA, *Direito Penal da Comunicação, Alguns escritos*, Coimbra Editora, 1998.

LIMA, JOAQUIM PIRES DE, *Alguns Comentários à Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto, que alterou o Código de Processo Penal*, Revista da O.A., Ano 58, Lisboa, Janeiro de 1998.

Bibliografia Electrónica

<http://aeiou.visão.pt/bastonario-dos-advogados-diz-que-segredo-de-justica-e-uma-farsa=f545159>;

http://tsf.sapo.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=1475520;

<http://ww1.rtp.pt/noticias/?t=Marinho-e-Pinto-ve-segredo-de-justica-como-uma-farsa.rtp&article=312577&visual=3&layout=10&tm=8>;

<http://www.lexinter.net/PROCPEN/index.htm> (*CODE DE PROCEDURE PÉNAL*);

<http://www.altalex.com/index.php?idnot=2011> (*CODICE DI PROCEDURA PENALE*);

<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1996/25/contents> (*CRIMINAL PROCEDURE AND INVESTIGATIONS ACT 1996*);

http://www.opsi.gov.uk/RevisedStatutes/Acts/ukpga/1981/cukpga_19810049_en_1
(*CONTEMPT OF COURT ACT 1981*);

http://noticias.juridicas.com/base_datos/Penal/lecr.html (*LEY DE ENJUICIAMIENTO CRIMINAL*);

<http://www.gesetze-im-internet.de/stpo/> (*STRAFPROZESS-ORDNUNG*);

EstatutodoM.P.*in*

http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=6&tabela=leis.

Vários Acórdãos in www.dgsi.pt, de:

- Supremo Tribunal de Justiça
- Tribunal da Relação de Coimbra
- Tribunal da Relação de Évora
- Tribunal da Relação de Guimarães
- Tribunal da Relação de Lisboa
- Tribunal da Relação do Porto